



Boletim do Instituto de Saúde

Nº 44 – Abril de 2008

ISSN 1518-1812 / On Line: 1809-7529

Juventude





Sumário

❖ Editorial	1
❖ Algumas considerações sobre Seminário “Juventude Negra: Preconceito e Morte”	3
❖ Fundamentos filosóficos e psicológicos da discriminação e sua aplicação ao caso brasileiro	4
❖ Os jovens e as jovens são as maiores vítimas da violência na nossa sociedade	12
❖ Da Lei do Ventre Livre ao Estatuto da Criança e do Adolescente: uma abordagem de interesse da juventude negra	15
❖ A criminalização da juventude popular no Brasil: histórias e memórias de luta na cidade do Rio de Janeiro	19
❖ Genocídio da juventude negra: da acumulação primitiva a superfluidade	23
❖ Dos navios negreiros aos dias de hoje: a violência e a juventude negra	26
❖ Morte real da juventude negra	30
❖ Movimento Negro Unificado: reflexões sobre dominação e opressão	33
❖ Violência, juventude e saúde: quem é que vai pagar por isso?	35
❖ Atuação de grupos juvenis no combate a epidemia do HIV/aids	39
❖ Mortalidade feminina por causas violentas segundo cor e classe: algumas reflexões	42
❖ Juventudes, periferias e fragmentação	45
❖ A via colonial e a “entificação” do racismo	47

BIS – Boletim do Instituto de Saúde
Nº 44 – Abril de 2008
ISSN 1518-1812 / On Line: 1809-7529

Publicação Quadrimestral do Instituto de Saúde
Tiragem: 2.000 exemplares
Rua Santo Antônio, 590 –Bela Vista
Cep: 01314-000 São Paulo - SP
E-mail: editora@isaude.sp.gov.br
Home page: <http://www.isaude.sp.gov.br>

Secretário de Estado da Saúde de São Paulo:
Luiz Roberto Barradas Barata

Coordenadora de Ciência, Tecnologia
e Insumos Estratégicos em Saúde:
Maria Cecília Marchese da Mota Azevedo Correa

Diretor do Instituto de Saúde:
Otávio Azevedo Mercadante

Diretora Adjunta do Instituto de Saúde:
Teresa Toma

Expediente:

Editoras Responsáveis:

Claudete Gomes dos Santos, Marisa Feffermann e Suzana

Comissão Editorial:

Lenise Mondini; Marisa Feffermann; Monique B. Cerqueira; Olga Sofia F. Alves; Regina Figueiredo; Teresa E. Rosa; Sandra M. T. Greger; Sílvia Bastos

Colaboradores desta Edição:

Deise Benedito; Edi Rock; Fabiana Pitanga; Gevanilda Santos; Jackeline Romio; Luís Eduardo Batista; Kabengele Munanga; Milton Barbosa; Rodrigo Duarte; Rubens C. F. Adorno; Vera Malaguti Batista; Weber Lopes Góes; Wellington Lopes Góes.

Revisão e Normalização Bibliográfica:

Carmen Paulenas; Ana Maria da Silva

Revisão de Texto:

Suzana Kalckmann; Regina Figueiredo

Edição Final: *Dulce Rocha*

Apoio Logístico:

Área de Comunicação – IS

Responsável Administrativa: *Vânia Feres*

Divulgação: *Núcleo de Documentação e Informação – IS*

Capa: *Mário Baldini (Fotos); Regina Figueiredo e Suzana Kalckmann (Montagem)*

Arte final, CTP, Impressão e Acabamento:

Páginas & Letras Editora e Gráfica Ltda.

É permitida a reprodução parcial ou total desta publicação, desde que sejam mantidos os créditos dos autores e instituições.
Os dados, análises e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Editorial

Suzana Kalckmann¹
 Marisa Feffermann
 Claudete Gomes dos Santos

Nos últimos anos, estudos vêm evidenciando que é **maior a vulnerabilidade da população negra frente a diversos agravos à saúde**. Vários autores do tema revelam que a discriminação racial perpassa as instituições e as políticas públicas, contribuindo de maneira importante para a existência de formas distintas de adoecer e morrer entre brancos e negros, evidenciando que não se trata apenas de piores condições econômicas. Sabe-se que, além da questão socioeconômica e da genética, as desigualdades no acesso e na qualidade da assistência à Saúde são determinadas por práticas discriminatórias, principalmente contra a população negra.

A experiência do Instituto de Saúde no combate ao racismo e a discriminação racial tem comprovado, cada vez mais, que é necessário compreender e decodificar símbolos e códigos utilizados para a perpetuação desta situação. Acreditamos ser importante criar espaços de sensibilização e de instrumentalização que propiciem a troca de conhecimentos, experiências e vivências entre os profissionais e a sociedade organizada, visando a definição de Políticas Públicas de Saúde e de Educação mais equânimes.

Neste sentido, realizamos o **Seminário Juventude Negra: Preconceito e Morte**, no Memorial da América Latina, em 17 de maio de 2007, que reuniu profissionais da Saúde, Educação e participantes de movimentos sociais, como Movimento Negro, Juventude, Direitos Humanos, Violência, detalhados no texto: *Algumas considerações sobre Seminário Juventude Negra: Preconceito e Morte*, das pesquisadoras Suzana Kalckmann e Marisa Feffermann.

Nesta edição do BIS temático "Raça e Juventude"², reunimos artigos adaptados das falas dos palestrantes deste evento, que trazem, em linguagem mais coloquial, a proximidade do leitor da experiência de exposições feitas para, cerca, de 700 pessoas que propuseram-se a refletir e discutir a questão da juventude negra na realidade brasileira.

Contribuindo para o maior entendimento das raízes históricas do preconceito e seus reflexos na juventude negra, temos os textos: "Os jovens e as jovens são as maiores vítimas da violência na nossa sociedade", do Prof. Kabengele Munanga; "Da lei do Ventre Livre ao Estatuto da Criança e do Adolescente: uma abordagem de interesse da juventude negra", da Prof^a Gevanilda Gomes dos Santos, da Soweto Organização Negra e da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); "A criminalização da juventude popular no Brasil: histórias e memórias de luta na cidade do Rio

¹ Pesquisadoras do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde e editoras responsáveis deste exemplar.

² Quem desejar aprofundar as discussões sobre as questões de saúde apresentadas ou pontuadas nesta edição pode acessar o número dedicado à saúde da população negra da revista Saúde e Sociedade: http://apsp.org.br/SaudeSociedade/XVI_2/; os livros **Seminário Saúde da População Negra e Saúde da População Negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade** (FUNASA), e o Boletim do Instituto de Saúde (BIS) nº 31, disponíveis no site: www.isaude.sp.gov.br

de Janeiro”, da Prof^a Vera Malaguti, do Instituto Carioca de Criminologia; “O genocídio da juventude negra: da acumulação primitiva a superfluidade”, de Weber Lopes Góes, militante jovem do grupo Força Ativa.

A discussão sobre a morte no cotidiano da juventude negra está retratada nos textos: “Dos navios negreiros aos dias de hoje: a violência e a juventude negra”, de Deise Benedito, do grupo Fala Preta Organização de Mulheres; “Morte real”, do *rapper* Edi Rock; “Movimento Negro Unificado: reflexões sobre dominação e opressão”, do Milton Barbosa.

Focalizando o tema específico da Saúde, o pesquisador Dr. Luis Eduardo Batista, da Secretaria de Estado da Saúde, mostra, no texto “Violência, juventude e saúde: quem é que vai pagar por isso?”, os efeitos do preconceito e da discriminação na morbi-mortalidade deste grupo etário.

Para ampliar a discussão sobre a questão Saúde, no sentido amplo de qualidade de vida e garantia de direitos, como descrito no Sistema Único de Saúde (SUS), acrescentamos os artigos: “Atuação de grupos juvenis no combate a epidemia do HIV/Aids”, de Fabiana Pitanga, “Mortalidade feminina por causas violentas segundo cor e classe: algumas reflexões”, de Jaqueline Romio e “Juventudes, periferias e fragmentação”, do prof. Rubens Adorno, da Faculdade de Saúde Pública da USP¹. Finalizando a edição, contamos com a contribuição do jovem Wellington Loes Góes com o texto “A via colonial e a “entificação” do racismo”.

O artigo “Fundamentos filosóficos e psicológicos da discriminação e sua aplicação ao caso brasileiro”, do prof. Rodrigo Duarte, traz elementos para uma reflexão teórica sobre o tema do preconceito, principalmente no que se refere à questão étnica no Brasil.

Esta edição tem como objetivo trazer elementos que estimulem a reflexão sobre o papel das instituições como geradoras e mantenedoras de diferenças historicamente construídas. Esperamos que os artigos apresentados possam contribuir para uma re-significação de valores, crenças e concepções acerca da realidade do negro, especialmente dos jovens, na nossa sociedade.

Agradecimentos especiais a Mário Baldini que gravou todo o seminário, possibilitando este resgate.



Algumas considerações sobre Seminário “Juventude Negra: Preconceito e Morte”

Suzana Kalckmann¹

Marisa Feffermann²

O Seminário “Juventude Negra: Preconceito e Morte” foi realizado em 17 de maio de 2007, promovido pelo Instituto de Saúde (IS), em parceria com Movimento Negro Unificado e o Grupo Força Ativa e apoio do Memorial da América Latina. O evento se inseriu no ciclo de atividades desenvolvidas pelo Grupo Juventudes e Vulnerabilidades e pela linha de pesquisa Raça/etnia, Gênero e Saúde do IS, vindo, também ao encontro à demanda dos movimentos sociais de ampliação e reforço da campanha “Mano não morra, não mate”³.

A proposta do seminário foi buscar uma alternativa para sensibilizar os profissionais para a questão e para ampliar a instrumentalização dos jovens e militantes, propiciando espaços de troca de conhecimentos, experiências e vivências. Partiu-se do pressuposto que a discussão sobre a mortalidade e morbidade da juventude negra transcende a área da Saúde *estrito senso*.

Os dados de mortalidade do SUS apontam que a morte por causas externas é um dos motivos mais recorrentes na vida destes jovens. Isso ocorre, tanto por violência impetrada a estes jovens por agentes de segurança do Estado, como pela violência exercida pelo grupo que os cercam.

A violência simbólica é outro fator emergente, no que tange à realidade destes jovens negros, o preconceito é a sua expressão mais emblemática.

Desta forma, refletir sobre a saúde destes jovens ultrapassa a atenção de serviços específicos de saúde. Pensar a saúde é refletir sobre a forma e condições de vida, seus pares, suas opções de lazer e de cultura. Estes jovens buscam os serviços de saúde esporadicamente e em casos de emergência. Só as jovens chegam a tais serviços, de modo geral, grávidas.

Neste sentido, as duas mesas-redondas que compuseram a programação do Seminário debateram questões relacionadas à construção social do preconceito, juventude negra, preconceito institucional, violência policial, aspectos legais e mortalidade da população negra jovem. Foram, também, realizadas três apresenta-

ções culturais do grupo de dança TEMBUA, do Grupo de Rap Comuna Força Ativa e do Grupo AMANDLA.

Do total do número estimado de participantes (cerca de 700), 587 preencheram o cadastro de inscrição, o que possibilitou traçar um breve perfil desse público. Apesar da expressiva maioria residir em São Paulo (432, 73,6%), participaram também residentes de Osasco (27, 4,6%), Santo André (24, 4,1%), Guarulhos (22, 3,7%), São Bernardo (10, 1,7%) e em mais 35 cidades - a maioria da Grande São Paulo -, demonstrando a abrangência do evento.

Quanto à cor/raça, 24,7% (145), 15% (88), 45% (264) se auto-declararam de cor branca, parda e preta, respectivamente. Poucos se auto-declararam de cor amarela (7, 1,2%) e indígena (4, 0,7%). Se considerarmos, em conjunto, os de cor parda e preta, vê-se que 60% (352) eram negros, proporção acima da população geral; fato que evidencia a participação diferenciada deste grupo.

A idade dos participantes confirma a adesão específica dos jovens ao evento. A predominância foi pessoas com até 20 anos. Mesmo considerando a ampla diversidade quanto à faixa etária (10- 71 anos), a idade média dos participantes foi de 27,6 anos e mediana de 25 anos.

Parte-se do pressuposto que a saúde deve ser pensada como um conhecer a si, cuidar de si, respeitar a si e ao outro, reconhecer-se como parte integrante de uma comunidade, buscando preservar a vida, tanto a própria quanto a do outro. Por isso, seminários como este, em que o indivíduo torna-se protagonista da própria História, utilizando sua linguagem, sua forma de estar e perceber o mundo, são alternativas importantes para promover a saúde.

A motivação principal para a participação foi referida como a necessidade de ampliar, adquirir e atualizar os conhecimentos. Alguns também explicitaram o desejo por um espaço de reflexão, troca de experiências, discussão e decisões políticas.

Conhecer a História, entender como o preconceito foi construído historicamente, pode produzir um efeito transformador na subjetividade destes jovens, possibilitando a percepção do real problema e de inúmeras alternativas criativas para revertê-lo.

¹ Bióloga, Mestre em Epidemiologia e Doutora em Ciências e Pesquisadora Científica do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde São Paulo. Contato: suzanok@isaude.sp.gov.br

² Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia e Pesquisadora Científica do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde São Paulo. Contato: marisaf@isaude.sp.gov.br

³ Campanha que vem sendo desenvolvida desde 2000, pelo MNU com apoio de vários parceiros, inclusive dos raciais MC. Objetiva o combate à violência e alta mortalidade de jovens, especialmente os negros.

Fundamentos filosóficos e psicológicos da discriminação e sua aplicação ao caso brasileiro

Rodrigo Duarte¹

Introdução

Este estudo tem como objetivo congrega conhecimentos oriundos da Filosofia Social, mais especificamente da Teoria Crítica da Sociedade, em simbiose com reflexões mais recentes desenvolvidas pela Psicanálise, tendo em vista a situação de discriminação racial no Brasil. O recurso à Teoria Crítica e à Psicanálise se faz necessário em vista do caráter de “latência” da questão racial em nosso país. Assim como em seus contextos “clássicos” de surgimento, essas vertentes teóricas tiveram como objetivo realizar uma espécie de “radiografia”, respectivamente, do contexto sócio-histórico da sociedade alemã à época da República de Weimar e dos quadros psíquicos de aparente normalidade dos pequenos burgueses austríacos na virada do século XIX para o XX. A estratégia de aplicá-las para a compreensão do racismo à brasileira se justifica exatamente por sua complexidade e por sua característica de dissimulação.

O texto se divide em quatro partes (que não coincidem com suas “seções”): a primeira delas, composta dos itens “O caráter projetivo de nossas percepções”, “A possibilidade de percepção do outro através da experiência própria e sua deficiência através da “falsa projeção” e “A discriminação racial como elemento de projetos de dominação e a fungibilidade dos seus alvos”. Nessa parte, o objetivo é estabelecer a importância, para o processo de discriminação racial, da percepção e de sua dependência de mecanismos subjetivos. O modelo teórico é o fornecido por Horkheimer e Adorno para a compreensão da discriminação dos judeus durante o nazismo, embora, como os próprios autores insistam, seja aplicável a todas as situações de discriminação racial.

Na segunda parte, que coincide com a sessão “A discriminação como jogo de identidade e diferença”, procura-se adaptar o que ficou estabelecido sobre o anti-semitismo para situações psicológicas mais próximas do cotidiano, mediante os conceitos de identidade e diferença. Esses conceitos, associados aos de “mímesis” e de “projeção” elaborados por Horkheimer

e Adorno, facilitam a compreensão dos contextos mais específicos de discriminação racial, como, por exemplo, os norte-americanos e brasileiros da atualidade.

A terceira parte, coincidente com a seção “Sobre a especificidade da discriminação do negro no Brasil”, visa aplicar o ganho teórico das seções anteriores na compreensão das especificidades da situação brasileira de discriminação racial. No que tange à metodologia, observa-se uma grande diferença entre essa parte e as precedentes: enquanto nessas últimas houve um esforço de adaptação de conceitos teóricos já há muito publicados, visando a compreensão de nossa situação específica, para a terceira parte renunciou-se a utilizar a bibliografia existente sobre racismo no Brasil (que, aliás, não é muito extensa) para se partir das experiências mais cotidianas e de observações críticas sobre elas, acrescidas de informações disponíveis na imprensa e – de modo muito especial – das contribuições trazidas por especialistas brancos e negros que participaram de duas das reuniões promovidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que contaram com a presença do autor deste texto. Nessa parte, a menção a “ativistas do movimento negro” ou “psicoterapeutas negros” refere-se às contribuições trazidas pelos participantes das mencionadas reuniões; sendo que sua identidade não foi revelada, em primeiro lugar por não se tratar de matéria já publicada, com autoria estabelecida; em segundo lugar, porque o autor deste texto não está seguro sobre a disposição desses participantes das discussões de verem seus nomes aqui estampados. Por fim, na quarta e última parte, procurou-se estabelecer, mediante o que foi constatado e refletido, ao longo do texto, um pequeno elenco de medidas que possam ajudar a, primeiramente, dar mais visibilidade ao problema do racismo no Brasil e, em segundo lugar, envidar esforços concretos para sua superação.

O Caráter “Projetivo” de Nossas Percepções

Quando nos perguntamos pelo modo como percebemos o mundo exterior a nós, tendemos a imaginar nossa percepção como a consciência que temos de coisas fora de nós, que existem por si mesmas e independentemente. Embora tal ponto de vista não seja fundamentalmente falso, já que as coisas externas a nós

¹Doutor em Filosofia pela Universidade de Kassel, Pós-Doutor pela Universidade da Califórnia, Professor titular da UFMG e Presidente da Associação Brasileira de Estética (ABRE). Contato: roduarte@fafich.ufmg.br

são de fato irredutíveis ao nosso psiquismo (do contrário, poderíamos nos considerar verdadeiros deuses!), desde há muito tempo, a Filosofia tende a dar razão a Immanuel Kant (1724-1804), segundo o qual, todo conhecimento da realidade exterior (inclusive nossa percepção) depende de uma substancial contribuição nossa, enquanto sujeitos do conhecimento. Kant estava particularmente preocupado em demonstrar que o conhecimento verdadeiro - especialmente o da Física-Matemática do século XVII, que era o seu modelo de ciência - só ocorre quando o sujeito "aplica" conceitos (chamados por Kant de "categorias"), que ele já possui em si, a objetos da experiência sensível. Até aí não havia muita diferença de Kant para seus predecessores imediatos (como os racionalistas "continentais" e os empiristas ingleses) ou longínquos (como o próprio Aristóteles). O que tornou a contribuição de Kant absolutamente *sui generis* é que, para ele, os próprios objetos sensíveis são constituídos enquanto **objetos de conhecimento** pelo sujeito que a eles aplicará suas categorias.

A constituição desses objetos de conhecimento pelo sujeito ocorre de um modo até então inédito, pois, para Kant, espaço e tempo, em vez de serem "coisas" ou dimensões existentes fora do sujeito, são "formas de sua sensibilidade", i.e., "molduras" através das quais, o sujeito percebe as coisas fora dele, respectivamente, como simultâneas e sucessivas. A partir disso, o sujeito "transcendental", como Kant o denomina, aplica as categorias (distribuídas em quatro grupos: de quantidade, qualidade, relação e modalidade, sendo que cada um deles se desmembra em três) aos objetos dados na sua sensibilidade, com a mediação dos chamados "esquemas", ou seja, representações que têm elementos comuns tanto com as intuições sensíveis quanto com as categorias, que são "conceitos puros do entendimento", sendo que o adjetivo "puro", aqui, significa que elas não possuem nada de sensível ou empírico - residem apenas no entendimento do sujeito. A esse modo de conceber a cognição humana dá-se o nome de "*a priori* transcendental", porque todo seu processo subjetivo é anterior ao contato com a realidade empírica (esse aspecto diz respeito ao *a priori*) e, além disso, esse processo é responsável pela possibilidade do conhecimento (o que se liga ao aspecto "transcendental").

Apesar de essa teoria kantiana do conhecimento se referir inicialmente apenas à ciência natural, mais especificamente à Física Newtoniana, após Kant houve várias tentativas de "salvar" o que existia de profundamente verdadeiro nessa concepção das relações entre os sujeitos e os seus objetos, creditando-se os excessos de rigorismo ao contexto científico e histórico do século XVIII e procurando-se adaptar as intuições básicas de Kant a uma nova situação tanto no plano da sociedade quanto do próprio conhecimento. Uma dessas tentativas de "atualizar" e ampliar a concepção

kantiana do conhecimento, que se revelará muito útil para nossos propósitos, é a reflexão feita por Horkheimer e Adorno, na "Dialética do Esclarecimento", mais especificamente na parte intitulada "Elementos do anti-semitismo", na qual a idéia da natureza subjetiva de nosso conhecimento do mundo exterior é posta em conexão com a teoria freudiana sobre a projeção, sendo ainda temperada com conteúdos advindos da análise crítica da sociedade. A referida projeção, que se tornou um termo empregado até mesmo na linguagem cotidiana, como um indício da subjetividade nas relações interpessoais, tem sua origem na psicanálise de Freud, significando o mecanismo de defesa de um paciente que, não aceitando certos conteúdos psíquicos como seus próprios, os atribui a - ou os projeta em - outrem, a quem temporária ou duradouramente devota um sentimento de ódio que, se não limitado pelo próprio padrão civilizacional a que está submetida a pessoa em questão, pode ser extremamente agressivo e até mesmo destrutivo. Entretanto, Freud sugere que essa ligação a uma psicopatologia não impede que a projeção possa estar presente nas cognições normais que realizamos em nossa lida cotidiana com o meio ambiente. Aliás, uma das principais contribuições do mencionado texto de Horkheimer e Adorno é, exatamente, mostrar que a idéia freudiana de uma projeção "normal" tem uma conexão direta com a concepção kantiana do "*a priori* transcendental" no conhecimento. Só que, o que em Kant é uma junção da "produção" de objetos sensíveis (enquanto objetos de conhecimento), através da sensibilidade e da imaginação, com sua determinação através das categorias (ou conceitos puros do entendimento), em Freud é uma espécie de "prolongamento" do sujeito para fora de si mesmo, muito menos específico e pré-determinado, pois depende de circunstâncias particulares, relacionadas tanto com a biografia do indivíduo quanto com a situação histórica na qual ele está inserido. A contribuição de Horkheimer e Adorno, no sentido de aproximar Kant e Freud, encontra-se na idéia de que o "*a priori* transcendental" da cognição não é, como queria aquele, ao mesmo tempo a-histórico e totalmente desligado da afetividade, pois o modo como o sujeito faz uso das formas puras de sua sensibilidade - o espaço e o tempo - e dos conceitos puros do entendimento (relativos à quantidade, qualidade, relação e modalidade) depende da confluência de fatores que atingem tanto camadas de sua psique associadas à libido quanto a compleição histórica a que ele está submetido, a qual, por sua vez, é função de fatores sociais, políticos e - talvez, principalmente - econômicos.

Horkheimer e Adorno aproximam mais uma vez, um conceito "idealista" da concepção psicanalítica (portanto, "materialista") de um indivíduo que "projeta" na medida certa, em sua atividade de conhecimento do mundo, quando, recorrendo novamente a Kant, eles

sugerem que esse conhecimento “projetivo” da realidade, que Freud considerara como pertencente à normalidade dos indivíduos, só faz sentido na presença de um centro subjetivo, que o filósofo de Königsberg chamou de “unidade sintética originária da apercepção”, que, na prática, equivale ao reconhecimento, por parte do sujeito, do caráter constitutivo de sua atividade reflexiva, não apenas em relação a si próprio enquanto sujeito (o que é evidente), mas também com respeito ao objeto da cognição: “O patológico no anti-semitismo não é o comportamento projetivo enquanto tal, mas falta de reflexão nele. Não mais podendo o sujeito devolver ao objeto o que dele percebeu, este não se enriquece, mas torna-se mais pobre” (ADORNO, 1964, p.214). Essa “devolução ao objeto” significa exatamente a parcela subjetiva na “constituição” do mundo exterior, a qual é menos evidente do que a auto-constituição através da reflexão, mas não menos importante tendo em vista os objetivos deste texto.

A Possibilidade de Percepção do Outro Através da Experiência Própria e sua Deficiência Através da “Falsa Projeção”

Diante do exposto acima, vai se tornando claro que faz parte desse quadro de “normalidade” psicossocial, oriunda da projeção na “medida certa”, a possibilidade de **enxergar** o outro como radicalmente diferente, já que ele não se encerra no universo psíquico do sujeito em questão, embora isso não implique necessariamente em qualquer hostilidade, já que se trata de um indivíduo psicologicamente “robusto”. Essa robustez do psiquismo para Horkheimer e Adorno é função de um equilíbrio entre as funções do *ego*, do *superego* e do *id*, de modo que a constituição da autonomia do primeiro requer, em larga medida, o concurso do segundo como elemento limitador e enquadrante do terceiro. Nesse caso, o reconhecimento da alteridade do que está fora do próprio sujeito não implica em qualquer forma de agressividade. Para se compreender melhor a descrição feita por Horkheimer e Adorno dessa forma de equilíbrio, aproximando idéias da psicanálise a conceitos da tradição filosófica, é necessário introduzir ainda a concepção de comportamento mimético.

Para esses autores, o comportamento mimético é um outro importante elemento constitutivo de nossa atitude em relação ao mundo exterior, pois a *mimesis* - que em grego quer dizer imitação -, é um comportamento natural dos seres humanos, através do qual se dá o aprendizado mais básico como a locomoção e a fala, por exemplo. Ao comentar a origem da *mimesis*, Aristóteles afirma que “o imitar é congênito no homem (e nisso difere dos outros viventes, pois, de todos, é ele o mais imitador, e, por imitação, aprende as primeiras noções), e os homens se comprazem no imitado” (ARISTÓTELES, 1979). Entretanto, de modo semelhante ao que se viu com relação à projeção, assim como há a

mimesis “natural”, pode haver, por outro lado, uma *mimesis* distorcida, que não raro é apropriada pelos detentores do poder para fins de controle social. Não por acaso, também a *mimesis* é abordada na parte da “Dialética do Esclarecimento” concernente ao anti-semitismo, pois os líderes nazistas exploravam a tendência natural mimética do ser humano no sentido de obter adesão massiva e incondicional para seu projeto de dominação universal (felizmente fracassado): “O sentido da formalidade fascista, da disciplina ritualística, dos uniformes e de todo aparato pretensamente irracional é possibilitar o comportamento mimético” (ADORNO, 1964, p.209). Note-se também que, segundo Horkheimer e Adorno, há uma relação de simetria e complementariedade entre o comportamento mimético e o projetivo, a qual se revelará importante para a presente discussão: “O anti-semitismo baseia-se numa falsa projeção. Ele é o reverso da mimese genuína, profundamente aparentada à mimese que foi recalcada, talvez o traço caracterial patológico em que essa se sedimenta. Se a mimese se torna semelhante ao meio-ambiente, a falsa projeção torna o meio-ambiente semelhante a ela” (ADORNO, 1964, p.211; HORKHEIMER, 1981, p.174).

É importante observar que o modelo de discriminação anti-semita estudado por Horkheimer e Adorno na “Dialética do Esclarecimento”, a partir das noções complementares de falsa projeção e falsa *mimesis*, é comparável aos quadros de paranóia descritos pela psicanálise freudiana, com a peculiaridade de não atingir apenas indivíduos, mas coletividades inteiras. Como se viu acima, para portadores desse quadro, a alteridade das coisas fora do indivíduo já é um enorme problema, embora não apareça necessariamente como tal. Primeiramente, porque, na maioria dos casos, essa questão é algo apenas latente, já que o próprio psiquismo tem mecanismos de defesa contra os sintomas que poderiam dela advir (o comportamento mimético não é o menos importante deles); em segundo lugar, porque, no caso de aparecimento de sintomas agressivos, por exemplo, a violência desencadeada sobre coisas é muito menos indicativa de uma grave patologia do que aquela que recai sobre pessoas.

Mas esse problema deixa de ser latente e se manifesta claramente quando há a oportunidade de transformar a questão da radical exterioridade do mundo no ódio a uma classe de pessoas que parece encarnar a alteridade em si mesma. Em outras palavras, o problema é multiplicado quando o que está fora do discriminador não são coisas, mas entidades que são “perigosamente” semelhantes a ele próprio (caso em que a tendência mimética atua de um modo reverso); são potencialmente sujeitos de uma ação, porém totalmente fora do seu controle (momento em que a falsa projeção procura compensar o pânico pela alteridade radical do mundo exterior). Inicia-se um jogo de diferença radical e íntima

semelhança que, como se verá a seguir, desempenha um papel importante nos processos de discriminação.

Um agravante nessa situação é que, ao contrário daquele que possui a mencionada “robustez psíquica” e, portanto, projeta e mimetiza “corretamente”, o indivíduo anti-semita tem a psique mal formada –segundo Horkheimer e Adorno, ele é encontrável não apenas nos regimes totalitários, mas também potencialmente nas sociedades de massa em geral –, não suporta o caráter de alteridade daquilo que se encontra fora do seu domínio psíquico e, em suma, não percebe corretamente a realidade externa: vê o mundo através da lente distorcida de sua imaturidade afetiva e, por mais capacidade técnica que ele comprove no trato “instrumental” com o mundo exterior, não consegue percebê-lo corretamente, pois é vítima da “falsa projeção”. Essa última tem uma relação visceral principalmente com o processo perceptivo que indubitavelmente é fundamental no processo de discriminação: a percepção de certos traços exteriores nos indivíduos funciona como uma espécie de base “fisionômica” do racismo em geral. Nesse particular, assistimos, novamente, no trato com a teoria da percepção, a preocupação gnosiológica de Kant confluir com a investigação de Freud sobre os aspectos psíquicos semi-conscientes e inconscientes das relações dos indivíduos com o seu entorno.

A Discriminação Racial como Elemento de Projetos de Dominação e a Fungibilidade dos seus Alvos

Desse modo, a Teoria Crítica da Sociedade, representada por Horkheimer e Adorno, mostra que a percepção distorcida da realidade que leva necessariamente à discriminação e ao racismo, longe de ser uma psicopatologia que afeta apenas indivíduos, não só é uma moléstia social, como também, enquanto paranóia coletiva orientada, está freqüentemente associada a projetos explícitos de dominação. O exemplo mais gritante desse fato foi a eleição do antisemitismo como ideologia oficial do regime nazista na Alemanha, desde inícios da década de 1930 até o fim da 2ª Guerra Mundial. Mas Horkheimer e Adorno insistem em mostrar que a tendência a essa psicopatologia social é o solo propício para projetos políticos autoritários em geral, nos quais a eleição da vítima depende de circunstâncias históricas, em que o pressuposto subjetivo desde sempre é a eventual incapacidade das massas de perceber a realidade através de uma “projeção correta”. Pois, na falsa, a alteridade do mundo exterior e a existência de potenciais sujeitos nele se constituem, como já se assinalou, numa ameaça de morte que é revidada pelo indivíduo acometido dessa moléstia social com uma violência proporcional à sua radical insegurança psíquica.

A extrema violência apresentada pelo exemplo histórico do nazismo, no qual milhões de pessoas inocentes foram dizimadas em processos industriais de extermínio, pode ser explicada, segundo Horkheimer e Adorno, pela

compulsão à aniquilação, por parte do “falso projetante”, daquilo que insiste em existir em sua radical alteridade e em sua acintosa semelhança, mesmo que não encontre respaldo no sistema psíquico daquele que discrimina: a eliminação física, com extrema crueldade, é o alto tributo imposto à pessoa cuja imagem não cabe na mesmice psíquica do discriminador, sem que ela tenha qualquer culpa da doença que assola o seu carrasco. Essa idéia típica do capítulo da “Dialética do Esclarecimento” sobre o anti-semitismo foi certamente expressada por Adorno, em seu “Mínima Moralidade”: “Talvez o esquematismo social da percepção, no caso dos anti-semitas, seja de tal feitio que eles não vejam de todo os judeus como humanos. A asserção tão freqüente de que selvagens, negros, japoneses parecem animais, por exemplo macacos, já contém a chave para o problema” (ADORNO, 1964).

Tendo em vista o fato de que toda discriminação parece repousar sobre pressupostos subjetivos semelhantes (como a debilidade do ego e os outros fatores mencionados), é importante mencionar que as características específicas das vítimas funcionam, na maior parte das vezes, como meros pretextos para obter adesão das coletividades, a ponto de haver muito mais semelhança entre as características psíquicas dos indivíduos discriminadores do que dos traços – exteriores e interiores – de suas vítimas que supostamente justificariam a discriminação. Por essa razão, Horkheimer e Adorno declaram que: “as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos” (ADORNO, 1964, p.195, HORKHEIMER, 1981, p.160). Exatamente por isso, o trabalho posterior de Adorno junto ao grupo de psicólogos sociais de Berkeley, que gerou o conhecido livro “A personalidade Autoritária” (ADORNO, 1964), teve como ponto de partida exatamente o mencionado trabalho conjunto com Horkheimer e pode ser entendido como uma generalização daquelas características psíquicas pensadas inicialmente para o anti-semita. A pesquisa realizada pelos psicólogos de Berkeley com a colaboração de Adorno mostrou que havia um enorme potencial autoritário e, no limite, “anti-semita”, no país formalmente mais democrático do mundo à época: os Estados Unidos da América. Que esse país apresentasse um evidente e violento racismo em relação aos negros não era novidade, mas os resultados da pesquisa apontavam para um fato até então desconhecido ou pelo menos negligenciado: que a mesma atitude subjetiva de desprezo para com os negros podia eventualmente ser direcionada para judeus, ameríndios e/ou outros grupos minoritários na sociedade, o que poderia vir a se constituir como base social de apoio para projetos políticos autoritários e oficialmente discriminatórios.

Esse potencial de autoritarismo discriminatório latente na sociedade norte-americana veio confirmar com pesquisas empíricas a idéia, já presente de modo

especulativo na “Dialética do Esclarecimento” (HORKHEIMER, 1981), de que a vítima do “anti-semitismo” é, como já se assinalou, intercambiável, sendo que a estrutura psíquica dos seus agentes é desconcertantemente semelhante através do tempo e do espaço e se baseia na chamada “falsa projeção”, com sua percepção já quase fisiologicamente distorcida do mundo externo, a partir da incapacidade dos discriminadores de honrar com a parte que lhe cabe no conhecimento da realidade exterior. Isso não significa de modo algum que todos os tipos de discriminação se equivalham, mas apenas que sua base psíquica é semelhante, principalmente se leva em consideração que, por mais que as situações sociais particulares ao redor do mundo tenham em comum algumas características que reforçam cada vez mais a incapacidade dos indivíduos de enxergar com seus próprios olhos, sendo a indústria cultural – igualmente denunciada por Horkheimer e Adorno – um fator muito importante nesse processo. Segundo uma conhecida passagem da “Dialética do Esclarecimento”, os consumidores da indústria cultural desaprendem a “esquematisar” por si mesmos, ou seja, autonomamente referir o aspecto sensível de suas percepções a conceitos que lhes correspondam (ADORNO, 1964, p.145; HORKHEIMER, 1981, p.117), o que os torna presas mais fáceis da ideologia dominante, num desenvolvimento paralelo ao que ocorre na discriminação racial (a relação entre cultura de massa e racismo é um tema extraordinariamente interessante e frutífero, ao qual não podemos nos dedicar nos limites deste texto).

Apesar disso, as especificidades do processo social que leva à discriminação têm uma enorme importância na “construção” do seu alvo e da conseqüente violência a ela associada. No caso “clássico”, estudado pelos filósofos frankfurtianos, do nazismo, os judeus corporificaram, na ótica de seus carrascos, a vítima ideal: enquanto majoritariamente pequenos burgueses remediados eram suficientemente “fortes” para despertar ressentimentos na população não-judaica atingida de cheio pela crise econômica e política; enquanto minoria que se mantinha parcialmente segregada dos gentios, eram suficientemente “fracos” para, por outro lado, não conseguir opor uma resistência que pusesse em cheque o projeto de dominação nacional-socialista.

A Discriminação como Jogo de Identidade e Diferença e a Possibilidade de Especificação Histórica

Embora Horkheimer e Adorno no texto sobre o anti-semitismo não o explicitem, o aspecto de sua reflexão sobre a falsa projeção e a falsa *mimesis* que trata da robustez ou da fragilidade do *ego* tangencia o tema psicanalítico do narcisismo, que se desdobra na teoria freudiana do “narcisismo das pequenas diferenças”, já “canônico” na psicanálise. Se nela se fala de “pequenas diferenças” que o sujeito gostaria de registrar em rela-

ção ao seu círculo e que realimentam o seu narcisismo, poder-se-ia talvez falar, tendo em vista a discriminação de cunho racista, de um “narcisismo das grandes semelhanças”. Ou seja, o dilema do racista, desse ponto de vista, é o seguinte: ele não pode dispensar a “semelhança” porque, sem ela, ele não teria como comparar o discriminado consigo próprio e considerá-lo “inferior”. O racismo, portanto, pressupõe uma comensurabilidade entre as aparências físicas de discriminados e discriminadores. Tal fato adquire uma grande importância, pois é no nível da questão sobre “o que fazer com a semelhança”, que os diversos modelos de racismo se distinguem uns dos outros. A partir desse ponto de vista pode ser que seja mais fácil compreender as especificidades do racismo anti-semita dos europeus, do racismo anti-negro dos EUA e do racismo dissimulado brasileiro.

Quando se fez da teoria social da percepção, desenvolvida por Horkheimer e Adorno na “Dialética do Esclarecimento” (1981) a partir de tópicos kantianos e psicanalíticos, a base para a compreensão do racismo em geral e do modelo brasileiro em particular, tinha-se como pressuposto que a imagem corpórea do indivíduo discriminado constitui um marco fundamental para todo o processo de discriminação. Isso ocorre porque, de acordo com a teoria ecológica da mente, é fundamental a idéia de que construímos a **imagem** do corpo pela seleção dos objetos e dos aspectos dos objetos que deverão espelhar os defeitos e as virtudes de nossos ideais de eu. Ou seja, de acordo com o que se disse acima sobre a dialética identidade/diferença que serve de base “factual” para o racismo, o corpo que é objeto da discriminação racista deve, ao mesmo tempo, **ser diferente e semelhante** do corpo do sujeito racista. Em outras palavras, sem diferença, não há racismo, pois não existiria nenhuma característica específica do grupo que servisse de base “empírica” para a discriminação; sem semelhança, também, não pode haver racismo, pois a referida comensurabilidade entre discriminador e discriminado deixaria de existir e não “justificaria” a discriminação. Desse modo, ao contrário do que geralmente se pensa, o racismo não pode ser explicado apenas pelo aspecto da **diferença** – real ou presumida – entre discriminador e discriminado, mas por um jogo de alternância entre essa e a identidade, que, no fundo espelha a mencionada complementaridade entre projeção e *mimesis*. Embora numa situação de discriminação por etnia, se deva considerar o aspecto da alteridade como um marco importante, é crucial, no entanto, que se leve em consideração o momento da identidade. Um ponto nodal da atitude do racista é o que toca a questão: o que fazer com a “semelhança”, que estatuto se atribui ao semelhante?

Sobre a Especificidade da Discriminação do Negro no Brasil

A “constelação” que gerou a atual estrutura de extrema discriminação dos afrodescendentes em nosso

país tem suas raízes na escravidão, iniciada ainda no período colonial e continuada nos primórdios da existência do Brasil como nação independente, e - a exemplo do que se mencionou no tocante ao anti-semitismo centro-europeu - tem estado ligada a um projeto de dominação da maioria da população por uma pequena elite. No entanto, diferentemente do que chegou a ocorrer à época do nazismo, não há aparentemente nesse projeto uma intenção de extermínio físico dos discriminados - mesmo porque isso equivaleria a "matar a galinha dos ovos de ouro", uma vez que, desde o período da escravidão até hoje, a maior parte da exploração do trabalho recai sobre os negros.

Ainda que se leve em conta esse fato, pode-se dizer que, no Brasil, o principal tipo de anulação dos negros é de cunho moral e se dá por uma incapacidade, por parte dos discriminadores, de perceber a população negra dentro do marco de identidade e alteridade que as mencionadas mimese e projeção "corretas" propicia. Isso - embora não implique em puro e simples "extermínio" - já é suficiente para lançar essa população numa situação de miséria deplorável, sobre a qual recai toda a crueldade da exclusão e da violência (em certos casos extrema) a ela relacionada.

Uma vez que - mais uma vez comparando o anti-semitismo nazista com o racismo brasileiro - na Alemanha da República de Weimar havia judeus pobres, ricos e remediados e no Brasil, desde a época da Colônia até hoje, os negros são invariavelmente os mais pobres e até mesmo miseráveis, tende-se a pensar que em nosso país o tema da desigualdade social parece preponderar sobre a discriminação de origem étnica, pelo menos que essa última não pode ser considerada sem levar em conta o viés da exclusão econômica e social. Isso faz com que, no caso brasileiro, uma das maneiras de entender como as "diferenças" e "semelhanças" constitutivas do racismo sejam construídas pela via da análise das desigualdades de classe. Entretanto, como se verá a seguir, nos casos individuais em que a situação de penúria econômica é superada, pesa sobre o negro ou a negra brasileiros uma espécie de exacerbação do desprezo, numa situação que não deixa de guardar semelhança com a atitude da população ariana em relação àqueles judeus que eram economicamente bem sucedidos.

Desse modo, entender como os supostos e auto-declarados brancos brasileiros se distinguem dos supostos negros brasileiros é analisar como a "semelhança" entre os dois grupos foi tratada. Poderíamos, assim, retomar os tópicos que caracterizam as relações raciais no Brasil, tais como o "racismo disfarçado", o "racismo envergonhado" e o "racismo paternalista" como modalidades diversas de tratar a "semelhança", mais especificamente, de estabelecer em relação a um grupo "minoritário" a medida exata de identidade e de diferença. Esse estabelecimento, como se pretende mostrar, está

ligado tanto à dissimulação do racismo no Brasil quanto ao fato de que a "tolerância racial" é uma realidade na sociedade brasileira.

Uma especificidade da discriminação racial no Brasil é que ela - diferentemente do racismo anti-negro norte-americano ou do anti-semitismo nazista - não está em absoluto baseada num discurso de superioridade da raça branca: não temos entre nós uma "ética de pureza racial", que erija um fosso biológico ou "ontológico" entre as etnias. Ao contrário dos Estados Unidos da América, onde um branco jamais se declararia negro (numa situação em que isso fosse materialmente possível!), mesmo que fosse para obter grandes vantagens materiais, no Brasil, tivemos o exemplo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a primeira universidade brasileira a adotar o sistema de cotas raciais, em que muitos alunos brancos se declararam negros: a vantagem de obter a vaga no ensino superior público tinha mais valor do que a de se declarar branco. Dizer que não temos, no Brasil, uma ética de pureza racial é o mesmo que dizer que tratamos as semelhanças entre "brancos" e "negros" de um modo muito diferente da maneira norte-americana. Isso significa que, pela via do tratamento das "semelhanças" poderemos, talvez, estabelecer uma "gramática dos afetos racistas", na qual poder-se-ia compreender as gradações e combinações entre desprezo, desdém, vergonha, constrangimento, ódio, etc, tanto por parte dos discriminadores quanto por parte dos discriminados. Do ponto de vista da exterioridade social, poderíamos começar a estabelecer uma "gramática das atitudes racistas", i.e. variações entre afastamento ou proximidade social, de parentesco, na geografia urbana, no nível econômico etc. Com isso, certamente poder-se-ia compreender melhor esse tema tão complexo que é o modelo brasileiro de discriminação racial.

No bojo dessa complexidade se encontra uma espécie de recalque da questão racial, a qual em países como os Estados Unidos da América e a África do Sul (no período do *apartheid*) é tão evidente quanto explosiva. Esse recalque pode ser inicialmente descrito em termos psicológicos da seguinte maneira: se no plano da psicologia dos indivíduos observa-se que, entre os traços de identidade da pessoa, algum deles pode resultar em sintoma, normalmente a partir de situação de conflito interno, seria de se esperar que uma característica física como a cor da pele num contexto explicitamente agressivo contra ela poderia ser um fator desencadeador de intenso sofrimento psíquico.

No entanto, segundo o depoimento de vários psicólogos, não se observa sofrimento no consultório em virtude de conflito racial: normalmente ele não é causa de sintoma, tanto na clínica particular (frequentada pelos mais ricos), quanto na da rede pública de atendimento psicológico (ou seja, entre os mais pobres). De acordo com tais depoimentos, constata-se que a identidade profissional, sexual e/ou familiar são os cau-

sadores habituais de sintoma; a racial, normalmente, não. Mesmo quando se observa, no consultório, que o aspecto da corporeidade começa a se tornar um problema, algo gerador de sintoma (como a anorexia, por exemplo), ele se refere mais à discrepância com relação a certo padrão de beleza e/ou sensualidade imposto pelos meios de comunicação de massa, na qual podem se encontrar tanto brancos como negros, do que a traços eminentemente raciais (eventualmente, as qualidades de beleza corpórea da raça negra são até mesmo enaltecidas).

Há, entretanto, uma importante exceção: a situação de conflito externo, como a competição no ambiente de trabalho, por exemplo, ativa a questão da identidade racial ou, se quer, da **diferença racial**. Os casos mais evidentes em que isso ocorreu foram os de negros em situação de ascensão social. Nesses casos, nos quais competidores brancos a uma promoção no emprego, por exemplo, foram preteridos em virtude da maior competência de profissionais negros, a – em todas outras situações, silenciosa – discriminação racial torna-se tão aberta quanto possível, considerando-se o importante fato de que, no Brasil, o racismo é crime inafiançável e que os discriminadores não gostariam de ser formalmente acusados de racismo e de ser até mesmo presos por esse motivo.

Em outras palavras, a “diferença” é ativada a partir de situações de conflito; na maior parte dos casos, a semelhança é que é efetiva. Explicando isso melhor: os autodeclarados brancos brasileiros, de um modo geral, se identificam muito com traços oriundos de talentos negros como a música e o esporte (principalmente, mas não só, o futebol), chegando mesmo a acreditar que a identidade nacional passa necessariamente por esses traços. Isso aponta para uma especificidade importante do “racismo à brasileira”, a saber, que o padrão norte-americano de análise da questão racial, que trabalha com a idéia de “alteridade” e dá ênfase na **diferença** como origem e resultado do distanciamento com relação aos negros, historicamente estabelecido pelos brancos, não explica de modo algum a situação brasileira. É muito provável que no nosso caso não haja solução pelo viés da diferença, mas sim pelo da semelhança.

Isso não significa, porém, que não haja racismo efetivo no Brasil e que ele não tenha características extremamente perversas: é provável que a inexistência de grande número de relatos de sofrimento psíquico a partir de traços raciais seja indício, na psicologia dos indivíduos, de um enorme recalque histórico da questão racial em nosso país. Poder-se-ia inferir que, no que tange aos referidos casos de negros em ascensão social, há um escancaramento da questão racial; em todos os outros casos, apesar de não haver sofrimento suficientemente claro para que possa ser detectado e/ou considerado importante pelo terapeuta, levando-se em

conta o depoimento de muitos discriminados, o cotidiano é extremamente angustiante.

Observa-se, segundo tais depoimentos, um sofrimento latente, normalmente muito recalçado, que tende a se tornar patente apenas no movimento negro, onde as confidências funcionam como uma espécie de terapia de grupo espontânea. O registro desse sofrimento é dificultado pelo fato de que a maioria dos psicólogos é branca (ou se entende como tal) e, ainda segundo ativistas negros, o “silêncio” sobre racismo nos consultórios se deve à questão: por que um negro levaria seu problema a um terapeuta branco, para quem a questão racial não é exatamente um problema? Diante disso, pode-se perguntar se o fato de o racismo não ser tomado pelos psicoterapeutas (brancos) como um problema propriamente psíquico não seria ainda reflexo de uma desumanização “idealizada” dos negros, no fundo, paralela à redução dos judeus a algo sub-humano, no caso do anti-semitismo (apenas os humanos têm “alma”, psiquismo). Nesse caso, não se trata apenas de especulação, pois vários depoimentos de vítimas da discriminação confirmam a história de que, na sua experiência, a sugestão, pelo discriminador, de condição de não-humano ou sub-humano é recorrente. É interessante observar que, em que pesem as já mencionadas diferenças entre o racismo nos EUA e no Brasil, numa reunião entre militantes negros brasileiros e norte-americanos, constatou-se que esses tinham queixas psicológicas muito semelhantes às dos brasileiros.

No caso do Brasil, essa situação de intransparência do sofrimento psíquico do negro pode ir se modificando em virtude do fato de negros que acreditam que seus problemas psicológicos têm origem na questão racial, procurarem cada vez mais psicoterapeutas negros. Segundo o depoimento de uma psicoterapeuta negra, os quadros psíquicos normalmente têm a ver com uma espécie de “paranóia” (usada aqui no sentido corriqueiro do termo), segundo a qual é difícil para o negro saber até que ponto certas preterições de atendimento no comércio ou no setor de serviços (restaurantes, hotéis, etc), por exemplo, são atos “sutis” de discriminação, ou se o negro não está acometido por mania de perseguição. Essa situação é agravada pelo fato de, no Brasil, o racismo ser dissimulado e, além disso, haver uma legislação que, se aplicada, impões duras penas ao discriminador, ou seja, o negro tem razão de não ter claro para si até que ponto ele está sendo efetivamente discriminado ou, tendo em vista a certeza pessoal da efetividade da discriminação, exagerando psicologicamente, numa espécie de sintoma patológico. Isso aponta para o fato de que, se quer compreender o racismo em nosso país, há a necessidade de uma ênfase na abordagem psicológica (sobre a base de uma filosofia social), pois o espaço de convivência racial aparentemente igualitária do Brasil torna a questão aqui muito mais “psicológica” do que ela é, por exemplo, nos Estados Unidos da América.

Sugestões e Recomendações

Embora, como se procurou mostrar, o racismo no Brasil tenha características muito particulares, a teoria da falsa projeção de Horkheimer e Adorno, que foi o ponto de partida para essa reflexão, insiste sobre a existência de uma base comum determinante de todo tipo de discriminação, a qual, por sua vez, repousa em modos distorcidos de percepção dos indivíduos habitualmente discriminados, por parte da parcela da população que normalmente os discrimina.

É importante salientar que, essa distorção na percepção deve ser entendida como uma espécie de enfermidade psíquica, assim como o anti-semitismo nazista, por exemplo, figura como um tipo de paranóia coletiva. Diante dessa relação entre percepção e racismo, sugere-se que, além das medidas de inclusão já adotadas em outros países, com efeito benéfico comprovado, tais como sistema de cotas nas universidades e em setores da administração pública, dever-se-ia envidar esforços para promover a imagem do negro nos meios de comunicação, de um modo radicalmente diferente do que ocorreu até aqui. Como se pode comprovar com muita facilidade, os afro-descendentes são invariavelmente associados a estereótipos que simplesmente reforçam tanto sua condição sócio-econômica presente quanto deseducam as novas gerações de não-negros, impedindo a mudança, mesmo que gradual, da situação.

Estudos como o de Joel Zito Araújo (2000) demonstram o racismo – quase sempre dissimulado – nos meios de comunicação brasileiros, onde, nas telenovelas, por exemplo, a esmagadora maioria dos personagens negros é de subalternos e/ou de conformados com sua situação de inferioridade, quando não de figuras abertamente negativas como criminosos, por exemplo. Até mesmo quando há a intenção de apresentar negros com uma imagem claramente positiva, não se escapa totalmente dos estereótipos, com os personagens femininos primando pela sensualidade e os masculinos pelo porte atlético e/ou pela habilidade esportiva. Até há bem pouco tempo não se viam negros nas peças publicitárias brasileiras e isso só começou a ocorrer, de modo ainda bem tímido, quando a possibilidade de surgimento de um público consumidor composto de afro-descendentes assim o exigiu.

Uma vez que nossa percepção, como se viu acima, é orientada por “esquemas”, isto é, representações que associam o que percebemos a conceitos que já possuímos, e que os meios de comunicação de massa fornecem (quase mesmo impõem) esquemas que funcionam como chaves para nossas percepções, pode-se atribuir aos *media* uma grande responsabilidade para a consolidação e a continuidade do racismo no Brasil.

Desse modo, tendo em vista o acima exposto, a principal recomendação que se pode fazer é atuar junto aos meios de comunicação no sentido de que eles passem a fornecer “esquemas” para a percepção da

igualdade racial. Em outras palavras, um jeito eficaz de combater o racismo é colocar a situação de igualdade como algo corriqueiro, habitual. É claro que isso não deveria funcionar como um elemento adicional de “falsificação” da realidade, ao lado de tantos outros, que podem ser atribuídos aos “media”; mas exatamente na medida em que existem, como se viu acima, traços da população negra com grande potencial para a identificação por parte dos brancos devem ser trabalhados com essa finalidade.

Naturalmente, para evitar qualquer mal-entendido sobre a possibilidade de censurar os meios de comunicação, isso deveria ser feito do modo mais público e democrático possível, inclusive com a participação de militantes das associações de defesa de interesses dos negros, dos consumidores e dos usuários dos meios de comunicação.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. Poética. **Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 1979, p.243 (paginação padrão: 1448b).
- ARAÚJO, J. Z. **A negação do Brasil. O negro na telenovela brasileira**. São Paulo, Editora Senac, 2000.
- ARAÚJO, J. Z. filmes: “Retrato em branco e preto”, que denuncia o racismo nos meios de comunicação e o longa-metragem “A negação do Brasil”, que como o livro homônimo, aborda a participação de atores e atrizes negros nas telenovelas brasileiras.
- ADORNO, T. Minima moralia. In: **Gesammelte Schriften 4**, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996. p.118-119. Tradução brasileira de Luiz Eduardo Bicca, São Paulo, Editora Ática, 1992. p.91.
- ADORNO, T.W. *et al.* **The authoritarian personality**. New York: J. Wiley, 1964.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **Dialektik der Aufklärung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1981. (tradução brasileira: **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1984).



Os jovens e as jovens são as maiores vítimas da violência na nossa sociedade

Kabengele Munanga¹

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar deste seminário que trata de um assunto tão importante, ou seja, a violência sobre a juventude que devemos considerar como o futuro de todas as nações do mundo.

Fui incumbido de falar da construção social do preconceito. Claro que isto é um assunto que eu discuto e analiso durante um semestre de aula na universidade e que não serei capaz em apenas alguns minutos de fazer aqui toda sua explanação.

Começaria dizendo que por toda parte, e principalmente nos países empobrecidos da África, os jovens constituem a maior vítima da violência, cujas causas são diversas: a má distribuição da renda, o desemprego, as guerras, falta de segurança e toda uma cultura de violência que se desenvolve nas grandes cidades do mundo. Em muitos países africanos que estão em guerras civis, nos países do Oriente Médio, como Palestina, nos Balcãs, etc, a maioria dos soldados que combatem e morrem são jovens entre 18 a 30 anos aproximadamente. Em alguns países da África em guerras, os jovens de 11 a 12 anos são obrigados a carregar cedo uma metralhadora para matar e morrer.

Mas se todos os jovens, em todos os países do mundo, são alvo da violência e da morte precoce, eu diria que nos países que convivem com os preconceitos raciais e que praticam atos de discriminação racial, os jovens negros são duplamente vítimas da violência. Algumas estatísticas indicam, por exemplo, que nos Estados Unidos, 40% a 50% da população carcerária é composta de jovens negros, de uma idade, que varia entre 18 e 25 anos, quando os negros são apenas 11% a 12% da população americana. Infelizmente, não temos estatísticas no Brasil para poder fazer comparações esclarecedoras. Mas algumas pesquisas apontam que a morte por violência é mais elevada na população negra, comparativamente, à população branca. Apesar da ausência das estatísticas, sabe-se que a maioria dos jovens e das jovens vítimas de violência nas favelas do Rio de Janeiro é certamente negra e mestiça. Creio que todo mundo viu o filme "Cidade de Deus", que

ilustra bastante a cor e a idade das vítimas de violência nas favelas e nas grandes periferias de nossas cidades.

Onde estaria a explicação? É claro, a explicação está entre outros no preconceito racial e sócio-econômico. Porém, se fosse apenas o preconceito enquanto atitude e opinião verbalizada, não teriam tantas conseqüências nefastas. Trata-se, na verdade, de comportamento de discriminação racial com justificativa nas teorias científicas construídas ao longo do tempo, na ótica da ideologia chamada **racismo**. Devemos deixar claro que, o preconceito racial é apenas uma modalidade dos preconceitos que existem em todas as culturas e sociedades humanas. Existem tantas formas de preconceitos, quantas formas de diferenças. O preconceito racial e a ideologia correspondente, o racismo, vêm sendo construídos no Brasil, desde o sistema escravista, mas se tornaram mais nítidos depois da escravidão, com o objetivo de manter o *status quo*, pois, depois da abolição, o ex-senhor se tornou branco e o ex-escravizado se tornou negro. Houve apenas uma substituição das palavras, sem mudança qualitativa na relação anterior de superioridade e inferioridade.

Depois da Abolição e, principalmente, da proclamação da independência do Brasil, a questão da construção da identidade nacional se coloca de maneira crucial. Como construir uma nação digna com tamanha diversidade de raças e culturas, com tantas mesclas e misturas entre brancos, índios e negros? Tal era a pergunta crucial, que a maioria da elite pensante política e intelectual discutia; alguns pensavam que o caminho mais seguro seria a mestiçagem, que constituiria um "trampolim" para chegar ao branqueamento da sociedade brasileira - que não seria mais negra, nem índia, nem branca geneticamente, mas sim fenotipicamente uma sociedade branca, portanto uma sociedade sem preconceitos. Outros, como Nina Rodrigues (1894), achavam a mestiçagem do Brasil uma aberração, pois daria origem a uma população degenerada com inteligência e qualidades psicológicas e morais inferiores comparativamente com as populações originais, o que prejudicaria o destino e o futuro do Brasil como nação civilizada.

Vejam que os preconceitos que existem até hoje sobre os negros e os mestiços, "naturalmente propensos

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e Professor do Departamento de Antropologia Social e Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. Contato: kabe@usp.br

à criminalidade” no imaginário coletivo da polícia brasileira, foram construídos ao longo do tempo, a partir da Ciência Antropológica dos fins do século XVIII e inícios do século XIX e difundidos na noite do tempo, no tecido social, através da educação e da socialização. O imaginário preconceituoso da “nossa” polícia é apenas um microcosmo de um preconceito que está no tecido social da sociedade brasileira como um todo.

Podemos dar alguns depoimentos para mostrar que o jovem negro é a maior vítima da violência na nossa sociedade, quer seja policial, quer seja violência simbólica. Sem dúvida, todos os jovens e todas as jovens são vítimas da violência, independentemente de sua origem racial, mas a juventude negra é duplamente vítima. Os depoimentos seriam riquíssimos, se pudermos chamar aqui jovens de várias periferias dando-lhes a liberdade para falar de suas experiências de vida, nós vamos ver que eles/elas convivem cotidianamente com a discriminação e a violência.

Vou apenas dar um depoimento de um jovem de 29 anos:

“Eu acordo e vou dormir todos os dias tendo consciência de que sou negro. Vivo num grande estado de alerta, já fui parado pela polícia mais de trinta vezes, toda vez que boto o pé na rua tenho que levar documento, com doze anos um guarda me apontou uma metralhadora quando eu estava saindo da padaria, O que você está levando aí?. Era um litro de leite que eu acabava de comprar”.

Por coincidência, este menino é um filho de classe média, é filho de um professor da Universidade de São Paulo. Imaginem os milhares que não têm oportunidade de dar essa entrevista para a revista “Marie Claire”, feita em fevereiro de 2000, que não têm nem essa chance de levantar a voz.

Acho que todo mundo sabe que um jovem negro não pode atravessar a rua sem levar a carteira de identidade; eu eduquei meus filhos dizendo: “Vocês não podem atravessar a rua sem identidade, pois se cruzar com a polícia, até você demonstrar que você mora naquela casa, que você é filho de fulano...”. Aí é aquela história do macaco correndo com a língua para fora, querendo atravessar a fronteira do Brasil, e perguntaram para ele: “Macaco, por quê você está correndo tanto?”. “Alí no Brasil, estão matando todos os animais que têm orelhas grandes”. “Mas você não tem orelhas grandes, mas por que está correndo tanto?”. “Meu amigo, até provar, eu já estou morto!”. Então, dizer que é uma questão simplesmente econômica e social não pega, porque um jovem negro, pouco importa a classe social a qual ele pertence, é suspeito por ser simplesmente negro, até descobrir que ele é filho do médico, ele já está, às vezes, sem vida.

Outra história, do Pedro, um menino de 12 anos que estudava no Colégio São Bento, aconteceu ano

passado, nas vizinhanças do colégio; ele foi abordado por um grupo de policiais. Apesar de estar de uniforme do Colégio São Bento e apresentar a carteira de identidade, o menino foi brutalmente tratado: jogaram os documentos, empurrando-o contra a parede, disseram que ele não era aluno do colégio, que aquele uniforme foi uniforme roubado, etc. A história parou na justiça porque, felizmente, a mãe trabalhava na Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo.

O caso mais conhecido é o do dentista Flávio, de Guarulhos, morto pela Polícia. Bastou um cidadão branco prestar queixa dizendo que o assaltante era negro, que o primeiro negro que apareceu levou tiro da Polícia; não houve tempo de verificar se era o verdadeiro assaltante, porque o negro é sinônimo da violência, é sempre o suspeito.

Meus filhos estudaram no Colégio Equipe, um colégio de classe média. Entre o ponto de ônibus e o colégio, os únicos jovens que eram revistados pela polícia frequentemente eram eles; seus colegas brancos, que também tomavam ônibus, nunca foram revistados.

No documentário “Onde Você Esconde o Seu Racismo?”, que vi ultimamente, com direção de Mirian Leitão, uma mulher negra conta que numa blitz policial, estava no ônibus com o marido - marido branco - e outras pessoas brancas; ela foi a única a ser revistada pela Polícia. Isso significa que, no imaginário coletivo da polícia brasileira, o negro é o maior suspeito em termo de assalto, atos criminosos. Isso são coisas que vêm já dos escritos de Nina Rodrigues e Lombroso, ambos médicos psiquiatras que pensavam que algumas características físicas determinam os comportamentos das pessoas que podem naturalmente ter tendência à criminalidade. Conseqüentemente, o negro pelas suas características físicas, seria potencialmente um ser criminoso! Essa visão não está apenas no imaginário coletivo da polícia brasileira, mas também, no imaginário coletivo de todos os brasileiros, porque nós fomos socializados nessa cultura racista.

Alguns anos atrás, o jornal “Oficina do Estudante”, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), publicou uma matéria interessante sobre o comportamento dos assaltantes: explicou os truques, estratégias, a maneira como eles abordam as vítimas, etc. Era uma matéria excelente, só que as ilustrações dos personagens assaltantes eram todos indivíduos negróides; quer dizer, no imaginário coletivo desses estudantes o assaltante é negro. Se essa visão preconceituosa e estereotipada, se encontra até no imaginário do estudante universitário que deveria ter mais discernimento, imaginem então a maioria da população pouco esclarecida!

Finalmente, para terminar, não sei se alguma pessoa entre os presentes, leu a tese muito interessante defendida em 1998, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, pela Prof^a Dra. Maria

Inês da Silva Barbosa. Ela levantou dados dos óbitos dos meses de janeiro, abril e julho e outubro de 1995 no estado de São Paulo, num total de 21.630 óbitos. Claro, depois de algumas análises chegou apenas a 18.836 casos identificados como raça negra, branca, parda, etc. Ela chega à conclusão de que as mortes por violência na população branca representam 8,4%, contra 23,4% de mortes por violência na população negra, ou seja, mais do que o dobro da população branca.

No ano passado, vi uma reportagem na televisão sobre casos de denúncia de discriminação nas filas do Sistema Único de Saúde (SUS), onde as mulheres negras não tinham o mesmo atendimento, a mesma qualidade de atendimento que as mulheres brancas. Eram denúncias feitas por pesquisadoras e pesquisadores brancos e negros, preocupados com a questão da saúde da população. Mas, o que me surpreendeu na mesma reportagem, foi o comportamento do Presidente do Conselho Regional de Medicina, negando categoricamente que não há discriminação no atendimento do SUS. O que significaria que essas mulheres negras não têm cidadania, são mentirosas, pois os depoimentos delas não são considerados - como acontece em todos os casos em que o negro é vítima da violência (MUNANGA, 2007).

No meu entender, uma autoridade responsável poderia, em vez de negar categoricamente, no mínimo dizer: "olhe, vamos averiguar, para saber o que aconteceu de fato e depois tomar as medidas cabíveis". Mas ele negou categoricamente e isso é realmente o quê? O mito de democracia racial, um dos problemas desta sociedade que não quer se assumir como uma sociedade racista. No entanto, uma sociedade que quer mudar é uma sociedade que se assume, que assume seus problemas, suas dificuldades e, a partir daí, busca os caminhos de mudança, de transformação.

Creio que um dos pontos de partida em nossa luta de combate ao racismo é que a sociedade se assuma. Eu me lembro de uma frase interessante do sociólogo Florestan Fernandes, grande teórico da questão racial na Universidade de São Paulo, dizendo que, um dos problemas do racismo brasileiro é o preconceito de ter preconceito.

Referência Bibliográfica

MUNANGA, K. Saúde e Diversidade. Saúde e Sociedade; 16 (2):7-13-18; 2007.



Da Lei do Ventre Livre ao Estatuto da Criança e do Adolescente: uma abordagem de interesse da juventude negra

Gevanilda Santos¹

Este artigo resume um conjunto de informações sobre a legislação brasileira, da Lei do Ventre Livre até o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando a abordagem sociológica para observar o impacto sobre a juventude, particularmente, a juventude negra. Traz o olhar de quem foi jovem há algum tempo e quer deixar registrada mais uma experiência². A riqueza da experiência da juventude em luta e a resistência pela vida são fenômenos que se repetem em muitos países. A juventude brasileira ao denunciar e combater o racismo, também, participa dessa importância histórica.

O período histórico entre a Lei do Ventre Livre, em 1871, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990, nos faz lembrar o caráter elitista do Estado brasileiro, decorrente do colonialismo português, da escravidão e do autoritarismo. Nos faz re-visitare a História para verificar o quanto a sociedade valorizou ou não a dignidade, a identidade, a integridade física, psicológica e moral das nossas crianças e adolescentes. Um outro aspecto importante decorrente da legislação em questão é a cultura política da criminalização da criança e do adolescente, particularmente os de identidade racial de origem negra e indígena, na condição social de filhos da classe trabalhadora.

Desde o período colonial, as crianças e adolescentes conheceram a violência a partir da colonização portuguesa, quando a Igreja, através da ação de jesuítas, impunha evangelização às crianças indígenas e, desta forma cruel, provocava a perda de sua identidade. Kabengele Munanga (ver texto nesta publicação) já vem apontando os efeitos nocivos da política denominada “ideologia do embranquecimento”, ou seja, o mito da democracia racial.

Com o tráfico e a escravização dos africanos, as crianças negras também conheceram a violência, principalmente, com a separação dos familiares, o trabalho forçado, os castigos e as humilhações. As crianças negras eram tidas como brinquedos e animais de estimação das crianças brancas. Quem estiver em São Paulo, e for visitar o Museu Afro Brasil, verá na seção de castigos as iconografias, fotos e lembranças que remetem ao tempo dos maus tratos às crianças negras durante o período colonial.

A simbologia negativa do “abandono” das crianças vem desde a Época Colonial, quando, em 1521, as câmaras municipais e as casas de misericórdia recolhiam os órfãos abandonados no sistema de “roda” das casas de misericórdia: cilindro giratório localizado na parede dessas instituições, onde as pessoas abandonavam as crianças chamadas ilegítimas. Assim, surgiram as casas de assistência ou de orfandade. Embora não seja o momento para uma análise das relações de gênero na colônia, cabe lembrar que as crianças denominadas ilegítimas eram fruto do estupro, em sua maioria, de mulheres indígenas e negras.

No período do Império brasileiro tem início a organização das leis penais, cujo alvo era punir as crianças, jovens e adultos que ficavam indistintamente em prisões comuns. O Código Criminal de 1830 estabelecia a primeira preocupação legal com os chamados “menores”. O artigo 10 deste Código Penal diz: “Também não se julgarão criminosos os menores de quatorze anos. Se provar que os menores de quatorze anos tiverem cometido crimes e que fizeram com discernimento, então, deverão ser recolhidos à Casa de Correção pelo tempo que o juiz determinar, contanto que o recolhimento não exceda a idade de dezesseis anos” (SILVA, 2001; SILVA JR, 2003).

Aprisionar crianças desde a sua mais tenra idade, porque eram vistas como “potenciais de criminalidade” é uma cultura política cunhada desde o período colonial. Com a Lei do Ventre Livre (1871) essa situação se agrava:

Uma rápida leitura do processo abolicionista no Brasil permite compreender que essa é uma legislação que marginaliza a criança negra porque determina que esta poderia estar livre da escravidão, mediante prévia

¹ Mestre em Sociologia Política -PUC São Paulo, Pesquisadora das relações sócio-raciais e integrante das diretorias da Soweto Organização Negra e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN. Contato: gevanilda@yahoo.com.br

² Situo o “lugar” de onde falo: sou professora universitária e nos últimos anos tenho me dedicado à disciplina de História da África. Também participo da organização do movimento negro paulista “Soweto Organização Negra” - fundada em 1991 - com nome dado em homenagem à juventude sul-africana do bairro do Soweto, que em 16 de junho de 1976 protestaram contra a proibição do estudo escolar em sua língua nativa, o Bantu, imposta pelo *apartheid*, governo de minoria branca local. Neste episódio, a reivindicação legítima foi recebida com muita violência e a polícia sul-africana investiu contra os estudantes desarmados, matando cerca de 600 jovens. O Levante de Soweto marcou o início de uma série de revoltas da população negra (80%) e intensificou a luta pela libertação nacional e pelo fim do *apartheid*. Hoje, na África do Sul, no dia 16 de junho comemora-se o Dia da Juventude Sul-Africana e Soweto tornou-se um símbolo internacional de luta contra o racismo. Ao homenagear esses heróis, a Soweto Organização Negra brasileira, procura lembrar a importância da participação da juventude, a sua resistência e luta em prol da sua vida.

indenização oferecida ao senhor de escravo por sua mãe. Esta lei trouxe um debate jurídico de como denominar o filho livre da mãe escrava, que acabou sendo definido como “ingênuo”, ou seja, o filho de ventre livre não adquiria liberdade jurídica e, por isso, estava impedido de freqüentar a escola e participar da vida política do país. Pela Lei do Ventre Livre, o senhor que ficava com a criança liberta não era obrigado a oferecer instrução primária, o que provocou a situação do abandono de milhares e milhares de crianças.

Logo depois, em 1888, a chamada Lei Áurea determinou o fim da escravidão - abolição inacabada. Passados 120 anos da abolição, o dia 13 de maio é consagrado o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, pois a abolição da escravatura não foi acompanhada de nenhuma proteção social ou reparação aos quase 400 anos de trabalhos forçados. Por isso, essa data demarca o início da situação de desproteção da juventude negra.

A situação de abandono da juventude negra tem que ser contraposta às experiências ao seu combate. Há dois conceitos muito ricos e importantes para compreendermos esta reação: o conceito de **ancestralidade** e o conceito de **resistência**. A vida de Luiz Gama ilustra tais conceitos por ser uma experiência marcante no período abolicionista a ser ensinada a todas crianças em período escolar³. Sua biografia marca o autodidatismo, a importância da escolarização, da profissionalização e resistência contra as formas de opressão e violência da escravidão. Relembrar Luiz Gama é fortalecer a sua memória e a ancestralidade de uma luta que não começa agora, mas vem do tempo do Quilombo de Zumbi dos Palmares e, ainda hoje, continua.

A situação de abandono e a prática de penalizar a criança e o adolescente avança pelo período republicano. Após-abolição, com o crescimento das cidades, ocorreu uma associação entre infância e delinquência. Ao se consolidar um modelo de desenvolvimento urbano-industrial, capitalista e excludente, se intensifica a visão dominante de criminalização das crianças e adolescentes: a questão da infância sai pouco a pouco da esfera do assistencialismo (ou da assistência das casas religiosas praticada pela Igreja Católica) e passa para a área jurídica.

Logo após a proclamação da República, duas legislações merecem destaque:

- o Código Penal, de 1890, primeiro da República, dispunha sobre as crianças que perturbam a ordem, a tranqüilidade e a segurança pública e

altera a idade de responsabilidade criminal para nove anos. Define que os infratores entre nove e quatorze anos devem ser indicados ao recolhimento das casas de correção, inaugurando uma política de institucionalização e criminalização dos jovens.

- o Decreto 145, de 1893, determina a necessidade de isolar os vadios, os vagabundos e os “capoeiras” na Colônia de Correção. Desde então, a legislação passa a perseguir a arte e a cultura de resistência dos capoeiristas, considerada uma situação de vagabundagem e passível de prisão.

Vários autores, especialistas em literatura jurídica, afirmam ser o período republicano, o momento de maior controle e repressão do Estado sobre a infância⁴. O jurista Candido Mota é nome bastante referido nesse momento, pois é ele quem determina a criação de uma instituição específica para crianças e adolescente, até então relegados a prisões comuns. Seguindo essa determinação, no ano de 1896, surgiu em São Paulo, na região de Perdizes (bairro do Pacaembu), a Casa dos Expostos.

Logo depois, a Lei 947, de 1902, determinou que os denominados “menores” acusados criminalmente e órfãos abandonados encontrados em vias públicas - se assim considerados por um juiz -, fossem internados nas colônias correccionais, permanecendo lá até os dezessete anos. O Decreto 4242, de 1921, fixa a idade da responsabilidade penal em 14 anos.

No Rio de Janeiro surgiu, nesse período, o primeiro Juizado de Menores do Brasil, capitaneado pelo magistrado Mello Mattos. Este magistrado definiu que, junto ao Juizado, fosse construído um abrigo destinado ao jovem abandonado e infrator, dando origem ao primeiro Código de Menores, que regulamentou medidas específicas para adolescentes entre 14 e 18 anos, alterando a idade penal para 18 anos.

Os decretos, leis e códigos foram definidos a partir da visão de mundo apenas de juizes, com um olhar preconceituoso diante da pobreza e da cultura negra, principalmente acerca do biótipo de ascendência africana. Surge, assim, a idéia de que negro é suspeito. Consolida-se, também, a noção de assistência e controle das crianças e adolescentes como um novo mecanismo de intervenção sobre a população. A partir deste momento, a palavra “menor” passa a simbolizar a infância pobre e negra como algo potencialmente perigoso; não se fazendo qualquer distinção entre a situação de abandono e a de infração.

No período da Constituição de 1937, na era Vargas, o Código Penal de 1940 redefiniu a responsabilidade penal dos jovens, que passou de 14 para 18 anos de idade. No início da década de 40, no Estado

³ Luiz Gama foi filho de Luiza Mahin, africana livre de nação Nagô da região da Costa do Marfim e liderança ativa nas insurreições baianas do século XIX. Seu pai, um português baiano com comércio decadente, acabou vendendo seu próprio filho (Luiz Gama), ainda criança de dez anos, para um traficante de escravos paulista. Luiz Gama viveu em Santos, Campinas e São Paulo e conseguiu estudar. Fugiu do cativeiro aos 18 anos e conseguiu provas de que havia nascido livre e que estava sendo mantido ilegalmente no cativeiro. De escravo a advogado, ou rábula, a autodidata, fez do Direito uma arma na luta contra a escravidão. Libertou mais de 500 escravos, utilizando, como instrumento legal, a lei de novembro de 1831 - que declarava livre todos os africanos desembarcados no país após sua promulgação, pois regulamentava o tratado entre Portugal e Inglaterra (feito em 1818), que punha fim ao tráfico de escravos.

⁴ Nota da autora: A legislação apresentada neste artigo foi resultado de uma pesquisa virtual na Internet sobre o assunto.

Novo, a concepção de assistência social é destacada e criam-se as escolas de Serviço Social do país, buscando dar conta do abandono de adolescentes. Neste momento, ocorre a separação das noções de “menor” e “criança”. “Menor” passa a ser a designação adotada para filhos de trabalhadores e de pobres, de origem negra e indígena; “criança” passa a definir os filhos da elite. O Decreto Lei 3799, de 1941, cria o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), com a finalidade de fiscalizar as casas de serviço assistencial, (públicas ou privadas), investigar razões da anomia social dos delinquentes e oferecer tratamento psíquico⁵.

Por quase duas décadas, é mantido esse serviço público repressivo ao menor, visando conter a situação de pobreza dos adolescentes e o silêncio do Estado quanto à defesa do Direito à Infância. Somente na partir da década de 60, num momento de comoção nacional diante da violência urbana, é que a ordem dos fatos foi alterada⁶.

No contexto da Ditadura Militar de 64, nasceu a Política Nacional de Bem-Estar do Menor com da Lei 4413/64. A partir daí é instituída a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com o objetivo de coordenar as entidades estaduais responsáveis por crianças e adolescentes. O caráter dessa política pública, da mesma forma, continuava repressor e controlador com relação à vida de crianças e adolescentes, principalmente, a juventude negra. Vale a pena lembrar, mais uma vez, que a alteração da legislação brasileira sempre ocorreu movida por alguma comoção nacional - quando a violência urbana atinge familiares da elite. Por isso, é preciso estar atento para essa cultura política autoritária que muito sensibiliza os representantes conservadores do Estado e muitos segmentos da sociedade brasileira.

Em São Paulo, o Decreto de 29 de dezembro de 1967 criou a Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo e, posteriormente, a Coordenadoria dos Estabelecimentos Sociais do Estado (CESE). Em 1974, ocorreu a criação da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (PRÓ-MENOR), agrupando todas as unidades de atendimento aos jovens. Entre essas unidades, se inclui a Chácara do Belém, que, desde 1910, atendia crianças no mesmo endereço da unidade Tatuapé da FEBEM.

Em 1976, a Secretaria de Promoção Social mudou o nome da PRÓ-MENOR para Fundação Estadual do

Bem-Estar do Menor (FEBEM), se adaptando à política federal de atuação na área do adolescente em situação de conflito com a lei e consolidando o modelo repressivo já praticado pelo SAM.

Hoje há um consenso da razão do qual a FEBEM não deu certo e muitos fatores devem ser levados em conta nesta análise. O caráter mais repressivo que educativo desta instituição já foi citado; ela não incorporou as disposições do estatuto e das normas internacionais das Nações Unidas para jovens privados de liberdade. Ao mesmo tempo, a superlotação, a inadequação dos espaços e as condições precárias de higiene e limpeza criaram ambientes desumanos e, principalmente, sem nenhuma proposta pedagógica capaz de re-socializar os jovens. Predominou a visão da criminologia positivista impregnada de preconceito de classe e raça.

Desde a década de 70, a pressão dos segmentos democráticos da sociedade (movimentos sociais, partidos políticos democráticos e instituições progressistas) contribui para o fim do regime autoritário e o fim do modelo FEBEM-FUNABEM. A pressão dos movimentos sociais exigiu a criação de um novo Código de Menores. O Movimento dos Meninos e Meninas de Rua impulsionou a articulação de vários grupos em defesa dos direitos da criança e do adolescente⁷.

Este amplo apoio em defesa do Direito à Infância culminou com as mobilizações inclusas na Constituinte de 1988, fazendo com que artigo 227 atribua à família, a sociedade e ao Estado o dever de assegurar às crianças e aos adolescentes seus direitos fundamentais. Desta concepção, nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069 de 13 de junho de 1990 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1990).

A contribuição do Movimento Social Negro ao fortalecimento do Direito da Criança e do Adolescente deve ser destacada, pois surgiu na década de 90 com a Campanha “Não mate as nossas crianças”⁸.

O ECA incorporou princípios da legislação internacional afirmada desde os anos 50 na Declaração dos Direitos do Homem e na Declaração dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil; recebeu influência dos teóricos da antipsiquiatria e do marxismo, como resultado da discussão de intelectuais, médicos e juristas mais críticos, que viam a raiz do problema das crianças e adolescentes na estrutura das classes da sociedade moderna, denunciando o tratamento desigual dado

⁵ Alguns autores afirmam começar, nesse período, o desenvolvimento da mentalidade racista incorporada à Ciência e a busca de responsabilizar o abandono das crianças, sob uma visão funcionalista, apenas em crianças e em famílias negras, não questionando a responsabilidade da sociedade e no Estado. Na década de 50, nos Estados Unidos a teoria da chamada Criminologia Positivista foi difundida, defendendo a concepção que a delinquência é patológica e é determinada por causas biológicas, psicológicas e sociais. Na teoria da “anomalia”, de Durkheim, o conceito sociológico explica a divisão do trabalho, o declínio da solidariedade social e o acirramento do conflito entre os grupos e as classes sociais a partir de consequências patológicas, buscando suas implicações no comportamento dos indivíduos, desresponsabilizando a sociedade.

⁶ Diante do assassinato de seu filho, o jornalista Odilon Costa Filho, transformado por tal perda, foi até o reformatório conhecer de perto o provocador da tragédia. Saiu de lá convencido de que, grande parte da responsabilidade pelo fim trágico de seu filho, cabia aos responsáveis por organizar e manter precariamente um lugar como aquele, o chamado SAM.

⁷ O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, organização não-governamental criada em 1985 e presente, hoje, em 24 estados brasileiros, se originou de uma articulação de educadores e outros profissionais da área que tinham uma nova concepção de agir com este público, considerando os jovens portadores de direitos, inclusive o de serem respeitados como cidadãos.

⁸ A história de vida de Evanir dos Santos, à época um jovem negro que cria a associação de ex-alunos da FUNABEM, para acompanhar a integração na sociedade de seus companheiros de instituição. Fundou mais tarde o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, CEAP, uma instituição do movimento negro do Rio de Janeiro que vem se destacando na luta contra o racismo, a violência policial e o extermínio de menores. O CEAP engajou-se na campanha do Movimento Brasileiro “Não mate nossas crianças”, lançada em 1989, que focalizava o extermínio de crianças e adolescentes, para aprofundar o debate público da ação policial e a sua vítima preferencial, a população negra e residente em morros, favelas e periferias.

aos jovens e passando a incorporar os princípios dos Direitos Humanos a todos os cidadãos. O ECA põe um ponto final na concepção de que o criança deve ser tutelada pelo Estado e rejeita o conceito de “menor”, ainda empregado, principalmente, pela imprensa para criminalizar a juventude negra e pobre.

Outra inovação trazida pelo ECA foi o a proposta de criação do Conselho Tutelar, órgão público municipal de caráter autônomo e permanente, com a função é zelar pelo Direito à Infância e à Juventude, conforme os princípios estabelecidos por este estatuto⁹.

Considerações Finais

É importante afirmar o protagonismo da juventude na organização deste seminário diante da movimentação conservadora atual da elite visando à redução da maioria penal. O posicionamento favorável da elite visando reduzi-la para 16 anos não é algo novo, como foi visto, e significa a tomada de posição dos conservadores para retroceder conquistas do Direito à Infância. Eles pretendem impedir a organização dos setores democráticos na busca de outro modelo de sociedade.

Para concluir, é importante destacar que somos contra o genocídio da juventude negra e contra a alteração da legislação para criminalizar a juventude. É importante denunciar, em âmbito nacional e internacional, o conservadorismo que incide sobre as políticas de interesse e proteção à juventude negra, uma vez que elas estão sendo alvo da repressão do Estado. Isso está presente também na reação conservadora à política de imigração da África à Europa e na reação às políticas que implantam ações afirmativas de ampliação do acesso à educação pública. É importante compreender que o Movimento Negro no geral, e o *Hip Hop*, em particular, desde os anos 80, têm conseguido colocar na agenda política brasileira o combate ao racismo em todas as fases da vida, como condição necessária e fundamental para a democratização da nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

- FILGUEIRA JR, A. **Código criminal do Império do Brasil**. Anotado. 1876.
- GOMES, J.B.B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.
- SANTOS, G. (co-org.). **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.
- SANTOS, G. *et al.* **A juventude Negra. Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- SILVA, K.E.O. **O papel do direito penal no enfrentamento da discriminação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- SILVA JR., H. **Direito de igualdade racial. Aspectos constitucionais, civis e penais. Doutrina e Jurisprudência**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

⁹ Aos conselheiros tutelares cabe atender crianças, adolescentes, pais ou responsáveis, em casos de ameaça ou violação de direitos; aconselhar e encaminhar casos para programas de tratamentos, podendo, para isso, requisitar serviços públicos. Estes conselhos são compostos por cinco membros eleitos pela comunidade para a fiscalização dos direitos das crianças e dos adolescentes perante o Estado, a comunidade e a família.



A criminalização da juventude popular no Brasil: histórias e memórias de luta na cidade do Rio de Janeiro

Vera Malaguti Batista¹

Quero saudar a todos, começar agradecendo o convite do Instituto de Saúde, saudar os queridos companheiros da mesa, o Weber, professor Kabengele, Gi-vanilda. Saudar o movimento organizado, as lutas heróicas do Coletivo Força Ativa, Educafro, Movimento Negro Unificado, Coletivo Contra a Tortura, os heróis da resistência. Sou do Rio de Janeiro, então minha fala vai ser pautada por essas histórias. Foi Foucault quem disse que o racismo foi inventado pelo colonialismo (FOUCAULT, 1999).

Essa teoria, como mostrou o professor Kabengele, pretendia demonstrar cientificamente que a incorporação da periferia tinha alguma legitimidade. Se antes o discurso era religioso, povos que não tinham alma, no século XIX vai aparecer uma teoria científica, que vai legitimar o racismo, fruto do colonialismo e do processo de acumulação de capital. Então estou querendo mostrar como o capitalismo produziu o racismo e mantêm o racismo, a devastação da África, como é que isso faz parte de um processo profundo, como essas coisas estão interligadas. Trata-se daquilo que Darcy Ribeiro analisou como **processo civilizatório** (RIBEIRO, 1987).

O processo de acumulação de capital promoveu uma devastação na África e na América Latina. A América Latina é um continente que tem uma profunda ligação com a África. A escravidão e o extermínio dos povos indígenas, que fazem parte daquilo que Darcy Ribeiro, considerando cada ciclo econômico, chamou de “moinho de gastar gente” (RIBEIRO, 1959): a extração de pau-brasil era um moinho de gastar indígenas, como o açúcar, o ouro e o café eram moinhos de gastar africanos. Estou tentando mostrar como o moinho de gastar gente de hoje é o moinho de gastar juventude popular, juventude negra. O Joel Rufino dos Santos, que é um grande pensador brasileiro, diz que o Brasil tem uma característica perversa: nós temos 500 anos de história e desses 500 anos, apenas 100 sem escravidão. Então a nossa história é marcada, tem as marcas da escravidão no dia-a-dia. Cada vez que o povo brasileiro, nascido dos escombros das civilizações indígenas e africanas no Brasil, vai avançar no sentido do

seu protagonismo, é produzido um **medo branco**, que serve para adiar as nossas revoluções.

Esse medo é aumentado e manipulado, como o medo da segurança pública. Ele é sempre produzido pelas elites para manter uma hierarquia social muito cruel e para legitimar o extermínio do povo brasileiro. Na história do medo na cidade do Rio de Janeiro (BATISTA, 2003), ao trabalhar duas conjunturas, a conjuntura da entrada do liberalismo no Brasil a partir do contexto da nossa emancipação em 1822 e o marco do neoliberalismo do fim do século XX até os dias de hoje, tentei mostrar quais são as rupturas e as permanências históricas dessas duas conjunturas. Na conjuntura em torno de 1822, uma nação independente queria dizer um povo que se apoderara do seu território, um povo soberano, protagonista em seu território.

As elites brasileiras sempre fizeram uma espécie de dique contra os desejos de nação desse povo meio africano, meio indígena. Existia um medo muito grande, que dominou todo o Brasil, principalmente a partir da década de 30. Naquele momento, na América Latina como um todo, as elites brancas tinham muito medo de uma história muito bonita, que é a história da revolução do Haiti, uma revolução mágica. O povo haitiano paga até hoje o preço de ter levado as promessas da Revolução Francesa até as últimas conseqüências. Produziram uma história linda, uma revolução que era o grande fantasma das elites brancas escravocratas na América Latina e no Brasil.

A história do medo no Rio de Janeiro é o medo das rebeliões escravas. Um exemplo disso é a Revolta dos Malês, na Bahia, narrada pelo grande historiador chamado João José Reis (REIS, 2003). Do conjunto das rebeliões escravas no Brasil, essa história é para mim muito peculiar, porque os escravos muçulmanos na Bahia sabiam ler e escrever, ao contrário de seus senhores. Então a Revolução Malê foi muito temida e povoou por muito tempo o imaginário das elites escravocratas, porque era uma rebelião militar, organizada. Eles se sublevaram na cidade de Salvador, foram dizimados e, além disso, liam e escreviam em árabe, o que tinha um efeito simbólico. Essa revolta, e principalmente a revolta potencial contra a escravidão, era um medo que assombrava. A década de 30 do século XIX

¹ Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ; professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF; e Secretária-Geral do Instituto Carioca de Criminologia. E-mail: criminologia@icc-rio.org.br

é uma das décadas mais bonitas da história do Brasil, nas lutas do povo brasileiro, dos Farrapos até a Cabanagem no Pará. A repressão aos cabanos dizimou quase 50% da população do estado do Grão-Pará, que incluía Amazonas e Pará. Não é à toa que até hoje essas histórias estão lá, o eterno retorno dessas revoluções adiadas. Após a emancipação brasileira em 1822, na construção do Estado brasileiro, o marco legal e todas as instituições penais produziram um dique contra o protagonismo do povo brasileiro.

A escravidão foi um motor do capitalismo. O Rio de Janeiro foi a maior cidade africana das Américas. O historiador Sidney Chalhoub diz que o Rio de Janeiro era uma cidade africana muito maior do que muitas cidades da própria África (CHALHOUB, 1990). Essa cidade era habitada na sua maior parte por africanos, ou descendentes de africanos. Essa população majoritária tentava construir a cidade-esconderijo, produzir espaços de liberdade dentro da opressão da escravidão: a cidade que esconde é a cidade que liberta. E não é à toa que então as elites brancas construíam isso, que está até hoje no cotidiano da população brasileira, as estratégias de suspeição generalizada. Para dar conta da movimentação livre e das estratégias de resistência dentro das cidades constróem-se estratégias de policiamento, estratégias de contenção social. A imprensa o tempo todo magnifica, aumenta o medo da revolução quilombola que, legítima e justa, era o tempo todo demonizada e criminalizada. As leis, a imprensa, a polícia e o sistema penal trabalhavam no sentido de manter a ordem escravocrata. O importante, como se vê nos arquivos de jornais do século XIX, era em nenhum momento colocar, discutir, questionar a legitimidade da escravidão. Então o tempo todo nós estamos discutindo, no século XIX, políticas de segurança pública, maneiras de controlar, mas não questionando a qual ordem queríamos servir. Tem um trecho de um jornal chamado "Pão de Açúcar", no Rio de Janeiro do século XIX, que, depois da Revolução dos Malês, com os pânicos e as fantasias de pavor das elites brancas, dizia o seguinte: "Precisamos de uma polícia que a nós inspire confiança e aos escravos infunda terror". Então eu acho que essa é um pouco a matriz a que nossas polícias são atiradas e também o nosso sistema penal como um todo.

As políticas de embranquecimento do Império brasileiro mal sabiam que dentro da importação de mão-de-obra européia viriam também outros medos, outros perigos, que eram os trabalhadores europeus pobres, anarquistas, socialistas, que lutavam também por justiça. Mas essa estratégia do embranquecimento vinha junto agora com as novas idéias positivistas, que legitimavam o racismo cientificamente; todas essas idéias que hoje estão sendo recuperadas pelo neopositivismo que são as neurociências, as explicações patológicas do crime, pelo tamanho do cérebro, que

têm analogias muito grandes com o pensamento racista de Lombroso na Europa e de Nina Rodrigues no Brasil. O importante dessa nova estratégia era manter a hierarquia sem a escravidão, manter essa hierarquia social perversa brasileira, manter "os negros nos seus lugares" sem a escravidão.

Desde o século XIX até o século XXI, nós temos idas e vindas dessas revoluções adiadas, essa é uma questão presente. No Rio de Janeiro, o sistema penal brasileiro assessora a escravidão: as primeiras prisões brasileiras tinham 95% de população africana ou escrava, o resto, uma percentagem mínima de trabalhadores livres. Essa é uma estratégia permanente; por exemplo, a capoeira, que hoje a gente vê como uma manifestação cultural, era criminalizada e foi criminalizada até o governo de Getúlio, que descriminalizou o candomblé e a capoeira. Pode-se fazer uma analogia com a cultura *funk*, que tem que trabalhar o tempo todo com a perseguição cultural, policial, social, com a mídia sempre trabalhando o local do lazer negro como um local de perigo, um local de violência. E também as permanências entre o olhar que se lançava ao quilombo e o olhar que se lança às favelas. Têm alguns historiadores e geógrafos no Rio de Janeiro que fazem mapas, observando como muitas favelas têm uma localização que se vincula às histórias dos quilombos. O Rio de Janeiro teve um grande comandante da Polícia Militar, no governo do Brizola, Carlos Magno Nazaré Cerqueira, que se referia ao arrastão como uma coreografia. Como aquilo foi utilizado pela grande imprensa, pelo Fantástico, pelo Jornal Nacional, para criar uma mensagem apartadora, de que a praia, que é o melhor lugar do Rio de Janeiro, se tornara perigosa pela frequência das populações da periferia, como se não pudessem ter acesso à praia.

Ao longo do tempo essas permanências históricas, que produzem o que eu chamo da manutenção de uma arquitetura do medo e de uma estética da escravidão, não se dá só pela perversão da truculência e do extermínio, mas também por mil modos, visíveis e invisíveis, de manter essa hierarquia social bem rígida. O professor Kabengele estava contando algumas histórias, de como essa juventude popular vai sendo contida, detida, ela nunca pode se movimentar livremente pela cidade. Logo depois da Revolta dos Malês, em 1835, tinha uma legislação que estabelecia que os negros, escravos ou libertos, tinham que andar, no Rio de Janeiro e na Bahia, com o passaporte dizendo a quem eles pertenciam, para onde eles iam e que horas eles teriam que voltar. Esse controle da movimentação da juventude popular, por mil modos invisíveis, se dá não só pelo extermínio, mas também pela seleção efetuada pelas *blitzen* policiais de quem vai ser revistado. Esses massacres cotidianos vão produzindo uma naturalização dessa hierarquia social perversa. Nessa nova fase, o capitalismo de barbárie é uma devastação, que produziu relações de domínio não só do homem sobre o

homem, mas também do homem sobre a natureza. É um capital cínico que não tem nem mais as ilusões que tinha até a década de 70, ilusões de pleno emprego, ilusões de ressocialização: é domínio puro, ele tem uma estratégia muito grande de controle social da juventude popular, da juventude negra, da juventude palestina, da juventude resistente. Por isso me dá alegria dirigir-me à juventude organizada e ao movimento negro aqui de São Paulo, perceber sua potência, sua energia, sua capacidade que tem de transformação. Isso se dá na França, nos Estados Unidos, no Brasil. O quê foi a eleição desse presidente na França, que chamou a juventude da periferia francesa, basicamente jovens árabes e jovens africanos, de *ralé*? Acho que vai acontecer na França aquilo que Loïc Wacquant chama de “a brasilização das questões de segurança pública” (WACQUANT, 2007). “Alarme de incêndio no gueto francês”, diria Paulo Arantes (ARANTES, no prelo).

Mas qual é a estratégia desse poder central, desse capitalismo de barbárie? É um gigantesco processo de criminalização, uma estratégia de controle social que vai fazer com que essa população, que deixa de ser assistida pelo dismantelamento do Estado social, passe a ser assistida pelo sistema penal. Isso faz com que os afro-americanos já tenham hoje índices de mais de um quarto dos jovens negros norte-americanos, entre dezoito e vinte e cinco anos, sendo criminalizados ou presos, ou sob medidas. Já está chegando a quase cinquenta por cento. Isso é uma estratégia de controle pela criminalização. Quem está preso? Quando você vai olhar quem está preso, quem é que está povoando as prisões na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil? É a juventude negra, é a juventude latino-americana, e agora, com essa nova onda, a juventude árabe. Isso se dá também pelo extermínio e também pela criação de uma mentalidade punitiva, de uma cultura punitiva, que vai dizer que a conflitividade social, decorrente desses 400 anos de história de escravidão vai ser resolvida através da pena, diminuindo a maioria penal, aumentando o tempo de prisão e escondendo o tempo todo que o sistema penal é uma máquina de seletividade. No estudo que fiz sobre adolescentes presos com drogas no Rio de Janeiro, percebi que um menino branco e de classe média, quando entra no sistema penal com uma quantidade de drogas, vai receber um tratamento fora do sistema, psicológico. Quando é um menino negro e favelado, pode ser a mesma quantidade de droga, o destino dele vai ser no estereótipo criminalizante. O quê está em jogo não são as drogas em si, mas o controle social daquela parcela específica da juventude popular brasileira (BATISTA, 2003).

Com as marcas dessa história de escravidão, e na fase atual de capitalismo neoliberal que a gente está vivendo, eu acho que são conjugadas duas estratégias contra a potência juvenil, uma é a estratégia do assistencialismo, da vitimização e da prevenção, e a outra é a

estratégia da criminalização e da repressão. Essas duas estratégias estão juntas, sempre querendo botar o menino popular *na falta*, no menos. Ou ele vai ser assistido pelo voluntariado ou por programas em que vigora o *bom mocismo* das elites, onde aquela falta vai ser exacerbada o tempo todo, ou ele vai ser jogado pro extermínio, como disse o prefeito do Rio há pouco tempo: “Comigo não tem conversa, é prisão ou vala”, quer dizer, essa é a estratégia para a juventude popular. Eu me lembro que há pouco tempo atrás tinha um anúncio do “O Globo” que era assim, uma assinatura social, com a imagem de um menino negro, com uma tarja preta, dizendo: “Ajude esse menino a não ir para o crime”, como se essa fosse a tendência natural da juventude popular brasileira.

Então eu acho que o que está em jogo na luta política (e esse é um encontro em que não estamos nos colocando como acadêmicos e professores, mas estamos colocando o nosso saber a serviço dessas lutas) é como a juventude popular brasileira pode sair fora dessa estratégia dupla e partir para o protagonismo, que é uma expressão que a Givanilda também usou, e avançar para a linha de frente, constituir força política. Então eu convido vocês a conhecerem as histórias de resistência do Brasil. Só quem se apropria da sua memória é que pode produzir uma utopia, que pode sonhar com outro futuro que não seja esse futuro de estar sendo sempre detido, revistado, preso, criminalizado, exterminado. Nós podemos produzir, e só pelo apoderamento da memória dessas lutas históricas de resistência é que nós vamos poder assistir a essa juventude popular com toda a sua força, toda a sua energia, toda a sua beleza, no protagonismo político. O *funk*, que é tão criminalizado, tão criticado musicalmente, ele consegue expandir suas fronteiras o tempo todo, isso é uma demonstração de força. Nos últimos dez anos, no Rio de Janeiro, morreram cerca de 30.000 jovens assassinados, muitos pela polícia. Quando você vai olhar esses 30.000, quem é a população que está sendo assassinada, quem é a população no alvo? É exatamente aquela que os meios de comunicação querem mostrar como os perigosos. No Rio de Janeiro tem mais ou menos um milhão de funkeiros; imaginem Malcom X formando com um milhão de funkeiros conscientes! Nós temos que fugir dessas duas estratégias políticas de vitimização e de criminalização e nos organizarmos, juntarmos forças para tomar o poder, porque só vocês é que podem construir essa outra História do Brasil.

Referências Bibliográficas

ARANTES, P. **Alarme de incêndio no gueto francês.** In: Revista Discursos Sediciosos - Crime, direito e sociedade, n. 17. Rio de Janeiro: no prelo.

BATISTA, V.M. **Difíceis ganhos fáceis:** drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2007.

_____. **O medo na cidade do Rio de Janeiro:** dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REIS, J.J. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do levante dos Malês (1835). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1959.

WACQUANT, L. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (A onda Punitiva). 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2007.



Genocídio da juventude negra: da acumulação primitiva a superfluidade

Weber Lopes Góes¹

Estou partindo do pressuposto de que este é um encontro político, mas não é lobby, nem palanque. Estamos vivendo em um momento de plena ofensiva da “direita explosiva”, não só no Brasil, mas no mundo. Então o que nos cabe é, pelo menos, nos reunirmos e tentarmos construir uma reflexão que se aproxime da realidade na qual estamos inseridos. Estamos aqui para fazer uma reflexão de como poderemos combater essa ofensiva e percebermos que isso é resquício, na verdade, dessa sociedade autocrática em que estamos inseridos.

Vamos fazer uma reflexão sobre o conceito de útil/supérfluo em relação aos africanos, desde dos primeiros que foram trazidos até a diáspora, pois sabemos que o africano foi útil na época da acumulação primitiva do capital (MARX, 1980), pois os europeus colonizadores traficavam africanos para todo o globo, transformaram o mundo numa grande África. Os africanos foram utilizados durante quatrocentos anos como trabalhadores escravizados. Neste período, do ponto de vista do capital, o africano foi útil, foram “coisificados”, contribuíram para o enriquecimento da Europa e dos colonos daqui da América. Em suma, os povos provenientes da África tornaram ricos aqueles que hoje têm uma quantidade significativa de bens concentrados, tanto no Brasil, como na Europa. Esses exploradores que hoje são contrários aos quilombolas, aos movimentos sociais, à reforma agrária, etc. Do ponto de vista e da perspectiva do capital, nós fomos úteis nesse momento – período em que o capital precisava de trabalhadores para abastecer o mercado europeu e acelerar o processo de desenvolvimento do capitalismo.

Historicamente após a abolição da escravatura, as elites brasileiras construíram um projeto de nação onde os descendentes de africanos escravizados não estavam inseridos. Isto se deu porque as elites brasileiras tiveram como escopo uma sociedade baseada nos valores da Europa; desse modo, o Brasil teria de ser civilizado, branco e cristão (MOURA, 1988). Dentro desse projeto, o negro entrou, mas na perspectiva de genocídio criada pelas oligarquias brasileiras, porque as elites estavam influenciadas por teorias racistas. É aí que o Estado racista, autoritário e autocrático, vai

construir uma série de medidas, com o intuito de completar esse projeto de nação.

Então, hoje estamos vivendo num período de plena ofensiva da “direita explosiva” do Brasil, do capital mundial; onde somos, do ponto de vista do capital, supérfluos, inúteis, pois, já completamos a fase de acumulação primitiva. Criaram uma nova política, a política de extermínio, nós nos tornamos para a elite brasileira e para esse projeto autocrático apenas ralés.

Recentemente, estive no Encontro Nacional da Juventude Negra (ENJUNE), na região do ABC, onde estava programado, para o período da tarde, uma manifestação contra a violência policial e contra a desigualdade social. Quando a manifestação já estava chegando ao final, fomos surpreendidos pela Polícia: pararam a manifestação e levaram alguns companheiros para a delegacia, argumentando que estávamos fazendo acusações falsas contra a instituição policial.

Essa atitude abusiva dos policiais tem a ver com a própria natureza da formação histórica do nosso país. Ou seja, é característica do Estado brasileiro colocar na ilegalidade segmentos sociais quando as elites se sentem ameaçadas. Neste caso, o fato ocorrido na região central de São Bernardo do Campo, nada mais foi, do que uma demonstração de como o Estado se materializa; isto é, de como o Estado se manifesta de forma autoritária. Por isso precisamos entender sua natureza, perceber suas contradições e denunciar que este Estado é o aparato da classe que está no poder e, concomitantemente, manifesta as ideologias do grupo que controla a política e a economia. Essas ideologias são como o lema: “prosperem individualmente”!

Entretanto, quando nos deparamos com a situação concreta, não há oportunidades e condições favoráveis para aquela população historicamente escravizada e que não foi indenizada. Assim, quando o indivíduo cansa de agir dentro da “ordem” estabelecida pelos dominantes e opta pelo lado mais “fácil”, o capital denomina essa ação de “ato infracional” ou “delito” e, como a classe dominante já sabe que situações como estas e outras podem vir à tona, cria presídios dirigidos aos que não quiseram se enquadrar dentro da sua lógica.

Então, podemos perceber como esse antagonismo de classe está entre nós: quando a pessoa procura

¹ Bacharel em História, Integrante do Núcleo Cultural Força Ativa e ativista do movimento hip-hop. Contato: wafican@ig.com.br

prosperar agindo fora da ordem, o Estado a põe na ilegalidade, criminalizando-a e criando aparatos para instituir seus projetos, como por exemplo: a criação de presídios, as medidas a favor da redução da idade penal e, até mesmo, a política de extermínio - cuja origem está contida desde o final do século XIX. Verificamos que tais medidas têm seu marco a partir de 1850, quando o Brasil começa, na verdade, a se modernizar. A gênese de tudo está no processo de industrialização.

Portanto, a atitude policial contra a manifestação, em São Bernardo do Campo, nada mais é do que a lógica da criminalização do Estado autocrático em que nós estamos inseridos. Fizemos uma manifestação pacífica, denunciando o genocídio propagado pela "direita explosiva" mundial e ainda fomos questionados pelos policiais que "afirmaram" que não tínhamos provas para dizer se a Polícia era racista ou não. Fomos tratados, assim, como inúteis.

Para que possamos entender essa inutilidade que estou frisando, é preciso verificar as mudanças ocorridas no universo da sociabilidade do capital; assim, veremos que o capital tem modificado todos os seus mecanismos de controle, inclusive no que tange ao processo produtivo. Estamos presenciando a mudança nos processos produtivos, onde a chamada "terceira revolução" (a microeletrônica) não requer mais aquele trabalhador da época fordiana, das fábricas clássicas, que estão sendo implodidas; as fábricas estão acabando.

A cidade agora está se "fabricalizando" (FERRARI, 2005) e uma quantidade de jovens que não está no processo de produção, do ponto de vista do capital, tem de ser exterminada. Somos vistos sob a ótica do capital como inúteis e supérfluos e isso se materializa, também, por meio do Estado. Por isso, nos destroem por meio da venda de drogas, dizimando a nossa população, argumentando que estão combatendo o tráfico de drogas; nos exterminam por meio da fome e das doenças e resgatam os cientificismos lombrosianos de Nina Rodrigues (BENEDITO, 2005), reproduzidos nos programas televisivos que dizem que temos má índole, difundindo ideologias, afirmando que fazemos parte de um grupo populacional denominado de "sub-raça", que não temos História, dentre outras argumentações usadas para justificar a destruição daqueles que não valem nada para o capital. Essa é uma das questões que precisamos antenar: o Estado está nos dizimando. Em nossa atualidade, após as mudanças do mundo do trabalho, isto é, com a ofensiva do capital: as pessoas do mundo inteiro tornaram-se inúteis. É por isso que a classe dominante cria essas políticas de genocídio.

Outra coisa é o modo como o Estado vai mantendo esses aparatos: Acompanhei recentemente essa "Virada Cultural"², onde após o grupo de *rap* Racionais Mc's

entrar no palco, houve interrupção da apresentação por policiais. Este evento explicita como se dá a culpabilização, a criminalização, pois sabemos o que aconteceu lá, diferente do que o divulgado pela grande mídia. Reprimir os trabalhadores é uma prática que está introjetada em nossa História e na estrutura social de nosso país; é só verificarmos as leis como a lei "contra a vadiagem" (MOURA, 1988).

Os negros, historicamente, nunca puderam se reunir em um lugar para discutir suas questões; sempre foram impedidos de colocar em questão sua condição social, por serem descendentes de africanos escravizados. Em última análise, nunca puderam questionar o porquê de não terem sido indenizados até os dias de hoje. Também as escolas de samba foram reprimidas (nas décadas de 1960 e 1970), a música *rap* hoje é questionada, o movimento *hip-hop* em sua totalidade e o *funk* são reprimidos. As religiões de matriz africana, entre outras formas de organização dos descendentes de africanos, sofrem perseguições até a nossa atualidade. Todas aquelas formas que o africano construiu para se reunir, para questionar, foram colocadas na ilegalidade.

Então, aquele episódio da "Virada Cultural", ocorrido na região central de São Paulo, na Praça da Sé, foi uma das práticas da autocracia do Estado. Foram eles que nos convidaram, pois eu poderia estar em casa lendo um belo livro ou fazendo outras coisas; mas me convidaram; chegando lá, fomos surpreendidos. Isso é uma política desse Estado autoritário e autocrático, anti-negro, anti-pobre e que tem como perspectiva a hegemonia do capital sobre o trabalho, como elemento base dessa sociedade.

O jornalista, Marcio Alexandre, editor do Portal DuBIG e dos blogs "Atentos à Mídia" e "Palavra Sinistra" e colunista do "Afropress" e do "Crônicas Cariocas", relatou:

"Desesperado para levar o pai a um hospital, Bruno correu para a avenida para tentar parar um táxi. Depois de algumas tentativas, sem êxito - quem vive no Rio de Janeiro sabe o quanto o motorista escolhe passageiro nessa cidade -, finalmente, um carro parou e Bruno nervoso, gesticulando muito, foi explicando ao motorista o que estava acontecendo. Neste momento, tomou um tiro de um policial que achou que Bruno estava roubando o táxi. Bruno era entregador de pizza, tinha 19 anos e era negro. No dia seguinte, Bruno e seu pai foram enterrados juntos, um foi vítima de sua velhice, das tristes condições da Saúde Pública do país; o outro, jovem, foi vítima do que, de fato, mais mata jovens negros no país: a discriminação e a indiferença".

Esse fato é para entendermos como essa política de Estado autoritário está pautada, ou seja, está presente em nossa sociabilidade. Vivemos numa sociedade onde há uma **autocracia institucionalizada** (MAZZEO, 2007).

² Atividade cultural que concentra apresentações de shows e espetáculos gratuitos em vários pontos da cidade, promovida pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em maio de 2007.

A lição que temos hoje e que estamos vivendo e somos forçados a aprender a partir de nossas atuais condições econômicas e políticas, é que há um capitalismo que quer nos ludibriar com “projetinhos”, que têm como objetivo nos convencer que “estamos vivendo numa sociedade sem classes”, conforme Vera Malaguti Batista menciona ao discutir o papel das ONGs, que denomino “organizações neo-governamentais”.

Um capitalismo humano, social, verdadeiramente democrático e igualitário é mais irreal e utópico que o socialismo (WOOD, 2003). Porque agora há discursos cheios de “verborragias”, tais como: “já pintou a favela, não há mais problema para resolver... É isso que temos de combater; não podemos nos ludibriar com ações isoladas e “mistificatórias”, porque na realidade falta tudo: falta investimento na saúde, na educação, moradia e, sobretudo, emancipação – que terá de ser conquistada por nós trabalhadores.

Nossas mães estão morrendo cedo, nossas crianças e jovens estão morrendo cedo... Para o capital, é isso, o que resta é dizimar aqueles que não estão consumindo e, tampouco, estão no processo de produção, seja branco, negro, japonês e entre outros povos.

Referências Bibliográficas

BENEDITO, D. Os deserdados do destino: construção da identidade criminosa negra no Brasil. **Revista Palmares Cultura Afro-Brasileira**; 52: 63. Brasília, Fundação Palmares, 2005. Disponível: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/revista2/revista2-i52.pdf> . Acessado em fevereiro de 2007.

FERRARI, T. *Fabrilização da Cidade e Ideologia da Circulação*. São Paulo: Terceira Margem, 2005.

RODRIGUES, N. **Collectividades Anormaes**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1939.

MARX, K. **O Capital** (Capítulo XXIV). Livro I vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MAZZEO, A.C. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

WOOD, E.M. **Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Bomtempo, 2003.



Dos navios negreiros aos dias de hoje: a violência e a juventude negra

Deise Benedito¹

Quero saudar na pessoa de cada jovem aqui presente seus ancestrais e agradecer aos meus ancestrais a oportunidade de estar aqui falando a todos vocês, bem como agradeço aos organizadores deste evento.

Não posso falar em violência, sem lembrar dos nossos povos indígenas, jovens que foram ultrajados na sua essência, vilipendiados como pessoas humanas, que sofreram, e ainda sofrem, os efeitos da “colonização” em prol do desenvolvimento.

Os primeiros africanos que chegaram aqui eram jovens na faixa de 8 a 15 anos, que foram durante séculos escravizados, pois eram necessárias mãos jovens para o desenvolvimento, para a economia. Os jovens aqui desembarcados dos navios negreiros - o percurso durava em média 3 meses - eram remetidos “semi-vivos” aos depósitos de engorda, ganhavam um outro nome - o nome do Santo do dia - e, no lugar das marcas que definiam suas etnias, recebiam a marca de ferro em brasa do seu futuro “dono”. Assim, as marcas da sua identidade étnica se misturavam às dos seus algozes.

A escravidão, na sua magnitude e nos efeitos que determinou aos corpos, através das surras e humilhações públicas, foi o episódio mais horrendo da história da humanidade e durou 500 anos, sendo poucos os dados sobre “juventude e escravidão”; até porque o termo “juventude” surge nos meados do século XX.

Eu usei escrever o texto “Os deserdados do destino: construção da identidade criminoso negra no Brasil” (BENEDITO, 2005), mas não é fácil encontrar uma bibliografia que fale sobre a infância e a juventude na escravidão. Um dos poucos, é o ótimo livro de Walter Fraga Filho, que escreveu sobre a vida de jovens em Salvador nos anos de 1800 (FRAGA FILHO, 1996).

Quando falo sobre juventude, tenho que lembrar de Zumbi, que foi assassinado ainda muito jovem, com menos de 30 anos. Quando falamos de Zumbi, temos que lembrar que ele foi seqüestrado do quilombo onde nasceu, sendo criado por padres, onde aprendeu a ler, a escrever e a falar latim. Isto é, ele teve acesso à formação e à informação, mesmo em condições distintas da dignidade humana, pois era um escravo. Zumbi teve ou-

sadia para fugir e voltar para o quilombo, organizar seu povo para a luta com novas estratégias obtidas através dos conhecimentos adquiridos, pois ele sabia ler e escrever. Isto também contribuiu para que ele se tornasse um líder, chefiou exércitos com apenas 25 anos e se tornou o “Líder transcendental das Américas” (FREITAS, 1984).

Palmares teve um projeto avançadíssimo de desenvolvimento para esse país, chegou a ter eleições diretas para escolha de Rei e outras formas de desenvolvimento sustentável, porém pouco divulgado.

Por outro lado, sabemos que os jovens sempre estiveram à frente dos grandes movimentos de libertação do jugo da escravidão, eram os que encabeçaram as fugas e emboscadas. Os jovens eram vendidos, leiloados, trocados, dados de presente ou então, quando tinham sorte, “viravam” aprendizes. A Lei do Ventre Livre, de 1871, em nada favoreceu os filhos das escravas nascidos após a sua assinatura; ao contrário, tinham que ficar prestando serviços na fazenda do proprietário de sua genitora até a idade de 21 anos, ou eram remetidos para outras fazendas ou vitimados pelo tráfico interno de escravos, a dissolução dos vínculos familiares era uma constante. A condição de “escravizado” não lhe permitia grandes mobilidades; mesmo como liberto ou forro não tinha a garantia de sua inclusão social. Muitos eram enviados para serem aprendizes de marinheiros e submetidos a maus tratos. É onde, um outro jovem se rebela contra os maus tratos, o João Candido, que foi contra o uso da força, da chibata, dos castigos, dos grilhões, dos ferros aos quais eram submetidos todos os negros que atuavam na Marinha. Sua coragem e determinação o fez o Almirante Negro João Candido.

Aproveito para destacar que no ano que vem, 2008, será comemorado os 200 anos da chegada da família real ao Brasil, e com ela a criação da guarda imperial que tinha como objetivo proteger a família real, e daí o surgimento das polícias no Brasil. Até por que, quem fazia a segurança no Brasil eram os portugueses que protegiam a população contra os saques, os roubos e as fugas em massa de escravos. Quem eram os inimigos? Eram os negros forros, libertos; esses eram o grande perigo, cujas características físicas e o comportamento exigiam maior segurança e vigilância. A partir da chegada da família real aconteceu maior fiscalização sobre

¹ Bacharel em Direito, Presidente da Fala Preta Organização de Mulheres Negras, Membro do Fórum Nacional de Mulheres Negras, Membro do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos. Contato: deisebenedito45@yahoo.com.br

os africanos, aqui escravizados, o Código Penal do Império torna-se mais rígido nas aplicações das penas.

O processo da Abolição da Escravidão no Brasil, realizado pelo Império, não previu nenhuma ação, nenhuma política voltada para os ex-escravizados. Nenhuma política para a educação, o trabalho, a moradia ou mesmo para distribuição de terras, como ação indenizatória, por anos de trabalho. Imaginem, hoje é dia 17 de maio, vamos voltar para o dia 17 de maio de 1888. Já se tinha festejado o dia 13, festejado o dia 14, o dia 15, e no dia 16, e no dia 17? Eu vou para onde? Sou livre e agora? Acabou a escravidão, você não pode ser escrava, acabou. Como é que eu vou me manter, dar de comer e beber para quem não está trabalhando mais? E ao mesmo tempo, estavam sendo oferecidas terras para os imigrantes e recursos financeiros para o desenvolvimento de suas lavouras. Os jovens escravos agora eram livres, porém, não estavam integrados à sociedade "livre".

O conceito de liberdade é algo discutível, pois você deixa de ser escravo e passa a ser considerado um "perigo", por suas características, comportamentos, os estereótipos relegavam os africanos e negros crioulos à ignorância, à ausência de inteligência e à boçalidade. Aumentava a preocupação, essa tal liberdade; esses negros sem documentos, andando em bandos, sem trabalho, esfomeados, perambulando pelas ruas, em grupos de 2, 3 ou 4, era uma quadrilha, se deslocando das fazendas para cidade em busca de trabalho ou qualquer outra forma de sobrevivência. Podemos imaginar o medo da elite, temendo o que poderia acontecer como a possibilidade de que eles poderiam roubar, saquear ou matar. Estes jovens que foram perseguidos enquanto escravizados, tidos como negros fujões; e agora? Serão perseguidos como cidadãos livres, tornando-se "elementos suspeitos" de "conduta e comportamento suspeito".

Em 1890, houve nova mudança do código penal, tornando-o mais endurecido, incluindo a Lei da Vadiagem, na qual, os jovens recém saídos da escravidão, eram sistematicamente presos. Porém, eram vítimas do desemprego e da ausência de qualificação profissional, pois eram na grande maioria analfabetos. Por outro lado, para que se realizasse um controle maior desta "massa de desocupados" se acelera a construção dos primeiros presídios e manicômios voltados para essa população. Com a imigração italiana no estado de São Paulo, várias famílias negras do interior passam a buscar trabalho na capital, outras migram para outros estados, em busca de trabalho em ferrovias, fábricas, siderúrgicas, etc.

Porém as dificuldades de sobrevivência nas grandes capitais eram intensas, as mulheres eram babas, amas de leite, empregadas, passadeiras, doceiras, sempre com dupla ou tripla jornada de trabalho; os homens também tinham que fazer várias tarefas para ter o mínimo de recurso para sobreviver, da colheita do café à construção de estradas de ferros, estiva nos portos. Qualquer tipo de trabalho que não exigisse um nível de escolari-

zação poderia ser executado pelos jovens. Devido a essa grande dificuldade de trabalho e com o desejo de poderem ingressar na vida em sociedade foi criada a Frente Negra Brasileira, em 1930, com os objetivos primordiais de facilitar a inclusão dos negros e negras no mercado de trabalho, pois não eram admitidos em fábricas e nem tão pouco na Guarda Municipal de São Paulo, por não saberem ler e escrever. Porém, a perseguição policial era implacável, os jovens negros não eram considerados aptos ao convívio social, eram tidos como desordeiros, baderneiros, arruaceiros, eram impedidos de jogar capoeira, de se reunir em rodas nas esquinas, ou mesmo tocar e dançar, várias rodas de samba eram dispersadas pela Polícia, assim como vários terreiros de umbanda e candomblé, que só poderiam funcionar com autorização do chefe de Polícia, por escrito, quando presos por estarem cantando e tocando, seus instrumentos eram destruídos, ficavam presos e eram humilhados publicamente.

Lamentavelmente, esses jovens eram vítimas de um novo processo ainda mais cruel e excludente, a discriminação racial. Esta tomava força pela grande influência de estudiosos da Medicina e do Direito, como idéias de Cesare Lombroso e Nina Rodrigues ganharam força no final do século XIX. O termo Eugenia foi criado por Francis Galton (1822-1911), que o definiu como:

"O estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente" (GALTON, 1925).

Os eugenistas demonstravam a relação existente entre as características físicas dos indivíduos, sua capacidade mental e propensões morais.

Nina Rodrigues, primeiro grande cientista brasileiro a incorporar as teses racistas modernas (1862-1906), escreveu: "A igualdade é falsa, a igualdade só existe nas mãos dos juristas" (RODRIGUES, 1894). Em 1894, publicou um ensaio sobre a relação entre as raças humanas e o Código Penal, defendendo a tese de que deveriam existir códigos penais diferentes para raças diferentes. No Brasil, por exemplo, o estatuto jurídico do negro deveria ser o mesmo de uma criança. Em 1899, publicou "Mestiçagem, Degenerescência e Crime", procurando provar suas teses sobre a degenerescência e tendências ao crime dos negros e mestiços. O Brasil foi o primeiro país sul-americano a ter um movimento eugenista organizado, a partir da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918.

Os eugenistas defendiam atitudes radicais tais com: a esterilização, pena de morte, controle na entrada de imigrantes, exame pré-nupcial, proibição do casamento inter-racial e confinamento de portadores de doenças contagiosas. Diante destes fatos, ter "nariz chato", "orelhas grandes", "lábios grossos" e "pele escura" passa a caracterizar os "não confiáveis", considerados de baixo potencial para o aprendizado e de "baixo intelecto". A

busca pela sociedade perfeita e pelo desenvolvimento coloca a população negra como alvo de políticas higiênicas. A partir destas teorias racistas, a perseguição policial torna-se, cada vez mais, cruel contra a juventude negra (BENEDITO, 2005).

O pensamento racializado criminológico científico encontra respaldo na elite brasileira.

Em 1940, temos mais uma alteração no código penal, que mais uma vez, tornam as penas mais duras e voltadas para a população negra. Nos anos 40, há a criação e o aparelhamento da polícia civil e política, que persegue todas as atividades promovidas pela população negra. Nos anos 60, temos a Ditadura Militar; eu era criança, a Jovem Guarda estava no seu apogeu, o samba e batucadas eram marginalizados.

Nos anos 70, os programas de rádio tinham grande audiência nas classes populares, principalmente os programas policiais², os seus apresentadores não tinham nenhum pudor ou decência ao descrever os “suspeitos” de assaltos, roubos ou furtos, os chamavam de “macacos”, “pretos”, “crioulos”, mal encarados. Tais estereótipos tinham cada vez mais força e a população era alertada do perigo que jovens negros causavam quando andando pelas ruas. As características físicas definiam a índole dos jovens. Nos anos 70, os jornais “Notícias Populares” e “Última Hora” traziam em suas manchetes as fotos dos “suspeitos” de roubos e assaltos, quando não “traficantes perigosos de tóxicos”, muitas vezes intitulados como “Xibabeiros”, quando pegos em flagrantes com uma pequena trouxa de maconha (*canabis sativa*), eram mostrados em fotos de frente e de lado, já devidamente fichados; na sua maioria, jovens negros, considerados temíveis e perversos nas suas ações, sujeitos de alta periculosidade. “Perigosos Xibabeiros”. Na década de 70, a Rota Ostensiva Tobias de Aguiar, temível por todos que moravam na periferia, pela sua forma de agir, matando covardemente, sem piedade³. A maioria dos jovens assassinados pela polícia eram negros e sem passagem pela polícia. Surge, neste período, o “Esquadrão da Morte”, policiais e alguns cidadãos que recebiam para “eliminar” os suspeitos ou “bandidos”.

Na década de 80, começa a surgir o “mão branca” e depois, os “pés de pato”, estes grupos de “extermínio” são pagos por comerciantes para “limpar a área”; muitos deles envolvidos com o tráfico de drogas e muitos executores eram policiais civis.

Assim adentramos a década de 80, com os jovens sendo assassinados à queima roupa, em paralelo, a crise econômica se instala no Brasil: cresce o desemprego, a Casa de Detenção de São Paulo atinge níveis absurdos de população (mais de 7.000 presos); na sua maioria, jovens na faixa dos 18 a 25 anos analfabetos e semi analfabetos.

Por outro lado, toquei no assunto do tráfico de drogas, pois ele cresceu assustadoramente nos anos 80, agregando ainda mais jovens para sua distribuição e consumo, uma vez que nenhuma política pública de inclusão, durante anos, foi realizada no sentido de incorporar a juventude negra no mercado de trabalho e garantir seu acesso a uma educação de qualidade. Porém, lamentavelmente, vemos que a juventude negra é uma das maiores vítimas do comércio e tráfico de drogas, que, para muitos, foi e é a única opção de sobrevivência diante das exigências do mercado de trabalho e das condições sub-humanas em que se encontram as escolas públicas, com professores mal remunerados, desestimulados pela ausência de um plano de carreira e jovens sem perspectivas dignas para a sobrevivência.

Porém, no final dos anos 80, surge o Hip Hop no Brasil, manifestação cultural oriunda dos guetos dos EUA, surgiu como expressão máxima da juventude negra, denunciando nas letras das músicas os abusos por parte dos policiais e o cotidiano na periferia da Grande São Paulo. A perseguição ostensiva devido à forma de se vestir e de falar, e os Rappers passam ser o novo alvo da Polícia. Em meados dos anos 90, o jovem Marcelo, cantor de Rap, foi brutalmente assassinado por um policial dentro de um vagão do Metro, por estar cantando um Rap. O movimento Hip-Hop veio com uma força brutal; o Hip-Hop para muitos jovens foi à saída da marginalidade e a fuga do crack, que toma conta das ruas - droga barata, de fácil absorção, causa dependência de forma imediata e rápida levando à morte em condições cruéis.

O Hip-Hop nos anos 90 veio disposto a combater o uso de drogas, a discriminação e o preconceito racial e as mortes através de atividades nas escolas públicas com o grafite, os MCs os *by boys* e *by girls* e atividades na periferia, como palestras, encontros e seminários, tinham como objetivo conscientizar os jovens através da música, de uma nova cultura e forma de agir e se comunicar rápida e facilmente. Ganhou fama e adeptos, entre os grupos mais respeitados e famosos como “Racionais MCs” e *rappers* como Thaide, Big Richard, com suas letras que definem o cotidiano agonizante da juventude negra de São Paulo. Os grupos de Hip-Hop se organizavam em posses como a Aliança Negra Cidade Tiradentes, Conceito de Rua no Campo Limpo.

A drogadição é uma das formas mais perversas de combater de forma eficaz a juventude negra, pois junto com o uso das drogas vem à aquisição de outras doenças sexualmente transmissíveis, entre elas o HIV/aids, além da gravidez precoce que aumenta o índice de mortalidade de mulheres jovens.

Adentramos o século 21 ainda com os jovens negros sendo assassinados, como no mês de Maio de 2006, nos episódios envolvendo o PCC, quando foram mortos cerca 600 pessoas, na sua maioria, jovens negros, que

² Programas como Afanazio Jazadi, Gil Gomes, Repórter policial, etc.

³ O livro do Caco Barcelos, *Rota 66*, mostra a forma e o número absurdo de jovens mortos nas décadas de 70/80 pela Rota.

sem passagens pela Polícia foram abatidos covardemente em “confrontos”, contudo nunca vimos nenhum policial “alvejado” na troca de tiros! Se existe confronto, existe troca de tiros. E para onde vão as “balas” disparadas pelos pseudos (criminosos)? Sabemos que a forma de se vestir, de falar, de se comportar, um simples corte de cabelo, trança, boné, já se transforma em motivo para que seja abordado como “suspeito”. Suas características físicas não são consideradas “adequadas” para o convívio social, que impedem também a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho. Podem usar tranças, *dreads*, desde que fiquem em ocupações subalternas onde não sejam vistos pelos clientes, pois sua imagem fere a credibilidade do produto!

Voltando a esfera da Segurança Pública, não vemos o mesmo tipo de conduta visando à “segurança” acontecerem na região do Jardim Europa, nas Alamedas Campinas e Lorena, ou mesmo, nos conjuntos residenciais de Alphaville. Não vemos, nas Estações do Metrô, fotos de jovens sendo “procurados” com os traços de Fabio Assunção, Marcelo Antoni, Gianechini, Santoro, etc. “Os suspeitos” não possuem “características européias” nem trejeitos da classe média.

Quanto à redução da idade penal, eu sou totalmente contra, porque acredito que um Estado, um país como o nosso - que não cumpre a Constituição Federal, que é clara e nem o Estatuto da Criança e do Adolescente - torna-se ilegítimo a redução da Idade Penal. Pois um Estado que não cumpre com suas obrigações é ilegítimo para punir.

Usa-se o argumento que: se com 16 anos eles podem votar, podem responder criminalmente. Essa medida é indecente, nós não precisamos de mais leis severas, mas sim, de políticas públicas voltadas à juventude negra. Queremos uma reparação histórica através de medidas de ações afirmativas que visem coibir a situação de desemprego e desespero de muitos jovens. Tornam-se necessárias medidas que coibam o uso da imagem de jovens vinculados ao uso de bebidas alcoólicas e a delinquência, que são formas de garantir o extermínio de uma população. Torna-se fundamental apoiar projetos voltados para as práticas esportivas e culturais das diversas matrizes no ambiente escolar e acadêmico; é necessário acompanhar e avaliar os programas educacionais a fim de promover a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual e, principalmente, a promoção do respeito à liberdade religiosa. Não podemos deixar de incorporar diretrizes relativas a gênero, raça e etnia no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, garantindo a participação dos jovens junto ao Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Urge estimular a realização de vídeos, documentários e filmes que abordem a presença de jovens na história política e cultural da cidade de São Paulo. É necessário criar mecanismo institucional que regule a veiculação de imagens de jovens negros, indígenas, homossexuais,

etc, na mídia em geral, de forma a combater os estereótipos criados. É preciso garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade aos jovens nas febens e nos presídios. É fundamental reduzir os índices de violência entre os jovens e combater ao extermínio da juventude negra e indígena e garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres jovens em todo o território nacional.

Lembrar que no ano de 2008 teremos os 120 Anos da Abolição na condição de quase-cidadãos, 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 30 anos da Criação do Movimento Negro Unificado (MNU), 40 anos do Assassinato de Martin Luther King e 20 anos da Promulgação da Constituinte. Afinal, a juventude não é o “futuro”, mas sim o presente.

Referências Bibliográficas

- BENEDITO, D. Os deserdados do destino: construção da identidade criminosa negra no Brasil. **Revista Palmares Cultura Afro-Brasileira**; 52:63. Brasília, Fundação Palmares; 2005. Disponível: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/revista2/revista2-i52.pdf>
- FRAGA FILHO, W. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996 (188p.)
- FREITAS, D. **Palmares: A Guerra dos Escravos**. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1984.
- GALTON, F. **Hereditary genius. An inquiry into its laws and consequences**. Londres: MacMillan & Co. Limited, 1925.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 2. ed. Bahia: Editora. Guanabara, 1894.



Morte real da juventude negra

Edi Rock¹

Quero agradecer pelo convite para tratar de assuntos tão importantes assim, representando o *rap*, representando o *hip hop*, representando a periferia, representando a minha quebrada, Zona Norte e as outras, por quê não? Zona Leste, Zona Oeste, Zona Sul, o Centro. Porque, em todos esses lugares, tem sofrimento; não só na Zona Sul, não só na Zona Leste, não só na Zona Norte; todos os lugares têm sofrimento. Quando a gente fala de pobreza, quando a gente fala de cor, quando a gente fala de falta de dinheiro, quando a gente fala de maioridade penal, quem serão os atingidos, né?

Onde moram, onde andam, o que fazem, onde estão?

Se a gente vê na rua, no farol, na janela dos carros, pedindo alguma coisa ou vendendo alguma coisa: a gente vê todo santo dia. E o que a gente faz para mudar, para ajudar a mudar o cenário? A gente vê, vai trabalhar, volta, vê outra vez, vai dormir e, assim, sucessivamente. E o que cada um de nós faz para poder mudar esse cenário?

Acho que é culpa do governo? Não sei, talvez. Culpa nossa? Talvez sim, também. Das mulheres ou dos casais que têm mais de três, quatro, cinco, seis filhos e que ninguém falou para eles "pegar leve? Faça menos filhos..."

Ninguém fala isso, porque no futuro o que vai acontecer com os moleques? Nem eles não sabem, vão fazendo filho, colocando no mundão e ninguém fala nada. Aonde ele aprende a ter pouco filho? Onde vai ser ensinado para ele ou para ela que vai faltar alimento, que vai faltar estudo, que vai faltar um monte de coisa? Ninguém fala nada; não chega a informação, não chega no meio da seca, no meio da caatinga, no meio do Nordeste. Porque a maioria dos favelados vem de lá, a maioria se espalha pelo país. Nordestino, filho de nordestino; e qual a cor da maioria?

O peso, a balança na hora de fazer as contas, na hora de ir preso, quando, não só em São Paulo, mas no Rio de Janeiro, se olhar as primeiras pessoas que você entra em contato, você é recebido por quem? Nos hotéis, se você conversar com as pessoas, você mora onde? Moro em tal favela; assim, mas lá é tal facção. Você

mora em qual quebrada? Eu moro no morro tal. Você mora em qual? É tudo dialeto nordestino, a maioria. Por que você veio pra cá? Procurar uma condição melhor de vida, um salário, um "trampo".

E a gente vai pra lá também, quando a gente tá no Nordeste, no Norte fazendo show, eu costumo perguntar ou conversar com as pessoas. Geralmente as pessoas falam pra mim; não são todos, mas um ou outro sempre fala: eu quero ir para São Paulo também. E eu falo: mas você vai fazer o que lá? O "barato" já está "louco"; você vai fazer o que lá? Eu preciso ir pra lá, eu "tô" precisando arrumar um "trampo", aqui "ta osso", não tem dinheiro, não tem "trampo", eu tenho que ir. A única solução, não sei, talvez de sonho até, através da televisão, que alimenta isso também; usar o Rio como vitrine; São Paulo a grande metrópole, atrai, proposta de emprego ou promessa de emprego ou sonho de um emprego, de uma vida melhor. Por quê não? Ele não tem nada. O que resta pra ele? Arriscar, vir para cá; deixa a família lá, chega aqui, faz outra família; quanto caso não tem, né? De várias, fazendo vários filhos. Isso, no caso, quando não vai preso - que não deu certo, vai arriscar, vai preso; e os filhos?

Bom, mas voltando também a essa "fita" de lugares que a gente vai, a gente teve no interior, há um tempo atrás, e os "mano" que iam no show de chinelo havaiana? Falei: você faz o que "mano"? Ele falou: eu corto cana. E o cara ganha, faz um tempo já, mas ele ganhava mais ou menos, acho, não chega a duzentos reais por mês, trezentos reais por mês. Eu falo: que vida é essa? Que Brasil é esse que a gente está? Quais Brasis, igual diz o MV Bill, meu parceiro. Qual Brasil a gente vive? Porque a gente canta uma coisa e não vê o resultado, só vê a violência aumentando, a violência que eu falo, não é tiro, não é prisão; a violência com o ser humano, entendeu? É descarado.

Mobilizações assim deveriam existir mais, entendeu? Porque eu acho que são poucas pessoas, mas que podem mudar o curso de muitas no país, pessoas que levam, que vão levar as informações que aqui são ditas, né? Ao fim do curso, né?

E bom, falando sobre a morte real, ela engloba tudo, né? Morte real. Qual será a realidade dessa morte? Que morte a gente está falando? Quem tem medo da

¹ Integrante do grupo de *rap* MC Racionais.

morte? Eu tenho medo da morte e conheço vários que tem, mas eu conheço vários que não tem medo de morrer, inclusive, são esses “manos” que eu acabei de falar. Por quê? Para o cara sair de Pernambuco, a quantos mil quilômetros daqui, vir para São Paulo com uma mão na frente e outra atrás; tem medo do quê? Ele não sabe nem o que espera dele. Eu falo com os “caras”, lá é cidade de ninguém. Lá é onde você anda no Centro e cada um tem um curso diferente, cada um com um pensamento diferente, cada um cuidando da sua própria vida. Você vive num monte, numa montanha de pessoas, e cada um pensando em si próprio, é “louco”. Mas, também era querer demais se todos pensassem dessa forma, agissem em prol de alguma coisa, em prol do melhor; acho que não existiria o querer se tudo fosse bom, acho que não ia ter o valor da briga, da batalha, da vida.

A gente aprender a viver e ensinar a viver, acho que tudo isso é válido. A escola é uma vida, firmeza. A discussão é um ensino. A discussão. Eu aqui hoje estou aprendendo mais uma vez. Aplaudi todos os que falaram, que ainda vão falar, certo? É só aprender. É falar. Dar a minha palavra, em nome dos Racionais, em nome do Rap, do *hip hop* - que a gente também está nessa briga: a briga pela vida. Particularmente, eu, a briga pela vida nas palavras, através da música, daqueles “manos” que jogavam bola comigo, que estão mortos, ou estão presos; ou daqueles que também jogavam bola comigo, ou que jogam e ainda continuam, trabalhando, ganhando quinhentos reais por mês, sustentando quatro ou cinco filhos, morando num cômodo e cozinha de madeira.

A gente sabe de toda essa realidade, a questão é: o que cada um de nós faz para mudar ou para ajudar a melhorar essa realidade? a mudar essa realidade? A realidade mata! Realidade de um povo que é a massa, que é a maioria e está parado, esperando por alguma melhoria que ele vê na novela das oito, ou que vai arriscar, que vai atrás porque vê na televisão; não tem paciência de esperar doze anos para comprar um carro, juntando dinheiro. Fala: doze anos é muito tempo, quero agora uma moto, quero um tênis agora, né? A morte real é essa. E a gente conhece, hipocrisia falar que não conhece; não sabe que os “mano” fuma, cheira, faz tudo, sexo sem camisinha? É triste, mas esse é o Brasil que a gente vive.

É certo que a gente tem momentos felizes, da família, isso e aquilo outro. Mas quando você pensa na real; principalmente, eu quando estou escrevendo uma música e penso nos problemas do país, eu penso: vou parar de cantar, porque é muito problema. Como é que você vai passar para uma letra soluções? Não tem. É um processo muito longo reverter quinhentos anos; como a gente vai fazer isso? A longo prazo. Pessoas que estão aqui podem fazer parte dessa mudança, inclusive militar, por quê não? Esse é o nosso papel. Se a gente está aqui é para sintonizar a mesma idéia, a mesma opinião, não é a toa que a gente está aqui, certo? A gente tem a sintonia na mesma idéia, é dos mesmos fatos.

Bom, é isso rapa. Desculpe falar errado, mas é desse jeito que a gente fala que a gente vive, que a gente anda, entendeu? Essa é a nossa vida, essa é a minha real, “tá ligado”? Bombeta e tamô aí no dia a dia, certo? Representando o *rap*, a perifa, as quebradas, todas elas e eu, damos minha parcela de contribuição na luta. Na luta pela vida, entendeu? Através da música, através da presença, de uma palavra. Onde seja que a gente vai, a gente leva a palavra. Eu falo para os “irmão”. Falo pela vida sempre, pelo estudo, pelo caminho mais difícil. Mas é o caminho da vida. Voz ativa é nós.

Só, dá tempo de ler? Eu recebi um e-mail do pessoal do MH2O, eu li hoje. Eu não sou assim, do tipo todo dia ler os e-mails, mas por acaso antes de vir pra cá eu resolvi ler. Aí, me chegou um e-mail de uma fã depois daquele show da Sé, da Praça da Sé. Esse mano do MH2O mandou pra mim, que diz:

“São Paulo, show dos Racionais na Praça da Sé. Expectativa de um “puta” show acontecer. Pois é, aconteceu mesmo, mas não esperado; porque a Polícia -ilustríssima Polícia -, conseguiu inverter o “jogo” e chamar mais a atenção que o próprio Mano Brown. Na quinta ou quarta música do show, lá pela cinco horas da manhã, a “galera”, alvoroçada com a lucidez das rimas dos Racionais, começou a pancadaria. Show lotado, todo mundo se esmagando pra conseguir ver aquela figura persistente no palco; a galera cantando alucinada as músicas que falavam da dura realidade enfrentada pelas periferias do Capão Redondo, Jardim Rosana, o fundão, era um “troço foda” para quem, como eu, não tinha assistido a um show dos Racionais”.

Aí ela relata a forma como aconteceu:

“Mano Brown sobe no palco. De cara, fala algo sobre as atitudes sinistras da Polícia em relação à periferia. A “galera” concorda em peso, porque quem estava ali não era um monte de “playboyzinhos” universitários, como no show anterior do Nação Zumbi”.

Eu não concordo, mas são palavras dela: “E para quem a Polícia em maior escala tenta ser eficiente?” - ela relaciona aos *playboys*. Segundo ela, quem estava ali, salvo algumas exceções eram os “manos”, as “minas” da periferia, que convivem com essa Polícia incoerente, repressiva, vingativa corrupta que nasce para cuidar de bens e patrimônios e não de vidas humanas.. E continua: “aliás, pelo jeito que nos trataram, nem éramos gente, éramos uma massa sem rosto, sem vida, sem alma; éramos algo próximo de uma boiada que se amontoava para fugir dos tiros de borracha das pistolas policiais. Essa Polícia, que no dia seguinte do show disse à imprensa que estava ali para conter as guerras, as arruaças dos possíveis baderneiros do show. Porém quem eram esses arruaceiros, maloqueiros, ladrões, etc: Eram pobres subordinados, pretos, marginalizados em geral, pessoas que na sociedade não possuem valor, que causam ojeriza aos cidadãos de bens, aos privilegiados -que em muitos

casos, só se aproximam dessa massa periférica porque essa é o seu funcionário, o seu subordinado, o seu lavador de banheiro de *shopping center* - vistos como isentos de qualquer subjetividade: pobre nem nome tem, têm cargo. É fato, cargos de subordinação aos cidadãos de bem.

Quem já prestou atenção nas letras dos Racionais pode notar as letras são de fato violentas; tem tiro, cocaína, crack e morte. Porém, isso é parte do retrato de uma realidade cruel, que não é exposta na mídia com teor de verdade. Essas letras não são violentas à toa; elas são violentas porque a violência está no cotidiano dessas pessoas que se identificam com as letras e clamam por justiça.

O que incomoda os policiais e as classes médias é que as letras dos Racionais trazem uma realidade que quase ninguém quer ver; elas plantam, em cada um daqueles atentos fãs, a consciência da situação de quem vive. Claro que a classe média, os universitários que estavam no show da Nação Zumbi, não querem ouvir aquelas letras violentas; não faz o menor sentido, aquilo tudo, porque não vivem essa realidade de assassinatos cometidos por policiais - onde os corpos amanhecem nas ruas e a única explicação possível encontrada pelos moradores dessas regiões periféricas é de que os PMs mataram "mais um"

E assim segue a Ana Carolina Botelho, estudante, professora de Literatura e membro do Fórum de *Hip Hop* Poder Público. Achei importante, eu li e queria ler pra vocês que tem pessoas que se importam também com aquilo que a gente se importa, certo?

Muito obrigado mais uma vez e "tamô" junto!



Movimento Negro Unificado: reflexões sobre dominação e opressão

Milton Barbosa¹

Temos que construir um mundo novo. Negros e negras do Brasil, com certeza, serão grandes agentes históricos da humanidade. Os negros no mundo estão esperando esta ação de negros e negras do Brasil. Mais ainda, a humanidade, como um todo, está esperando.

Eu, enquanto um “nego velho de Movimento Negro”, vou debater alguns fundamentos da nossa luta, que é uma luta de curto, médio e longo prazo, uma luta de libertação, uma guerra de libertação, que não é mais como as feitas no século passado. Vamos ter que desenvolver novas técnicas para a construção desse mundo novo.

Lógico que vamos beber nas fontes anteriores: o Movimento Negro se guia pela história da humanidade, uma história de arianismo. O racismo não surge com o Capitalismo, o arianismo já está presente há milhares de anos, no Egito, na forma como que a Grécia se apossou do conhecimento do povo egípcio, na forma como Roma desenvolveu o conhecimento da Grécia, na forma como o mundo ocidental se apropriou desses conhecimentos.

O europeu desenvolveu técnicas de guerra, técnicas de um mundo novo em termos de organização econômica, e “partiu para cima do resto do mundo”, sobre a Ásia, sobre as Américas dos indígenas, sobre a África dos negros: domina e oprime. Vamos ter que pensar sobre esta dominação e opressão.

Com a revolução no Haiti, o Imperialismo criou um processo para que, no mundo, o dinheiro não flua na mão dos negros; porque viram que os negros se organizaram economicamente no Haiti e fizeram uma revolução, matando os brancos e tomando o poder. Foi à luz do que aconteceu no Haiti, que foi desenvolvido um processo para marginalizar a população negra no Brasil. Já havia um processo de exploração, dominação, escravização; porém, com a revolução do Haiti, eles começaram a sofisticar sua ação.

No período pré-abolição da escravatura brasileira, os negros eram figuras presentes na arte nobre, eram escritores, poetas, músicos, pintores, políticos. Haviam vários políticos negros inseridos no processo, já que a

História do regime escravocrata é também uma história de conflitos sociais, de avanços e atrasos, e incluía negros em determinadas esferas do poder. A própria sociedade criava formas para tentar dividir essa luta dos negros.

A História da humanidade é uma História de contradições. São nas contradições, que as revoluções avançam, que os avanços surgem. Temos que nos dar conta disso, é importante pensar sobre o papel da educação, porque não adianta ir a uma escola onde o negro vai estudar muito bem, mas estudar de acordo com os interesses de outro povo, outra comunidade, de determinado grupo opressor. Por isso, temos que desenvolver processos autônomos para trabalhar nossos conhecimentos, temos que exigir escolas de qualidade nas periferias, mas também, temos que levar em conta o que vamos aprender.

O racismo brasileiro é extremamente sofisticado e mais avançado do que em outros países, porque aqui não está nas leis, está impregnado nos costumes, na cultura do país. Dizemos que os negros na África do Sul tinham uma arma apontada para a sua cabeça; o negro no Brasil tem uma arma apontada para suas costas.

Hoje, com o avanço tecnológico dos países desenvolvidos, com a informatização, com a robotização, uma máquina produz por 100, 1.000, 10.000 pessoas. Há um contingente populacional que não será absorvido pelo mercado produtivo e, conseqüentemente, pelo mercado de consumo. Existem setores reacionários no mundo que falam abertamente: há uma população excedente que tem que ser eliminada. Os países desenvolvidos usam uma linguagem sofisticada para realizar esta eliminação: controle de natalidade, desregulamentação do trabalho, enxugamento do Estado. Com estas ações, querem retirar conquistas históricas da humanidade para ampliar a exploração sobre os oprimidos. A hora máxima por semana, hora máxima por dia, hora extra, décimo terceiro, licença maternidade e licença médica são conquistas que custaram muito sangue aos trabalhadores.

O enxugamento do Estado é outro ponto importante a ser discutido. A História colocou nas costas dos estados determinadas tarefas, na área da educação, saúde, moradia, transporte e outras. Com o neo-libera-

¹ Fundador e Coordenador Nacional das Relações Internacionais do Movimento Negro Unificado. Contato: nfo@hi5.com

lismo, a pressão dos órgãos internacionais, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Internacional do Comércio (OIC), da própria Organização das Nações Unidas (ONU), é utilizada para oprimir países pobres e exigir que sigam leis e convenções restringem seu desenvolvimento. Há uma pressão muito grande para a privatização de setores essenciais, como educação, saúde, cultura, moradia e transporte.

Nossa ação, enquanto movimento organizado, terá que responder a todas estas questões colocadas na ordem do dia. E nós somos um movimento, sim, em construção, um movimento que avança, que cresce. Fazer esse tipo de trabalho que nós estamos fazendo aqui não é fácil não.

Mas eu tenho absoluta certeza que todos nós estamos saindo melhores do que quando nós entramos aqui. É uma grande satisfação saber que tantos jovens podem contribuir nesta construção, tendo refletido melhor sobre a nossa história, inclusive na necessidade das reparações.



Violência, juventude e saúde: quem é que vai pagar por isso?

Luís Eduardo Batista¹

Para que possamos fazer algo para a saúde da população negra, jovem e adulta, é preciso ter dados, transformar os dados em informação e a informação em decisão. Nesse sentido, utilizo este momento para falar sobre a necessidade de uma ação conjunta em prol da juventude negra.

A questão é: o que a gente faz depois dos dados? O que a gente faz depois das constatações? O que podemos fazer juntos: Estado e Sociedade civil? Penso que, após as constatações, é necessário dialogar com vários atores: sociedade civil, com o Estado, e também com as instituições de pesquisa, comunicadores sociais, educadores, formadores de opinião, etc.

Do que estamos falando?

As pessoas/apresentações que me antecederam (pela manhã) enfatizaram que a sociedade é marcada por sua história econômica, cultural, pelas leis, organização, pelos modos de produção econômica e pelos modos de produção e reprodução da vida. Falaram que ao longo da história, as sociedades criaram formas de lidar com as pessoas e grupos, e que a hierarquização, a segregação de grupos sociais, as desigualdades historicamente construídas sempre estiveram presentes. Podemos perceber esse processo através de diversas leis, manifestações sociais, culturais, econômicas e políticas.

Dentre as desigualdades destacamos: desigualdades de gênero - inferioridade das mulheres em relação aos homens; desigualdades étnicas e raciais - dos negros e indígenas em relação aos brancos e discutimos como essa construção é uma construção social e cultural; a hierarquização nas relações de trabalho e salientamos a segregação em relação à orientação sexual, a raça, a cultura e aos territórios. A orientação sexual também é um demarcador sócio-cultural.

A construção social de inferiorização, discriminação, segregação está presente em várias partes do mundo, se perpetuando de tal forma que passa a nos parecer normal (processo de naturalização). Mas, essa construção tem nome: racismo, sexismo, homofobia, sionismo, islãfobia.

No caso específico do racismo, atribui-se um significado social negativo a determinados padrões de diversidades, sejam elas fenotípicas, sejam elas genéticas, que acabam sendo utilizadas para justificar um tratamento desigual (KALCKMANN *et al*, 2007). Em outras palavras, é acreditar que determinados grupos sociais são inferiores, incapazes e primitivos. Portanto, o racismo não é uma questão de opinião, todos estão submetidos a ele, brancos, negros, amarelos, indígenas (LOPES, 2006).

Vale salientar que classe social, gênero e raça/etnia se interrelacionam de forma sinérgica e são pontos determinantes nos processos de segregação, discriminação e racismo; o que Heleieth Saffioti denomina "idéia de nó", simbiose entre o racismo, o sexismo e as classes sociais (SILVA, 1999, p.9).

Violência

O outro ponto é o tema da violência. Segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2003), a violência é um conceito referente aos processos, às relações sociais interpessoais, de grupos, de classes, de gênero, ou objetivadas em instituições, quando empregam diferentes formas, métodos e meios de aniquilamento de outrem, ou de sua coação direta ou indireta, causando-lhes danos físicos, mentais e morais (MINAYO, 2003, p.785).

Considerando a sociedade brasileira, os estudos mostram que há desvantagem dos negros (pretos + pardos) no que diz respeito ao salário, educação, acesso a emprego, habitação, justiça etc; também demonstra que os negros são excluídos de vários direitos sociais. Podemos concluir que, um dos tipos de violência que a sociedade brasileira pratica é a discriminação racial institucional ou racismo institucional (CASHMORE, 2000, p. 171-2).

Meu objetivo é mostrar a interface entre saúde e violência estrutural, ou seja, o impacto do racismo na saúde. Como o racismo impacta no processo saúde, doença e morte de homens e mulheres, brancos e negros.

Apresento o que a Secretaria da Saúde consegue captar desse racismo, impregnado na sociedade brasileira e que pode ser observado através de indicadores. Os números apresentados devem ser interpretados como refletindo o histórico citado anteriormente, os indicadores são reflexos da violência estrutural. Para tanto, utilizo dados obtidos junto à Fundação Sistema Esta-

¹ Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia, Pesquisador do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Coordenador da Área Técnica Saúde da População Negra (GTAE) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e Representante desta no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do estado de São Paulo. Contato: lebatista@saude.sp.gov.br

dual de Análise de Dados - FSEADE (Índice de Vulnerabilidade Juvenil e Indicadores de Desigualdade Racial); outros da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (PRO-AIM - Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo) e os produzidos pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2005).

O que dizem os estudos?
Índice de Vulnerabilidade Juvenil:

Ao realizar o estudo do Índice de Vulnerabilidade Juvenil, técnicos da Fundação SEADE desagregaram os distritos da cidade de São Paulo em grupos sociais. O estudo mostra que no município de São Paulo tem aproximadamente 19 distritos categorizados como distritos onde se localiza a população pobre; a população de classe média-baixa está concentrada em 25 distritos; a população classe média em 35; e a população rica em 17 distritos. Também calculou a proporção da população em cada um desses grupos e, dentro desses grupos, qual era o percentual de jovens (Tabela 1).

- 8,9% dos jovens residem nos 19 distritos mais pobres do município de São Paulo e perfazem uma percentual de 31,4% da população jovem;
- 8,3% dos jovens, residem nos 25 distritos de classe social média baixa, 31,1% da população jovem;
- 7,2 dos jovens residem nos 35 distritos de classe média da cidade, e é constituído por 26,9% da população;
- 6,0% dos jovens residem nos 17 distritos ricos - 10,5% da população jovem da cidade.

Tabela 1: Número de distritos do município de São Paulo por área de classe social, porcentagem do total da população e porcentagem de jovens residentes, 2005

Classe Social	Número de Distritos	% População	% Jovens
Pobre	19	31,4	8,9
Média Baixa	25	31,1	8,3
Média	35	26,9	7,2
Rica	17	10,5	6

Fonte: FSEADE - Índice de Vulnerabilidade Juvenil, 2005.

A análise da taxa de mortalidade masculina por agressões entre os jovens de 15 a 19 anos, segundo a classe de renda, evidencia que os jovens que moram nos distritos pobres morrem 3,3 vezes mais que os jovens ricos (189/100.000 entre os jovens pobres; 153/100.000 entre os de média baixa; 80/100.000 entre os de classe média e 57/100 mil entre os jovens ricos). São os jovens residentes nos distritos pobres da cidade de São Paulo as maiores vítimas da violência estrutural.

Quando se analisa a taxa de fecundidade das adolescentes de 14 a 17 anos (por 1.000 mulheres) no período 2000 a 2005, segundo o tipo de área do

município, os dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil evidenciam que a maior taxa de fecundidade é presente entre as adolescentes que residem nos distritos pobres, seguidas pelas moradoras dos distritos de classe média baixa e média; enquanto entre as adolescentes ricas encontram-se as menores taxas de fecundidade, como pode ser observado na Figura 1:

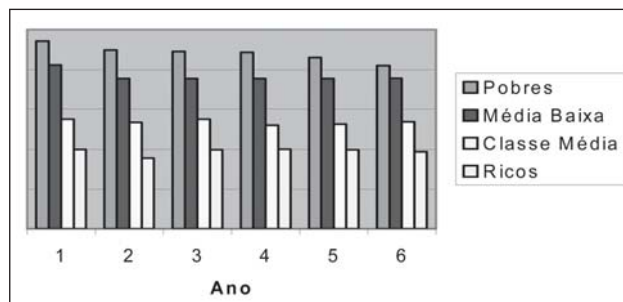


Figura 1: Taxa de fecundidade das adolescentes de 14 a 17 anos, segundo tipo de área do município de São Paulo, 2000-2005 (por 1.000 mulheres)

Fonte: FSEADE - Índice de Vulnerabilidade Juvenil, 2005.

Mortalidade:

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo/ Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo (PRO-AIM) estudou a taxa de mortalidade por homicídios no período 2000 a 2004, segundo raça/cor, por distritos da cidade de São Paulo. Constatou-se que as maiores taxas de mortalidade ocorreram nos distritos do Brás, Grajaú, Parelheiros, Sé, Perus, Brasilândia, Guaianases, Jd. Angela, São Miguel e Jardim São Luiz. As menores taxas de mortalidade por homicídio estavam no Jardim Paulista, Moema e Consolação.

O estudo também mapeou a proporção de população negra, por distrito administrativo do município de São Paulo, constatando que a maior proporção de população negra (preta e parda) reside nos distritos da periferia da cidade, demonstrando haver forte associação entre ser negro (preto e pardo), morrer por homicídio e morar em regiões com piores acessos a bens e serviços públicos.

Quando projetamos os distritos pobres, onde está a população negra, e os distritos com homicídios, verifi-

Tabela 2: Taxa de mortalidade masculina por agressões por 100.000 hab. (15-19 anos), segundo tipo de área - Município de São Paulo, 2005

Classe	2001/3	2002/4	2003/5
Pobre	280	247	89
Média Baixa	230	200	153
Média	120	100	80
Rica	59	59	57

Fonte: FSEADE - Índice de Vulnerabilidade Juvenil, 2005.

ca-se que o perfil é o mesmo, eles se sobrepõem: há uma intensa sinergia entre onde a população negra reside (19 distritos pobres) e onde estão as maiores taxas de mortalidade por homicídios no município de São Paulo:

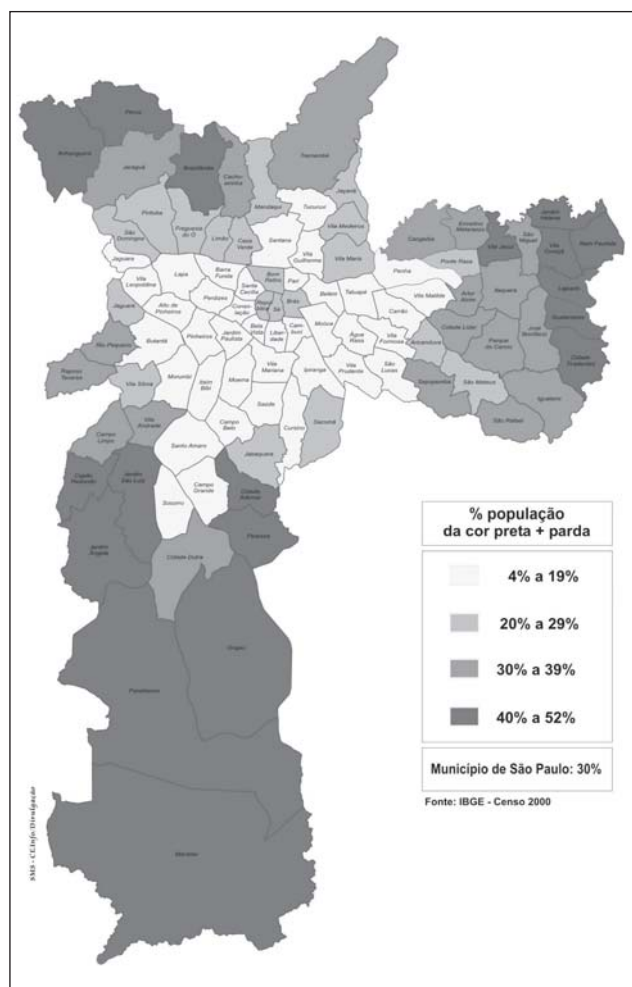


Figura 2: Distribuição percentual da população da negra por distrito administrativo do município de São Paulo, censo 2000

Fonte: PRO-AIM. Cássio Dias Leite Figueiredo

Indicadores de Desigualdades Raciais:

Ao realizar o estudo dos Indicadores de Desigualdades Raciais, técnicos da Fundação SEADE desagregaram vários dados (educação, trabalho, renda e rendimento, habitação, família e saúde), segundo raça/cor (SEADE, 2008).

A análise das taxas de mortalidade da população de 10 a 24 anos, residente no estado de São Paulo, segundo sexo e raça/cor, evidencia que, independentemente do sexo, a mortalidade por causas externas dos pretos é sempre maior que a dos brancos.

Se considerarmos a deficiência na atenção pré-natal, na atenção ao parto e ao pós-parto como uma violência estrutural, o estudo mostra que as jovens pretas são suas maiores vítimas: morrem duas vezes mais que as brancas

de morte materna, revelando que têm acesso a serviços de pior qualidade.

A mortalidade materna das mulheres pretas foi maior do que a das pardas e brancas, no estado de São Paulo, nos anos de 2002 a 2005. Calculando-se a razão (pretas/brancas), verifica-se que a mortalidade materna das mulheres pretas foi 9,8, 7,5, 7,9 e 9,2 maior do que a das mulheres brancas, para os anos de 2002, 2003, 2004, 2005, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3: Mortalidade materna de mulheres de 10 a 49 anos, segundo raça/cor, Estado de São Paulo, 2002-05.

Raça/cor	Ano			
	2002	2003	2004	2005
Preta	373,75 (9,8)	250,70 (7,5)	263,59 (7,9)	307,79 (9,2)
Parda	57,48	38,75	40,48	54,24
Branca	37,15	37,04	36,72	29,52
Total	38,02	33,05	33,35	33,11

Fonte: Coordenadoria de Controle de Doenças/CCD-SES/SP

O que inventaram agora? Tem preto, tem pardo e tem negro?:

Não é uma invenção, é um acordo entre os demógrafos e o movimento negro (realizado nos anos 70), eles acordaram utilizar as cinco categorias de raça/cor: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. a partir disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a utilizá-las em todas as suas pesquisas, inclusive no Censo Demográfico, assim como, outros órgãos de pesquisa. A categoria "negro" (que é igual a preto mais pardo) vem sendo usada para mostrar a construção social brasileira.

Contudo, na área da saúde, constatamos que a mortalidade dos pretos, dos pardos e dos brancos são diferentes e que, a utilização da categoria "negro" (preto + pardo) vinha escondendo o que estava acontecendo especificamente com os pretos.

A maior mortalidade dos jovens pretos por HIV/Aids pode ser observada na tabela 4. Chama atenção que quando juntamos pretos e pardos, não se verifica diferenças significativas no perfil da mortalidade por HIV/Aids, mas quando olhamos pelos diferentes segmentos - pretos, pardos e brancos - fica evidente a maior mortalidade de mulheres e homens pretos por HIV/Aids.

Tabela 4: Taxa de mortalidade por HIV/AIDS (100.000 hab.) de jovens de 10 a 24 anos, segundo raça/cor e sexo

Cor/Sexo	Branco	Preta	Parda	Negra
Homens	1,6	3,3	1,4	1,7
Mulheres	1,2	2,5	1,0	1,2

Fonte: FSEADE - Indicadores de Desigualdade Racial

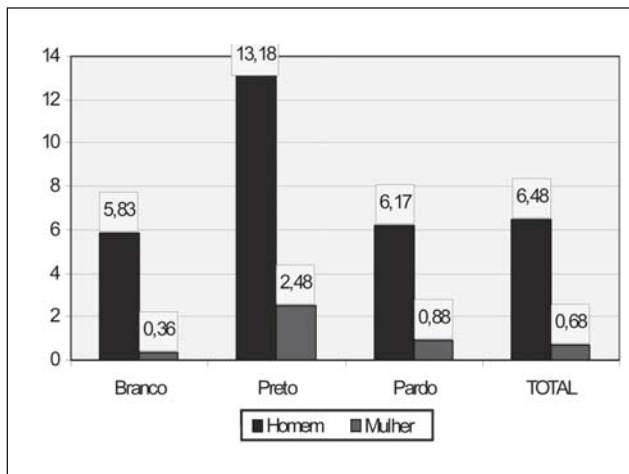


Figura 3: Taxa de mortalidade por alcoolismo de jovens de 10 a 24 anos, segundo sexo e cor. Região Sudeste, 2000.

Entre as jovens pretas a taxa de mortalidade por alcoolismo é de 2,48 e entre os jovens pretos é de 13,18/100 mil (BRASIL, 2005).

A Tabela 5 abaixo mostra o comportamento da mortalidade de mulheres e homens pretos, pardos e brancos por causas violentas no Brasil, onde se pode ver que: a mortalidade de mulheres e homens pretos é sempre maior que a dos pardos e brancos.

Conclusão

Partimos do pressuposto que existem vários fatores que interferem direta ou indiretamente no processo saúde, doença e morte, entre os quais, destacam-se: a forma como homens e mulheres são construídos socialmente, as desigualdades nas condições de vida e no acesso a bens e ao consumo, ao racismo, à discriminação racial, as doenças raciais/étnicas, a falta de capacidade e de resolutividade dos programas de saúde, a educação; o acesso aos serviços de saúde de qualidade. Os dados apresentados mostram que os jovens negros (pretos + pardos) são suas maiores vítimas.

Retornando à pergunta inicial: O que vem depois destas constatações? E agora, o que é que podemos fazer com estes dados? Qual é o nosso compromisso individual e coletivo? É possível transformar esses números em informação **com** e **para** os jovens? É possível transformar em arte? Em grafite? É possível transformar esses números em um rap? Ou como poderemos mudar estes números?

A questão é como aproximar esses dados, este conhecimento sobre como o racismo provoca doença e morte, da vida cotidiana dos jovens. É preciso encontrar formas de transformar esse conhecimento em práticas de mudança da realidade. Para tanto, os jovens precisam ser e estar envolvidos neste processo exercendo seu protagonismo.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Saúde. FUNASA. **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para promoção da equidade**. Brasília: Funasa, 2005.
- CASHMORE, E. **Dicionário das relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.
- KALCKMANN, S.; SANTOS, C.G.; BATISTA, L.E.; MARTINS, V.M. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? São Paulo: **Revista Saúde e Sociedade**, v.16, n., 2, 2007. p.146-155.
- LOPES, F. Comunicação Pessoal. **3º Seminário Estadual de Saúde da População Negra**. Ribeirão Preto, 12 dez, 2006.
- MINAYO, M.C.S. **Violência contra idosos: relevância para um velho problema**. Rio de Janeiro: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, 2003. p.783-791.
- SAFFIOTI, H. Prefácio. SILVA, M.A.M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SEADE. Indicadores de Desigualdade Racial. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/idr>. Acessado em 21 de abril de 2008.
- SEADE. Índice de Vulnerabilidade Juvenil. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/ivj/>. Acessado em 21 de abril de 2008.

Tabela 5: Taxa de óbitos por Causas Externas da população adulta (10-64) anos, segundo região, por sexo e raça/cor. Brasil, 2000.

Sexo	Cor	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Masculino	Branco	117,68	70,39	55,21	113,99	141,42	124,07
	Pretos	143,76	78,68	67,11	166,80	215,85	150,64
	Pardos	136,40	111,26	121,21	160,99	173,00	84,77
	Negros	140,31	108,51	114,33	161,61	181,19	101,17
	Total	132,33	104,43	115,43	155,59	165,89	124,44
Feminino	Branca	18,20	12,67	9,49	21,07	19,89	21,08
	Pretas	17,36	11,21	11,36	28,20	21,28	17,72
	Pardas	16,98	15,33	15,42	21,91	19,02	12,06
	Negras	17,04	15,01	14,95	22,50	19,44	13,50
	Total	19,59	15,43	13,06	25,04	21,12	20,86

Fonte: FUNASA, 2005.

Atuação de grupos juvenis no combate a epidemia do HIV/aids

Fabiana Pitanga¹

“A pessoa que lê desfaz o nó que está em seu cérebro”

(Núcleo Cultural Força Ativa)

“Sei que vou morrer.

Aliás, todo mundo vai.

Só não quero que olhem pra mim e pra minha mãe como se nós fossemos morrer de Aids.

Só não quero que tirem de mim o que tenho de mais caro,

o que ninguém no mundo, nem mesmo a minha mãe, tem o direito de tirar: a esperança.

Eu posso conseguir, posso pular o muro deste labirinto.

Posso mudar o rumo da embarcação e encontrar a ilha mais bonita e paradisíaca do Arquipélago da Esperança...”

(Jonas Ribeiro, 2001)

Apresentação

O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão crítica sobre o trabalho de grupos juvenis que atuam na área temática DST/aids, que desenvolvem ações educativas de prevenção e ao longo do tempo vem perdendo forças diante das transformações do mundo do trabalho contemporâneo e seu reflexo nas Políticas Públicas de Saúde.

A Prevenção Dialogada

O envolvimento de grupos juvenis no enfrentamento da epidemia do HIV/aids, parte de um modelo de prevenção dialogada entre os pares, ou seja, de jovens para jovens. São referenciais juvenis para outros jovens, pois partilham das mesmas linguagens e vivências cotidianas no mesmo contexto social.

Este trabalho possui uma dimensão ético-política que propõe um outro modo de discutir as particularidades da população jovem, em busca de adotar práticas seguras e preventivas diante da epidemia de aids. Este novo modo de discutir a prevenção entre os jovens tem ido além do acesso à informação sobre HIV/aids e o uso do preservativo. A proposta é discutir as experiências que incidem nas relações interpessoais, políticas, afetivas e institucionais, que permeiam a vida dos jovens, quanto à temática da sexualidade.

O diálogo entre os pares tem possibilitado o reconhecimento dos jovens como sujeitos que fazem história

e que são capazes de modificar e tomar decisões próprias referentes a sua própria saúde. De nada adianta que os adultos reconheçam a importância da prevenção na vida dos jovens, se eles próprios não conseguem perceber o significado da prevenção em suas vidas (UNESCO, 2002).

Com a explosão da epidemia se expandindo por todas as classes sociais é impossível dissociar esta discussão das desigualdades econômicas, de gênero e étnico raciais, que perpassam as relações sociais. Este processo é um condicionante fundamental para compreender como o acesso às informações, aos serviços e recursos vão repercutir diretamente no impacto das respostas ao HIV/aids nas ações de prevenção e controle da epidemia voltada para população, inclusive para os jovens.

A Educação como Instrumento de Diálogo e Transformação Social

O modelo educativo hegemônico no campo da Saúde é fortemente marcado pelo paradigma biomédico, a doença enquanto entidade biológica materializada num corpo biológico, universal e atemporal, calcado na postura vertical: aqueles que sabem ensinam quem não sabe e estes, como decorrência, mudam seus comportamentos e atitudes que o expõem a riscos de doenças (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). Diante desta concepção de educação tradicional, prescritiva e autoritária associa-se a doença à falta de saber e responsabiliza o indivíduo colocando os sujeitos sob égide da tirania (ABATE, 2003).

¹ Estudante de Graduação em Serviço Social da PUC de São Paulo e Membro do Núcleo Cultural Força Ativa e Agente de Prevenção. Contato: biatrotsky@yahoo.com.br

Esse modelo limita a compreensão das complexidades das quais estão envolvidos os indivíduos não levando em conta os aspectos que não estão explícitos aparentemente no âmbito das relações sociais, uma vez que:

“A sociedade não é simplesmente o agregado dos homens e mulheres que a constituem, não é um somatório deles, nem algo que paira acima deles... não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade” (NETTO; BRAZ, 2006).

A educação como práxis humana, em um modelo contra-hegemônico de educação, é um processo de reflexão, de consciência, de sentimentos e de ação, que exige uma relação de igualdade entre os pares, onde ambos ensinam e aprendem (FREIRE, 1996).

A atuação de diversos grupos juvenis tem ido ao encontro desses fundamentos provenientes do campo da educação popular, como uma alternativa a superar e romper com a imposição das determinações de classe, culturais e morais que estão postas na sociedade capitalista. Essa reflexão vai além de uma relação permanente de diálogo; exige um compromisso efetivo, de participação ativa de pessoas, grupos, movimentos e comunidades direta e/ou indiretamente afetadas pelo HIV/Aids no combate e no controle da epidemia.

Questionamentos, indagações e denúncias das desigualdades em todos os níveis de opressão e violações de direitos se fazem necessário para que os agentes da mudança possam legitimar o embate político na sociedade, lutando pela execução das políticas públicas e garantias de direitos assegurados pela legislação de nosso País.

Políticas Públicas X Neoliberalismo

Diante dos desafios que estão colocados não só para os jovens, mas para toda humanidade é muito importante fazer uma nova releitura do contexto social que estamos vivendo hoje.

As variantes sociais engendradas pelo neoliberalismo serviram como facilitadoras à rápida expansão da infecção HIV na população brasileira de um modo geral, e na população pobre de um modo especial (SOUZA; LEITE, 2006.). Esta configuração remete ao aumento do desemprego e à ampliação da precarização das relações de trabalho, afetando diretamente as condições de vida e de saúde da população mais pobre. Os consecutivos cortes nas políticas sociais e uma acentuada deterioração dos serviços públicos de moradia, previdência, assistência, educação e saúde, só vem a tornar mais aguda a chamada “questão social”. O neoliberalismo vem por eliminar a intervenção estatal, promovendo a desregulamentação das atividades econômicas e a privatização dos setores públicos, fomentan-

do a idéia de que o Estado controlador é uma violação à atividade econômica, política e moral (LAURELL, 1995).

As profundas mudanças na esfera do Estado, substanciadas na Reforma do Estado, transferem para a sociedade civil, através da filantropia empresarial ou do terceiro setor, as mazelas sociais derivadas dessas transformações. A Saúde virou mercadoria dentro da onda neoliberal, reforçando descaso dos governos com a saúde ficando incumbido ao Estado pelas ações básicas de saúde enquanto o restante deverá ser assumido pelo setor privado sobre as rédeas do mercado.

Jovens: Fazendo História

Nas periferias da cidade de São Paulo, muitos grupos juvenis, sem dispor de recursos financeiros, estão desenvolvendo ações educativas no campo da prevenção do HIV/aids. Apesar das condicionantes acima mencionadas, muitos se apóiam na preservação e valorização da vida. Por meio desses trabalhos realizados em diversos espaços, inclusive na escola, apostam na politização, através da leitura e participação ativa de outros jovens na comunidade no enfrentamento da epidemia do HIV/aids e de outras circunstâncias que abarcam este público, trazendo para o bojo da discussão as desigualdades sociais que afligem os jovens da periferia constantemente em seu cotidiano.

Dos 60 milhões de pessoas no mundo inteiro que foram infectadas pelo HIV nos últimos 20 anos, mais da metade, tinham entre 15 e 24 anos à época da infecção. Hoje, 12 milhões de jovens estão vivendo com o HIV/aids. Os jovens têm sido apontados, no mundo todo, como população-alvo para a prevenção do HIV/aids, a partir da idéia de ser esta faixa etária mais suscetível à epidemia porque expressa diferentes graus de vulnerabilidade em relação à aids, às outras DST, ou às drogas (UNESCO 2002).

Em Cidade Tiradentes, o Núcleo Cultural Força Ativa (NCFA) é um grupo organizado de jovens que desenvolve um trabalho de incentivo a leitura no bairro e tem como um dos eixos de atuação a sexualidade e a prevenção DST/aids. Este trabalho é desenvolvido utilizando oficinas, a partir de uma prevenção dialogada por pares, propiciando momentos de escuta e de troca que levam os jovens a refletirem sobre o conhecimento que já possuem e a adquirir novas informações, para que possam, a partir dessa bagagem, tomar decisões seguras em suas vidas, com responsabilidade.

Outro objetivo desse trabalho é formar agentes multiplicadores de prevenção em DST/aids, com o propósito de estimular os jovens a conhecer o seu corpo, desenvolver a auto-estima, cuidar de si mesmo, ter acesso à informação sobre as formas prevenção das DST/aids e sobre os serviços públicos que podem acessar, bem como os insumos de prevenção.

O NCFA diante deste trabalho desenvolvido nas escolas, associações de bairros, na biblioteca orga-

nizada pelo próprio grupo, impulsionou a implantação de um serviço público no bairro, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde - Área Temática DST/Aids: o Centro de Testagem e Aconselhamento em DST/Aids o (CTA), uma unidade de saúde que visa orientar a população sobre os riscos das DST/aids, seu modo de transmissão, tratamento e controle, através de oficinas, palestras educativas, aconselhamento pré e pós testes HIV, distribuição de preservativos masculinos e femininos e materiais informativos. Dentro do CTA há um projeto específico de atendimento aos jovens referente à prevenção, chamado "Plantão Jovem", que teve a Cidade Tiradentes como projeto piloto para a posterior ampliação em demais regiões de São Paulo. O Força Ativa atuou neste projeto durante quatro anos.

Atualmente, esse projeto continua sendo executado pela Secretária Municipal de Saúde. O Força Ativa esta atuando fora deste projeto, devido o "Plantão Jovem" ter tomado outro rumo no campo da prevenção, não sendo mais uma porta de entrada para o jovem no serviço público de saúde sem precisar estar doente.

A atuação de grupos juvenis, como o Força Ativa, tem um significado diferencial e tem um impacto importante na vida não só dos jovens, mas da comunidade. Até hoje, muitos jovens que freqüentavam o CTA/Plantão Jovem perguntam sobre a nossa ausência no projeto e relatam a dificuldade que encontram de ir à unidade de saúde, devido a falta de referência.

Hoje o projeto em Cidade Tiradentes conta com um número reduzido de plantonistas jovens, que só fazem o trabalho externo, não mais atendendo os jovens no CTA - espaço por excelência de prevenção - este trabalho precarizado é realizado em troca de uma bolsa-auxílio que tem o mesmo valor mensal de R\$ 300,00 desde 2003 e não se configura como vínculo empregatício.

Considerações Finais

O trabalho com jovens no âmbito da prevenção, utilizando uma didática reflexiva/preventiva, é um caminho possível de diálogo, participação e mudança de comportamento diante da incidência do HIV/aids presente em nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

- ABATE, M.C. **No lugar da tutela, o diálogo e o protagonismo**. São Paulo: Editora Raiz e terra, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- LAURELL, A. C. **Avançando em Direção ao Passado: a política social do neoliberalismo**. LAURELL, A. C.,(Org.). **Estado e Políticas no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MESQUITA, F. **DST/Aids: A nova cara da luta contra a epidemia na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Raiz e terra, 2003.
- NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política: Uma introdução Crítica**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- RIBEIRO, J. **A Aids e alguns fantasmas no diário de Rodrigo**. São Paulo: Elementar, 2001.
- SOUZA, Z. **Serviço Social X Aids: Abandono, inviabilização e descaso na saúde**. Congresso; 10o. CBAS; CFESS - CRESS 7a. região, ABEPSS, e ENESSO. Rio de Janeiro, UERJ, 2001.
- UNESCO - **AIDS: O que pensam os Jovens, Políticas e práticas educativas**. Brasília: UNESCO BRASIL, 2002.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA): Integrando prevenção e Assistência**. Programa Nacional de DST/Aids. Brasília, 2004.



Mortalidade feminina por causas violentas segundo cor e classe: algumas reflexões

Jackeline Romio¹

“Uma noite, há vários anos, acordei bruscamente e uma estranha pergunta explodiu de minha boca. De que cor eram os olhos de minha mãe? [...] vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face?”

(Conceição Evaristo. Olhos d'Água, 2005)

O debate sobre mortalidade por causas externas no Brasil tem centralizado sua atenção no estudo do caso masculino devido a serem os homens, principalmente jovens negros das periferias das grandes cidades, o grupo que apresenta maior risco de morrer por homicídios, acidentes de trânsito e violência policial. Segundo estudos demográficos sobre mortalidade e espaço sócio-geográfico, a violência urbana é um fenômeno experimentado por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira, sendo que as causas externas, principalmente o homicídio, tornaram-se a principal causa de morte entre os homens jovens e adolescentes (AIDAR, 2002).

Pesquisas como a elaborada pelo grupo NEV/ USP sobre mortalidade por armas de fogo apontam para uma distribuição desigual da chance de ser vítima de homicídios por armas de fogo segundo diferenciais de sexo, idade e região. Denunciando não apenas as desigualdades no risco de morte como também ligando estas assimetrias à distribuição desigual dos direitos sociais e civis na sociedade brasileira. Observam assim o crescimento das taxas de homicídio como um problema social e de saúde pública a ser combatido no Brasil. (PEREZ: 2004) Outros diagnósticos, como o “Relatório de Direitos Humanos no Brasil: Racismo”, pobreza e

violência, aprofundam a discussão analisando os diferenciais de cor na distribuição e tipo de óbito. Este estudo constatou que os negros são os principais alvos da violência letal e que a taxa de homicídios entre brancos e amarelos é significativamente inferior à dos pretos e pardos - a probabilidade de ser assassinado é quase o dobro para os pardos e 2,5 vezes maior para os pretos, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes para a população negra é de 46,3 (1,9 vez a taxa dos homens brancos). (LOPES, 2005)

Os dados a partir de 2000 indicam tendência de queda das mortes por agressão para ambos os sexos, isso para o caso do município de São Paulo. Fazendo um exercício simples de observação dos números absolutos de casos de óbito por agressões, segundo sexo e cor², para os anos de 2003, 2004 e 2005 no município de São Paulo através do Sistema de Informação em Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), podemos ver a queda expressiva dos óbitos masculinos seguida pela queda menos acentuada das mortes femininas, com diferencial de cor em todos os anos. Mesmo com a diminuição destes óbitos (de 4.619 óbitos masculinos em 2003 para 2.583 casos em 2005; de 354 óbitos femininos em 2003 para 225 óbitos) ainda são volumes elevados de mortes evitáveis.

Tabela 1: Óbitos por agressão segundo sexo e cor, município de São Paulo, 2003-2005. (SIM/MS) Município de São Paulo. Período: 2003 - 2005. (valores absolutos). Causa - CID-BR-10: Agressões

Ano do óbito	Homem				Mulher			Total
	Branco	preto	pardo	total	Branca	preta	parda	
2003	2398	533	1688	4619	193	37	124	354
2004	1835	354	1460	3649	170	19	84	273
2005	1320	222	1041	2583	129	13	83	225

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

¹Socióloga, Mestranda em Demografia da UNICAMP/ Núcleo de Estudos de Populações (NEPO). Contato: jackieisis@hotmail.com

²A partir do ano de 1996 o quesito cor foi introduzido nas declarações de óbito o que possibilita a partir desta data o estudo por métodos direto de estimativas por cor.

Dentro deste contexto alarmante em relação ao impacto da violência urbana no comportamento da mortalidade adulta masculina nas grandes cidades, o estudo sobre o impacto desta causa de morte no perfil da mortalidade feminina costuma ficar suprimido e justificado por aspectos quantitativos, assim como os possíveis diferenciais de cor e classe. Se levarmos em consideração que as mulheres estão cada vez mais superando as distinções entre espaço público e privado, estudos que direcionem seu olhar para o impacto da violência urbana na condição de vida das mulheres são bem vindos.

Este artigo tem como objetivo trazer algumas reflexões para o debate da mortalidade feminina por homicídios, segundo diferenciais de cor e classe social, reconhecendo, assim como nos estudos sobre violência contra a mulher de Saffioti, que no Brasil, a violência é parte integrante da organização social de gênero, raça e classe, pois está intrinsecamente ligada às relações de poder estabelecidas historicamente de forma desigual entre os grupos sociais (2004).

O primeiro questionamento a ser feito é sobre em que medida as taxas de homicídio podem ser utilizadas como indicativo de violência urbana no caso das mulheres? Analisando os dados de pesquisas sociológicas sobre assassinato de mulheres podemos ver que uma marca deste tipo de morte é a prevalência de motivações envolvendo a violência sexista de homens contra mulheres, ou seja, os agressores são geralmente companheiros, ex-companheiros, namorados, familiares, vizinhos e pessoas conhecidas³; o que nos leva a supor que o homicídio no caso das mulheres expresse mais que o impacto da violência urbana nas mortes femininas nos revela o impacto da violência contra a mulher na mortalidade feminina por causas externas. Neste sentido fica registrada a necessidade de indicadores mais complexos e bancos de dados mais flexíveis para que se possa capturar as diversas dimensões do homicídio contra a mulher⁴.

Outro questionamento refere-se a possível existência de diferencial de cor e classe na distribuição destes óbitos e que tipo de abordagem/método quantitativo melhor capturaria esta dimensão? Fatos expostos na mídia como o caso de Sirlei, 32 anos, mulher negra, pobre, trabalhadora, doméstica que foi espancada, humilhada, xingada e roubada por homens brancos jovens da classe média, da cidade do Rio de Janeiro, no dia 24 de junho de 2007⁵, quando esperava ônibus para ir ao trabalho, nos coloca os elementos da violência racial e de classe para a reflexão sobre relações entre violência de gênero e violência urbana.

Potencialidades Analíticas da Concepção de Gênero na Perspectiva do Feminismo Negro

Atualmente os debates sobre a condição da mulher e principalmente sobre a produção de conhecimento na visão feminista vêm se desenvolvendo e ganhando espaços na política, na sociedade e na academia. Verdadeiras disputas de terminologias e conceitos como gênero, sexualidade, poder, violência e exploração têm como arena as universidades, revistas científicas e plataformas políticas, porém esta abertura ocorreu de forma singular: as autoras ficaram mais conhecidas do que a sua produção científica.

Desafiando os modelos monolíticos de gênero (os que tendem a invisibilizar as contradições e desigualdades entre as mulheres em nome de abordagens universalizantes da experiência do ser mulher), as abordagens do feminismo negro, tanto do Brasil como dos Estados Unidos fornecem contribuições para o entendimento da condição dos "múltiplos eixos da opressão feminina que afetam as experiências de vida de mulheres não brancas" (CALDWELL, 2000).

No Brasil, desde o final dos anos 70, Lélia Gonzalez (1979) passa a refletir sobre a posição da mulher negra na estratificação social brasileira e o papel que ela ocupa nos discursos e imaginários nacionais, através das seguintes categorias analíticas: raça, gênero e classe. Eram reflexões iniciais que ganharam peso no alvorecer da década de 80, quando essa mesma autora passa em revista alguns dos principais Cientistas Sociais como Gilberto Freyre e Caio Prado Jr, desnudando, assim, o racismo e o sexismo presentes no pensamento social e político brasileiro (GONZALEZ, 1982).

Nos Estados Unidos, cientistas sociais, como Patrícia Hill Collins, trazem a idéia de matriz da dominação - conceito em que raça, classe social e gênero compõem um sistema de opressão inter-relacional - propõem que as mulheres negras e outros grupos marginalizados sejam colocados no centro das análises, abrindo a possibilidade de diálogo na instância conceitual, invertendo o foco das pesquisas para a observação de outros fatores que possam elucidar melhor cada contexto específico. Entendendo o sistema de opressão no caráter dinâmico das relações sociais.

Débora King, na mesma linha de questionamento sobre os equívocos de uma abordagem monolítica do conceito de gênero, debate a especificidade da experiência e consciência de gênero para a mulher negra e propõe a conceito do múltiplo dano (Multiple jeopardy) ao se referir a uma abordagem que conseguiria capturar as dimensões desta experiência (1998). Segundo a autora, uma abordagem múltipla e um modelo interativo, seria mais adequado para entender o fato do racismo, sexismo e classismo operarem de forma independente e simultaneamente articulados no sistema de opressão. Nele, múltiplos não significam muitos, mas simultâneas opressões de múltiplas relações entre si,

³ Pesquisas, como a apresentada no livro "Assassinato de mulheres e direitos Humanos" de Eva Blay, 2008, demonstram esses dados.

⁴ A lei Maria da Penha, lei 11340-06, que pune a violência doméstica e familiar, foi instituída em 2006 e esperamos que trará novas perspectivas para a diminuição da violência contra as mulheres e a médio e longo prazo maiores possibilidades no que se refere aos estudos desta questão.

⁵ Folha de S. Paulo- Caderno cotidiano - "Jovens de classe alta são acusados de agredir doméstica" - 25/06/2007

sinteticamente a equação sugerida para esta explicação seria: racismo multiplicado por sexismo multiplicado por classismo.

Estas idéias já aparecem em outras autoras, desde a década de 70, como, por exemplo, Ângela Davis, que em seus textos discute o lugar da mulher negra na sociedade de classes, na comunidade de mulheres e na comunidade negra, também denunciando a superficialidade de abordagens analógicas entre gênero e raça, nas quais mulher e negro constituem categorias universalizantes. Isto acarretaria análises incompletas tanto nas pesquisas sobre a mulher, pois estas focalizam a experiência das mulheres brancas, quanto nas pesquisas sobre a população negra, pois enfatizam a experiência do homem negro, resultando na invisibilidade das mulheres negras em ambos os casos⁶.

O quadro apresentado indica a necessidade de estudos aprofundados que levem em consideração as questões referentes às relações sociais de gênero, raça e classe como elementos inter-relacionados nas pesquisas e análises em Ciências Sociais. Tendo em vista esta problemática, propostas teórico/analíticas, como a concepção de gênero, na perspectiva do feminismo negro, oferecem instrumentais e reflexões para o arcabouço intelectual do conhecimento científico.

Referências Bibliográficas:

AIDAR, T. **A face perversa da cidade: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90**. Tese [Doutorado] - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BAIRROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez. Bahia: **Revista Afro - Ásia** n. 23, 2000.

_____. Nossos Feminismos Revisitados. São Paulo: **Estudos Feministas**, vol. 3, nº 2 - jul/dez 1995. Dossiê Mulheres Negras.

BARRETO, R. A. **Enegrecendo o Feminismo' ou 'Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia González**. Dissertação [Mestrado] - PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2005.

BLAY, E. **Direitos Humanos e Homicídio de Mulheres**. São Paulo, 1999. Relatório de Pesquisa Integrada CNPq.

CARNEIRO, S. Ennegrecer al feminismo. Montevideo: **Lola Press - Revista Feminista Internacional**, v. 16, 2001. p.2-65.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York: **Routledge**, 1990.

DAVIS, A. **Women, race and classe**. New York: **Random House**, 1981.

EVARISTO, C. **Olhos d'Água**. Ribeiro, E.; Barbosa, M. (org.). São Paulo: **Cadernos Negros**, vol. 28: contos. São Paulo: Quilombhoje, 2005.

GONZALEZ, L. **Cultura, Etnicidade e Trabalho: efeitos Lingüísticos e políticos da exploração da mulher**. Pittsburg, **8º nacional da Latin American Studies Association**. abril de 1979. Comunicação apresentada (mimeo).

_____. **A mulher negra na sociedade brasileira"**. LUZ, M. T. **O lugar da mulher; estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HASENBALG, C. **Notas sobre relações de raça no Brasil e América Latina**. HASENBALG, C. **¿Y nosotras latinoamericanas?: Estudos sobre gênero e raça**. São Paulo: Memorial da America Latina, 1992.

CALDWELL, K.L. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. São Paulo: **Estudos Feministas**, Volume 8, Número 2 - jul/dez 2000.

KING, D. **Multiple Jeopardy, Multiple consciousness: The context of a Black Feminist Ideology**. **Signs**, v.14, n.1, 1998. p.42-72.

LOPES, C. **Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil: racismo, pobreza e violência**. Brasília: Pnud Brasil, 2005.

LORD, A. **Sisters outsider: Essays & Speeches**. New York: **The Crossing Press**, 1984.

PERES, M.F.T. **Violência por armas de fogo no Brasil: Relatório Nacional**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/USP, 2004.

ROMIO, J. **Homicídio de mulheres negras na cidade de São Paulo em 1998**. 2008 (Artigo ainda não publicado).

ROLAND, E. **Direitos reprodutivos no Brasil**. São Paulo: **Estudos Feministas**, vol. 3, nº 2, jul/dez, 1995. Dossiê Mulheres Negras.

RUFINO, A (coord). 2001. **Violência contra a mulher: um novo olhar**. São Paulo: Casa de Cultura da Mulher Negra

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: **Educação e Realidade**, vol. 20, 2,1995.



⁶ Ainda a intelectual Audre Lorde aponta para a invisibilidade das lésbicas negras e das/os jovens negras/os nestes mesmos modelos de estudo (LORD, 1984).

Juventudes, periferias e fragmentação

Rubens de Camargo Ferreira Adorno¹

Para iniciar esse texto, gostaria de descrever alguns aspectos de uma pesquisa que realizei em 2001 junto a projetos com jovens em periferias de 4 regiões metropolitanas brasileiras: Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo (ADORNO, 2001). Essa pesquisa envolveu monitores de projetos, educadores e jovens participantes, a partir de entrevistas não diretas e entrevistas coletivas. O objetivo da pesquisa era obter a fala dos jovens sobre suas “vulnerabilidades sociais”. Em termos metodológicos essas falas devem ser interpretadas a partir de um contexto etnográfico da pesquisa. São falas que se articulam a partir de um espaço, um projeto comunitário de capacitação, dentro dos quais esses jovens se sentem destacados para falar de si e dos outros.

Essas falas também eram enviesadas a partir da visão dos monitores do projeto acerca do contexto da periferia, que se colocavam sempre a partir de um discurso dos direitos e da cidadania. Nesse discurso, a noção de direito se colocava como instrumental em relação à formação de uma auto-estima e, por outro lado, assimilava as prescrições das políticas públicas para os jovens balizadas a partir do campo da saúde: as prescrições a respeito da reprodução e da sexualidade.

Um dado de partida que apareceu nas falas desses jovens foi o seu local de moradia, a periferia dessas 4 regiões metropolitanas. Essa condição de habitar a periferia foi dada como uma vulnerabilidade social. Consideramos aqui a vulnerabilidade como uma situação relacional e não como um atributo do contexto ou dos indivíduos. Nas suas falas, os jovens estabeleciam que se consideravam “vulneráveis” em função de se situarem em uma posição de maior dificuldade ou de inferioridade, em relação aos jovens que habitavam outros espaços da cidade.

Essa relação vai sendo qualificada em função das demais situações relacionais: o trabalho, a escola, a família, as relações de gênero e as expressões da sexualidade e, finalmente, a própria condição de ser jovem. Esta última de novo qualificada por ser jovem da periferia, estudando em escolas públicas da periferia, pertencentes a famílias pobres nas quais pouco tempo, poucos elementos de fala e de opiniões eram trocadas e por necessitarem de um trabalho para continuarem

seus estudos ou ajudarem à manutenção da família, um trabalho que por sua vez os discriminava como jovens e jovens da periferia.

Morar na periferia pode ser visto como um dado que dificulta as outras estratégias de trabalho e estudo, que representa a perspectiva de integração na sociedade dos “outros”, daqueles que moram em outra parte da cidade. De um lado, é em si um símbolo de discriminação: algumas falas referiam que quando no terminal de ônibus, nas regiões centrais da cidade, jovens procuravam tomar condução para bairros intermediários e depois andar a pé, para não serem vistos na fila do ônibus do bairro em que residiam. Essa questão da localização e do endereço também se fazia sentir quando do preenchimento de fichas de emprego. As regiões de residência, por serem vistas como violentas, levam a que essas pessoas portem um estigma, passando a serem vistos com desconfiança.

A outra situação diz respeito à própria circulação pelos bairros da periferia, com restrição ao direito de ir e vir.

“...muitas vezes a situação é tão ambígua que se torna muito difícil saber de que lado se está e com quem é preciso negociar o direito de ir e vir. Há a Polícia, que pode desconfiar de uma pessoa a qualquer momento por causa da roupa, da cor da pele, do lugar em que estiver e resolver prender... ou então alguém do tráfico de drogas que pode parar e invocar...” (ADORNO, 2001, p.32).

Os constrangimentos apontados são vários, identificando-se de um lado as forças da “ordem”, a Polícia, e de outro os outros poderes que tomam conta dos espaços: o tráfico de drogas. Uma questão que ilustra o fato de serem os jovens, alvo de uma violência estrutural por parte do próprio Estado que os discrimina. De outro lado pelo mesmo efeito de uma política de Estado, a repressão às drogas, que na verdade alimenta um mercado que auferia altos lucros em função da repressão, e da cópia da política norte americana que também está interessada na manutenção de um mercado para a indústria de armas. Essa política também retroalimenta o ciclo da violência e da circulação de armas na periferia.

O emprego, com registro em carteira ou o porte de material escolar são apontados como estratégias de

¹ Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, Professor Associado do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP. Contato: radorno@usp.br

defesa frente à Polícia, pois livram a suspeita de “vadiagem”, categoria histórica na repressão dos jovens das classes populares, dos negros libertos e daqueles que freqüentavam as ruas, desde o Brasil da época do império, demonstrando que não houve, por parte da Polícia ou das Políticas do Estado, nenhuma mudança considerando toda a história republicana. Em relação às outras forças, a circulação pode ser fatal, essas questões foram apontadas no Rio de Janeiro, cujas áreas periféricas se tornaram um campo de batalha, e também no Recife, em que se falou da figura dos grupos de extermínio que agem como uma milícia paralela, indicando uma outra situação absurda motivada pela ação ou não ação do Estado, que nesse caso está longe de oferecer uma estratégia de proteção e promoção da cidadania.

A escola aparece como uma instituição discriminatória, pois segundo a fala dos jovens a escola da periferia é o “resumo do resumo”, e está longe de prepará-los para as exigências de um emprego.

Essas referências da ação do Estado são percebidas como uma marca de discriminação em relação aos pobres. Assim as falas registram:

“...tem muita gente morrendo, muita gente matando porque aqui é um bairro pobre” (...) “a Polícia chega desrespeitando o cidadão... a Polícia vem para pegar o dinheiro das bocas de tráfico”... “ele é um igual a nós, do mesmo lugar, ... mas se sente o maior porque está fardado...” (ADORNO, 2001. p.36).

Frases ilustrativas no sentido de apontar para uma discriminação de classe e de hierarquia, na qual os pobres se encontram mais expostos a uma violência que é sentida e refletida por toda a sociedade, mas certamente mais atuante no espaço dos mais pobres. E também uma discriminação de poder, pelo uso do símbolo do Estado que, dessa forma, através da Polícia se mostra como um Estado discriminatório, ou como um Estado omissivo em relação à ausência de uma autoridade pública que coíba a ação dos grupos de extermínio.

A partir dessa rápida exposição da pesquisa, cabe registrar uma breve discussão a respeito da questão dos jovens pobres dentro de um contexto que vem tornando a discriminação e a construção de preconceitos em escala global. Isso se dá em um cenário contemporâneo no qual se desarticularam ou se fragmentaram as formas de ação coletiva na direção de conquista de maior situação de igualdade, solidariedade, cidadania.

Gostaria de lembrar dois filmes, uma produção francesa - “O Ódio” - e uma produção brasileira mais recente, o filme “De Passagem”². O filme “O Ódio”³, de 1995, focaliza três jovens da periferia de Paris - um judeu, um árabe e um negro - que saem para visitar um rapaz de 16 anos que fora espancado pela Polícia. O destino

dos três é matar o primeiro policial que encontrar pela frente se o rapaz espancado vier a morrer. O filme retrata o ódio contra o sistema, que se incorpora na violência como uma forma de resposta ou como uma forma de ação sem um sentido próprio ou definido.

O filme “De Passagem”, com a história de três meninos que vivem o cotidiano da periferia, dois deles que se encontrarão já quando jovens a procura do corpo do irmão de um, que fora morto pela Polícia. Esse filme mostra o cotidiano e a dureza da vida na periferia. Contrasta a diferença de trajetórias, para, enfim, mostrar que se não houver a valorização dos vínculos, da amizade e da história comum, as personagens vão acabar sendo tragadas pelo destino do lugar social em que se encontram.

Interessante destacar que o tema das periferias e dos jovens tem ido às telas, tanto na exclusão da periferia brasileira como da *banlieue* francesa/européia, duas faces de uma moeda da globalização contemporânea que promete muita circulação de capital e exclusão de espaços. De um lado, a ação sem sentido, que traz também o significado da(s) violência(s) contemporânea(s), ações imediatas, sem um sentido mais amplo ou um vínculo com uma ação com um significado social, ou dirigida à instituição da sociedade. A restauração dos vínculos sociais numa realidade fragmentada e diversificada torna-se o desafio para enfrentamento dos racismos contemporâneos, que diferentemente dos modelos classificatórios e pretensamente científicos do século XVIII e XIX (WIEVIORKA, 2007), que apontavam para um modelo de inferiorização e exclusão, apontam para uma exclusão de classe e para a reprodução de estereótipos nos quais os “outros” (pobres, mulheres, crianças, negros, índios, gays etc) passam a representar as ameaças.

Essa questão é certamente um desafio para a construção de políticas públicas que antes de medicalizar ou procurar enquadrar questões na ótica de uma psiquiatria ou vitimização dos jovens pobres, passem a construir pontos de encontro abertos para a valorização da diversidade e das trocas culturais (cultura *latu senso*).

Referências Bibliográficas

ADORNO, R.C.F. **Capacitação solidária: um olhar dos jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo, AAPCS, 2001.
WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.



² Produção brasileira de 2003, dirigido por Ricardo Elias. Melhor filme, roteiro e produção do Festival de Gramado.

³ O filme foi dirigido por Mathieu Kassovitz e recebeu o prêmio de melhor direção em Cannes, 1995.

A via colonial e a “entificação” do racismo

Wellington Lopes Góes¹

“O estado é um produto do antagonismo inconciliável das classes”.

(LENIN, 2007)

A formação social do Brasil não se dá de forma pacífica, harmônica ou com ausência de conflitos. Muito pelo contrário, os mais de três séculos de escravidão e colonização não são outra coisa senão: uma necessidade do capital que se configurava a partir dos domínios de outros territórios e da revolução industrial.

A escravidão moderna no continente africano e em toda a América esteve diretamente ligada com as necessidades de acumulação de capital. Só a partir desta leitura, podemos entender como o Brasil é parte deste processo global de extração e exploração, denominado por Marx (1994) de “acumulação primitiva do capital”. Parafraçando o autor, podemos afirmar que a extração de ouro e prata na América, acompanhada pelo extermínio e escravização das populações nativas, obrigadas a trabalhar nas minas, o princípio de conquista e pilhagem das Índias Orientais e a tomada da África como grande campo de caçada de seres humanos, cujos objetivos foram o lucro, são eventos que marcam os albores da era da produção capitalista.

Ao mesmo tempo em que fez parte deste processo global, o Brasil de forma particular, após servir de local para exploração, escravidão, também vai se organizando internamente para o capitalismo. Temos que entender como foi estes dois movimentos que se unem em determinado momento. Desta forma, a via de constituição do capitalismo no Brasil é a colonial; o país sempre foi dominado pela metrópole e, ao ser o último país a acabar com a escravidão, instala o capitalismo de forma dependente.

Chasin (2000) afirma que:

“... no Brasil (...), a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo “alto” caracterizou os processos de modernização, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influíram, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social (...) o desenvolvimento

das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do “verdadeiro capitalismo”, o modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. Em síntese, (...) verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumariíssima indicação do problema, que o novo paga alto tributo ao velho (CHASIN, 2000, p.44).

Ainda, dentro da particularidade, diz o autor sobre o “integralismo” proposto por Plínio Salgado:

“... enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “verdadeiro capitalismo” alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hiper-tardio” (CHASIN, 2000, p.45).

Com esta problematização, partindo da colonização e da constituição do modo de produção capitalista no Brasil, podemos explicar os ataques, as leis de repressão, extermínio e de controle social da população negra, como uma necessidade das elites brasileiras.

O entendimento deste momento histórico é a chave no qual ajuda a perceber toda a situação de opressão que vive a população preta, especificamente no pós-abolição aos dias de hoje.

Posto estas linhas gerais, é possível verificar como se deu a entificação do racismo, como uma ideologia que justifica a dominação, a super-exploração e a violência do estado direcionado a população negra, mas não entendemos o racismo como uma idéia ou simplesmente ideologia: ele surge das relações de dominação praticadas pelo Estado e as suas leis, portanto, das relações de poder.

¹ Estudante de Ciência Sociais, Militante do grupo Força Ativa e Rapper do grupo Fantasma Vermelho. Contato: wellington.socialista@ig.com.br

Antes de abolir a escravidão, as elites brasileiras já esboçavam um projeto posterior, a burguesia não era unitária quanto ao teor do projeto; ela própria lutava entre si, mas havia um ponto comum: os pretos à margem do sistema produtivo de diferentes formas.

Dentro desta perspectiva, a política pensada pelas elites tinha uma preocupação: o que fazer com esta imensa população afro, que agora é "liberta"? Para responder a esta preocupação, o Brasil projetou três tipos de políticas: de branqueamento, de controle social e de extermínio.

A política de controle social passava por uma instância jurídica que focava leis de restrições de liberdade a esta população, leis que restringiam a circulação dos pretos na rua, proibição de manifestações culturais de matriz africana como a capoeira, cultos religiosos; enfim, marginalização do que não fosse cópia européia. Não foi por acaso que veio a Lei da Vadiagem.

A política de extermínio era sistemática, era comum ver a repressão do aparato militar sobre esta população. O extermínio não se resumia apenas em situação de violência física, soma-se a ela o grande número de mortalidade infantil, morte por falta de comida e por doenças devido ao modo de vida em que esta população estava imersa.

Já a política de branqueamento visava à entrada de europeus no Brasil, primeiro usados como mão-de-obra e, depois, com o objetivo de miscigenar com os africanos para que a população fosse embranquecendo de forma gradual, até não existir mais pretos. Esta idéia foi bastante presente.

A tabela abaixo, citada por Moura, nos mostra o quanto esse projeto de nação foi eficiente para as elites desde 1850 até 1900:

Entrada de imigrantes Europeus no Brasil	(1851 - 1900)
1851 - 1860 (proibição do tráfico)	127 747
1861 - 1870 (Lei do ventre livre)	97 571
1871 - 1880 (movimento abolicionista)	219 128
1881 - 1890 (abolição total)	525 086
1891 - 1900 (apogeu da imigração européia)	1 129 315
1891 - 1900 (apogeu da imigração européia)	1 129 315

"Podemos reparar pelos dados acima, que á uma relação entre o processo de decomposição do sistema escravista e o ritmo de entrada de imigrantes europeus (...). À medida que segmentos escravos, por várias razões, eram afastados do sistema de produção, entrava, em contrapartida, uma população branca livre para substituí-los.

Não por acaso, logo em seguida, foi criada a Lei da Vadiagem para agir como elemento de repressão

e controle social contra essa grande franja marginalizada de negros e não-brancos em geral" (MOURA, 1988, p 85).

Todas estas políticas foram deliberadas e executadas pelo estado, amparadas por justificativas teóricas pseudocientíficas, financiadas pelo Estado elitista, como as defendidas por Nina Rodrigues (1939).

República Velha, Nova, Estado Novo, Ditadura de Vargas, Ditadura Militar de 64 e Democracia... Não importa a época, os pretos foram sempre esmagados pelo Estado e seu poder repressivo, pois o racismo institucionalizado funciona muito bem quando sustentado pelos instrumentos da classe dominante, culminando em uma ideologia que estabelece padrões, onde o que é bom, bonito e belo é associado ao mais próximo do branco; logo, tudo de ruim, feio e perigoso é associado aos não-brancos.

A burguesia no Brasil sempre agiu de forma autocrática, autoritária, temendo a organização popular, e antecipando-se a estes movimentos utilizando de muita repressão, desde a República Velha até ao nosso período chamado democrático.

Se buscarmos na História, foram poucos os períodos de liberdade no Brasil. A vigilância e a criminalização dos movimentos sociais sempre se fez presente e várias organizações que lutavam contra o racismo foram perseguidas. Esta ação da burguesia autocrática, em parceria com o Estado, foi utilizada com o objetivo de manter a dominação de classes, fazendo com que a classe trabalhadora ficasse no imobilismo não-questionando esta relação de opressão com a radicalidade necessária.

Todavia, a burguesia autocrática sempre tratou os pretos como potencialmente perigosos, uma vez que a presença destes esteve ligada aos movimentos de resistência, seja no Império, como nas fases seguintes da História do Brasil. Lutavam por condições melhores de vida e pelos direitos básicos que garantissem minimamente a satisfação das necessidades.

A burguesia autocrática é incapaz de fazer qualquer tipo de concessão, mesmo no âmbito das políticas sociais, basta verificarmos a discussão sobre as ações afirmativas e observar o discurso da burguesia contra essas ações.

Tendo como foco sempre a repressão, a burguesia autocrática no comando do Estado pratica o genocídio contra os pretos; estes morrem violentamente pela ação da polícia - um dos braços armados do Estado. Morrem por falta de comida, por falta de atendimento nos serviços de saúde, morrem por doenças que poderiam ser evitadas, etc.

A premissa de que todos são iguais é falsa quando olhamos para a realidade e vemos que o mundo em que vivemos é o mundo onde o capital impõe as suas regras e o Estado vira apenas o executor desta política para a burguesia. Tudo isso mostra como o racismo

"cordial" age no Brasil; o racismo continua sendo uma ideologia dominante nessa sociedade, que inferioriza o negro por ação do Estado - primeiro violador dos direitos humanos -, com suas políticas sociais voltadas para o privilégio da burguesia.

Existem setores populares dos movimentos que acreditam que esta democracia dos ricos pode ser aperfeiçoada, podendo eliminar o racismo; assim como há outros setores que perceberam que esta democracia é importante, porém insuficiente de resolver nossos problemas.

Portanto, vemos que a luta anti-racista é fundamental, pois temos que pautar, enquanto movimento social, a necessidade de ruptura com este modelo de sociedade, construindo um projeto que dê conta das demandas do oprimido historicamente. A isto cabe a tarefa de transformar radicalmente esta sociedade, se não seremos meros oprimidos, controlados pelo capital e sem ação, sem crítica, sem a capacidade de dar um basta a esta realidade.

Referências Bibliográficas

CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K. **O capital, vol.1**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MORAIS, O. A. Immigration in to Brazil: a statical statement and related aspects. BATES, M. **The migration of people to Latin American**. The Catholic University of America Press, 1957.

RODRIGUES, N. **As colectividades anormaes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.